



**UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

KELLY CRISTINA RESENDE ROCHA

**OPELINA ROLLEMBERG E A DOCÊNCIA INSPIRADA NA ARTE DO
CUIDAR: contribuições da protagonista da enfermagem sergipana (1920-1942)**

ARACAJU
2020

KELLY CRISTINA RESENDE ROCHA

**OPELINA ROLLEMBERG E A DOCÊNCIA INSPIRADA NA ARTE DO
CUIDAR: contribuições da protagonista da enfermagem sergipana (1920-1942)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2- Educação e Formação Docente.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. SIMONE SILVEIRA AMORIM

ARACAJU
2020

Rocha, Kelly Cristina Resende

R672o

Opelina Rollemberg e a docência inspirada na arte do cuidar: contribuições da protagonista da enfermagem sergipana (1920-1942) / Kelly Cristina Resende Rocha; orientação [de] Dra. Simone Silveira Amorim. - UNIT: Aracaju, 2020.

174. f. : il.

Inclui bibliografia

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa.

1. Rollemberg, Opelina. 2. Educação. 3. Enfermagem. 4. Saúde pública.
I. Amorim, Simone Silveira. II. Título.

CDU: 616-083-051

**OPELINA ROLLEMBERG E A DOCÊNCIA INSPIRADA NA ARTE DO
CUIDAR: contribuições da protagonista da enfermagem sergipana (1920-1942)**

KELLY CRISTINA RESENDE ROCHA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente.

APROVADO EM: 03/03/2020

BANCA EXAMINADORA:

Simone Silveira Amorim

Prof^a. Dr^a. Simone Silveira Amorim – PPED-UNIT
Orientadora

Amorim

Prof^a. Dr^a. Ilka Miglio de Mesquita – PPED- UNIT
Avaliador Interno

Pacita Geovana G. de S. Aperibense

Prof^a. Dr^a. Pacita Geovana Gama de Sousa Aperibense
UFRJ - Avaliador Externo

ARACAJU
2020

Aos meus pais, Raimunda e José Antônio,
pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora de Fátima, aos quais palavras são incapazes de expressar tamanha gratidão, por tudo que têm feito em minha vida: sem a sua misericórdia e amor, não chegaria até aqui.

Aos meus pais, pelo apoio, carinho, amor e compreensão em todos os momentos da minha vida. Vocês são a minha base, essencial para meu crescimento como pessoa e profissional. Esse título também é de vocês.

Aos meus irmãos Marcos, Carlos, Fernanda e ao sobrinho Gabriel que, mesmo distantes geograficamente, mas juntos no meu coração me apoiaram. Obrigada pelo apoio e por não ter permitido que eu desistisse dos meus sonhos: amo vocês; aos familiares, na pessoa da minha voinha materna Anna M. Resende (*in Memoriam*) um exemplo de mulher de fé e que lutou até o fim da vida para dar o melhor para os seus e que partiu para o céu em setembro de 2019: um dia nos encontraremos na eternidade. Obrigada pelo apoio, carinho e incentivo nos estudos e na realização dos meus sonhos.

Aos amigos, obrigada pelo apoio e compreensão pela minha ausência nos momentos especiais, mas saibam que vocês moram em meu coração.

À querida amiga e Prof.^a Me. Angela Barros que me deu de presente este objeto em 2015 na graduação e me incentivou a adentrar no campo da educação e da pesquisa. Com suas orientações possibilitou a construção não somente do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), mas a busca por novos saberes e um olhar para a história da enfermagem, um campo tão rico, mas que não é valorizado, sobretudo em nosso Estado. A partir dessa pesquisa abre-se novas perspectivas nesse campo do saber, além dela fomentar a valorização e construção de espaços de memória da enfermagem sergipana. Muito obrigada por tudo.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, especialmente às Profas. Dras. Vera Maria, Ilka Miglio, Cristiane Porto, Andrea Karla e ao Prof. Dr. Cristiano Ferronato juntamente com o GPHEN cujos ensinamentos foram essenciais para minha

caminhada no mestrado e que levarei para a vida. E a todos que compõem o PPED.

Aos colegas da turma 2018.1, especialmente Joseane, Viviane Matos, Ana Carla, Edirani, Martuse, Jacqueline, Natalina, Luzinete Moreira, com quem compartilhei as alegrias, brincadeiras, as aflições e dúvidas, mas também o conforto nos momentos mais difíceis. Confesso que, ao cursar as disciplinas, senti dificuldade com as leituras muito densas, mas foram muito inspiradoras, sobretudo com as apresentações dos textos propostos e os fichamentos. Pensei em desistir, por diversas vezes, mas recebi o apoio dos colegas e professores que foram essenciais durante esse percurso, aos quais agradeço imensamente.

À minha orientadora maravilhosa, Simone Amorim, por sua generosidade, apoio, pela compreensão nos momentos de dificuldades durante essa jornada, que com sua competência, paciência e profissionalismo me levou a conhecer as especificidades do campo da História da Educação, conduzindo-me na construção desta pesquisa. Obrigada pelos ensinamentos e por sua amizade.

À banca na pessoa da Prof^a. Dra. Ilka Miglio de Mesquita, pelas contribuições, que foram fundamentais para construção desse estudo. A Prof.^a. Dra. Pacita Geovana que desde o TCC me incentivou e mostrou a importância dessa pesquisa para a História da Enfermagem Brasileira. Obrigada pelas contribuições, incentivo e pelo trabalho de preservação da memória da enfermagem dentro do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

Aos colegas dos Grupos de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES) e Grupo de Pesquisa em História da Educação pelo apoio e contribuições.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e à FAPITEC/SE (Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica Estado de Sergipe), pelo incentivo financeiro sem o qual essa pesquisa não se viabilizaria.

Agradeço também àqueles que muito contribuíram para a realização desse trabalho, o pessoal dos locais de Memórias por toda atenção, carinho e

pela luta na preservação da memória e da história em geral como: Arquivo Público Municipal de Aracaju, à Rita, Cenira e Paulo; no Arquivo Público do Estado de Sergipe, à Sra. Branca, Sra. Raquel, Sr. Milton, Sr. Person; IHGSE, os estagiários, à Prof.^a Aglaé Fontes e ao Prof. Luiz Fernando Soutero; ao pessoal da Biblioteca Epifânio Dória na pessoa de Sr. Tito; Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro, na pessoa de Rosa. A Prof.^a Dra. Maria Jésia, pela partilha de conhecimento; A Prof.^a Pureza e a Márcia muito obrigada pelo apoio.

Enfim, a todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta pesquisa.

*Eis aqui a Enfermeira Opelina Rollemberg (1906-1966),
protagonista da Enfermagem Sergipana.*

Figura 1 – Opelina Rollemberg



Fonte: Dossiê, 1931. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

[...] Não basta, porém, termos uma profissão: é necessário que a exercemos bem, desenvolvendo nela todas as nossas possibilidades construtivas, nossa inteligência, nosso esforço, integrando-nos perfeitamente no seu exercício, fazendo dela a razão de ser da nossa vida, transformando-a num ideal de progresso.

Opelina Rollemberg, 1939

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender a trajetória de formação e atuação profissional da educadora e primeira enfermeira diplomada sergipana, Opelina Rollemberg (1906-1966), no período entre 1920-1942, destacando às suas contribuições de para a enfermagem no seu estado de origem. Trata-se de um estudo de natureza histórica documental, com abordagem biográfica, tendo como matriz historiográfica a História Cultural. Durante o caminho metodológico tomou-se por referência fontes do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro (CEDOC/EEAN/UFRJ). Foram empreendidas buscas por outras fontes na Biblioteca Estadual Epifânio Dória, Arquivo Público Municipal de Aracaju (APMA), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Paróquia Nossa Senhora da Purificação na cidade de Capela – SE. Ressalta-se que para esta pesquisa, não foi necessária à aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma investigação estritamente documental, cujas fontes estão disponíveis em centros de pesquisa abertos ao público para consulta, mas foram observadas as normas específicas de cada arquivo consultado. Demonstrou-se que a formação e a prática docente das normalistas tendo como aliadas a educação e a saúde, inspirou-se na arte do cuidar, umas das premissas da enfermagem, pois quando se educa em saúde, isso é sinônimo de cuidado. É nesse contexto que se insere o processo formativo e trajetória profissional da personagem, objeto desta pesquisa. Evidenciou-se que Opelina Rollemberg foi protagonista no processo de implantação do modelo sanitário e formação das primeiras enfermeiras visitadoras de Sergipe, em cumprimento ao Plano Nacional de Saúde Pública do governo Getúlio Vargas, e colaborou de modo singular para a construção das ideias sanitaristas a partir da educação em saúde e dos princípios fundamentais da enfermagem. Também participou da fundação da Associação Brasileira de Enfermagem seção Sergipe. Espera-se contribuir para enfermagem brasileira e, sobretudo, para o campo da História da Educação, base desta pesquisa, no qual se destacam não somente os percursos educacionais e a evolução das práticas pedagógicas e de seus agentes, mas também permite compreender o contexto em que ocorreram.

Palavras-chave: Opelina Rollemberg. Educação. Normalista. Enfermagem, Saúde Pública.

ABSTRACT

This study aims to understand the trajectory of training and professional performance of the educator and first graduate nurse from Sergipe, Opelina Rollemberg (1906-1966), in the period between 1920-1942, highlighting her contributions to nursing in her home state. It is a study of a historical documentary nature, with a biographical approach, having Cultural History as its historiographic matrix. During the methodological path, sources from the Documentation Center of the Anna Nery School of Nursing in Rio de Janeiro (CEDOC / EEAN / UFRJ) were used as reference. Searches were undertaken from other sources at the Epifânio Dória State Library, Aracaju Municipal Public Archive (APMA), Sergipe State Public Archive (APES), Sergipe Historical and Geographic Institute and at Nossa Senhora da Purificação Parish in the city of Capela-SE. It is noteworthy that for this research, it was not necessary to approve an Ethics in Research Committee (CEP) because it is a strictly documentary investigation, the sources of which are available in research centers open to the public for consultation, but the specific rules for each file consulted. It was shown that the training and teaching practice of normalists, having education and health as their allies, was inspired by the art of care, which is nursing, because when one is educated in health, this is synonymous with care. It is in this context that the character's training process and professional trajectory is inserted. It was evident that Opelina Rollemberg, illustrious daughter of Sergipe, was a protagonist in the process of implementing the health model and training the first visiting nurses in Sergipe, in compliance with the Getúlio Vargas government's National Public Health Plan and collaborated in a unique way to build sanitary ideas. from health education and the fundamental principles of nursing. He also participated in the founding of the Brazilian Nursing Association in the Sergipe section. It is expected to contribute to Brazilian nursing and, above all, to the field of History of Education, the basis of this research, which highlights not only the educational pathways and the evolution of pedagogical practices and their agents, but also allows to understand the context in that have occurred.

Keywords: Opelina Rollemberg. Education. Normal School student. Nursing, Public Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Opelina Rollemberg	12
Figura 2- Escola Normal	31
Figura 3- Registro do Batizado de Opelina Rollemberg.....	33
Figura 4- Noticiário de Falecimento de Dr. Aurélia Dias Rolemberg.....	35
Figura 5- Grupo Escolar Coelho e Campos.....	39
Figura 6- Igreja Matriz de Nossa Senhora Purificação em Capela.....	42
Figura 7- Usina Proveito e Comércio em Capela-SE.....	43
Figura 8- Festa do Mastro em Capela.....	44
Figura 9- Desfile da Escola Normal.....	46
Figura 10- Grupo Escolar Barão de Maruim.....	50
Figura 11- Disciplinas especiais da Escola Normal de 1926.....	53
Figura 12- Instituto Profissional Coelho e Campos.....	54
Figura 13- Anúncio sobre o ensino profissional.....	55
Figura 14- Edital de matrícula do Instituto Profissional Coelho e Campos.....	56
Figura 15- Relatório parcial da Delegacia da 1º Região do Ensino.....	58
Figura 16- Ofício do Governador Manoel Dantas.....	59
Figura 17- Solicitação de uma Professora para abertura de uma Escola.....	60
Figura 18- Parte do Relatório do Grupo Escolar Gumercindo Bessa.....	68
Figura 19- Anúncio sobre doença Opilação.....	71
Figura 20- Comunicado de uma Professora de Pacatuba-SE.....	71
Figura 21- Comunicado sobre a vacinação na Barra dos Coqueiros.....	72
Figura 22- Edital da Escola Complementar.....	76
Figura 23-Parte da Ata Escola Complementar de 1920.....	77
Figura 24- Certificado emitido pela Escola Complementar em 1923.....	79
Figura 25- Resultado do Exames Finais de Psicologia da Escola Normal.....	82
Figura 26- Ficha de Inscrição de Opelina Rollemberg na EEAN.....	84
Figura 27- Disciplina do Curso Profissional Feminino da Escola Normal.....	85
Figura 28- Parte do livro de chamadas do IPCC.....	86
Figura 29- Nomeação de Opelina Rollemberg.....	89
Figura 30- Livro de Ponto Profissional da Escola Normal.....	91
Figura 31- Pavilhão de Aulas da EEAN.....	95
Figura 32- Solenidade em Homenagem a enfermeira norte-americana.....	98
Figura 33- Internato da Escola de Enfermagem Anna Nery.....	102
Figura 34- Carteira da aluna matriculada da EEAN.....	103
Figura 35- Hospital de Beneficência Cirurgia.....	110
Figura 36- Laboratório Dietética	115
Figura 37- Ficha de Admissão de Opelina Rollemberg na EEAN.....	115
Figura 38- Mapa do tempo de serviço.....	119
Figura 39- Ofício enviado por Opelina para a diretora da EEAN.....	121
Figura 40- Nota do Curso de Visitadoras.....	123
Figura 41- Roupa da Enfermeira-visitadora de 1925.....	128
Figura 42- Ofício de Opelina para o Interventor	132

Figura 43- Ofício de Transferência de Opelina para Alagoas.....136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Transcrição do Registro de Batizado de Opelina.....	33
Quadro 2- Transcrição do Anúncio do falecimento de Aurélia	35
Quadro 3- Transcrição da Nota sobre o ensino profissional.....	35
Quadro 4- Transcrição do Edital de Matrícula do IPCC.....	57
Quadro 5- Transcrição do Relatório da Delegacia de ensino.....	58
Quadro 6- Transcrição do Ofício do Gov. Manoel Dantas.....	59
Quadro 7- Transcrição da solicitação de uma professora.....	60
Quadro 8- Transcrição dos art. da Escola Normal e Instrução Pública.....	66
Quadro 9- Transcrição do Relatório do Grupo Escolar G. Bessa.....	67
Quadro 10-Transcrição do comunicado de uma Profa. de Pacatuba.....	72
Quadro 11- Transcrição do comunicado da Profa. da B. dos Coqueiros.....	72
Quadro 12- Transcrição do edital da Escola Complementar.....	76
Quadro 13- Transcrição da Ata da Escola Complementar.....	77
Quadro 14- Transcrição das disciplinas da Escola Normal.....	78
Quadro 15- Transcrição do Resultados dos exames de Psicologia.....	82
Quadro 16- Transcrição dos nomes das alunas do IPCC.....	86
Quadro 17- Transcrição da nomeação de Opelina	88
Quadro 18- Transcrição da capa do livro de ponto da Escola Normal.....	91
Quadro 19- Transcrição do anúncio sobre a febre tifoide.....	10
Quadro 20- Transcrição da Portaria 24 sobre o curso de enfermagem.....	107
Quadro 21- Transcrição da ficha de admissão de Opelina na EEAN.....	116
Quadro 22- Transcrição do Ofício enviado por Opelina para a EEAN.....	121
Quadro 23- Transcrição da Portaria 25 de 1925.....	125
Quadro 24- Transcrição das disciplinas do curso da EEAN.....	126
Quadro 25- Transcrição do Ofício sobre a ação social.....	132
Quadro 26- Transcrição do Ofício da transferência de Opelina para Alagoas.....	136
Quadro 27-Transcrição da entrevista de Adalúcia Bonfim em 1943.....	138

LISTA DE SIGLAS

ABEn-SE- Associação Brasileira de Enfermagem- seção Sergipe

BEED - Biblioteca Estadual Epifânio Dória

CEDOC – Centro de Documentação

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

EEAN – Escola de Enfermagem Anna Nery

PNSP – Paróquia Nossa Senhora da Purificação

RJ – Rio de Janeiro

SE – Sergipe

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

GEPES - Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas

GPHEN – Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

APMA – Arquivo Público Municipal de Aracaju

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IPCC - Instituto Profissional Coelho e Campos

SUMÁRIO

1 Introdução	15
2 A Inserção de Opelina Rollemberg no Magistério.....	32
2.1 A Inserção Feminina na Escola no Início do Século XX.....	44
2.2 A Formação e atuação de Opelina no Magistério	74
3 Trajetória Profissional na Enfermagem de Opelina Rollemberg.....	96
3.1 Contribuições de Opelina Rollemberg para a Enfermagem Sergipana....	123
Referências.....	149
Fontes	156
Apêndice	159
Apêndice A- Ata dos exames de admissão à Escola Complementar.....	160
Apêndice B- Livro de Chamada do Curso Profissional Feminino	162
Apêndice C- Relatório do Grupo Escolar Barão de Maruim de 1926.....	164
Apêndice D- Ofício do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe.....	168
Apêndice E- Comunicado da Escola Normal.....	169
Apêndice F- Anúncio do DSP sobre a Saúde Pública.....	170
Anexo 1- Transcrição do Relatório do Grupo Escolar Barão de Maruim.....	171

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória de formação e atuação profissional de Opelina Rollemberg (1906-1966), educadora e primeira enfermeira sergipana (1920-1942). Ressalta-se que a educação, saúde pública, enfermagem e docência são temas que, como fios, cruzam-se e se ligam para tecer esta narrativa histórica.

O primeiro contato com as informações sobre as contribuições de Opelina Rollemberg para a enfermagem sergipana ocorreu em 2015, durante as aulas do Componente Curricular Didática de Ensino do Curso de Enfermagem da Universidade Tiradentes, ministradas pela Prof.^a Me. Angela Barros, sobre a história da enfermagem. Durante toda a graduação a história da enfermagem sergipana foi muito pouco abordada em sala de aula, fato que gerou inquietações nesta pesquisadora, tanto pela ausência na matriz curricular de uma disciplina de história da Enfermagem, quanto por perceber a necessidade de reconstituição e registro da História da Enfermagem em Sergipe.

Assim sendo, ainda em 2015, iniciaram-se as buscas por fontes sobre Opelina Rollemberg, sendo encontrados quatro trabalhos¹. Em 2017, de posse das informações encontradas nestes estudos sobre Opelina Rollemberg e com o incentivo dos professores Angela Barros e Cristiano Ferronato, essa pesquisa se tornou um

¹ O primeiro trabalho, de autoria de Vilma de Carvalho e Jussara Saultier (2004), intitulado “As pioneiras e a consolidação da enfermagem no Brasil: documentos históricos - 1932 a 1950”. Este livro foi produzido para o Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEDOC/EEAN/UFRJ), que está localizado na Rua Afonso Cavalcanti, nº 275 – Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20211-130. Nesse artigo, consta o número da caixa onde se encontra arquivado o dossiê da ex-aluna Opelina Rollemberg, o que tornou possível essa pesquisa; O segundo trabalho, de autoria de Maria Jésia Vieira et al. (2001), intitulado: ABEn Sergipe: 47 anos de luta e resistência;

O terceiro estudo, foi livro de autoria de Maria Cláudia Tavares de Mattos; Maria Pontes de Aguiar Campos (2006), intitulado: ABEn-SE:52 anos de Vontade, Coração e Garra;

E o quarto trabalho, de autoria de Maria Jésia Vieira (et al. 2002), intitulado: O Início da enfermagem profissional em Sergipe: Opelina Rollemberg. Em 2018, dando continuidade à coleta de dados, procurei a Prof.^a Dra. Maria Jésia Vieira em busca de informações sobre o quarto trabalho, afim de saber se ela conseguiu finalizá-lo ou não, como também obter mais alguma informação. A referida professora, gentilmente falou sobre o projeto de reconstituição da história da enfermagem sergipana, iniciado em 2001, mas que não deu continuidade. Também me passou informações que conseguiu naquela época, o endereço de uma neta adotiva de Opelina Rollemberg e que, na ocasião, morava no Rio de Janeiro. Assim, fez contato com a neta de Opelina por meio de carta e obteve retorno pouco tempo depois. Também escrevi uma carta para a referida neta, mas não obtive retorno, pois segundo os Correios, ela mudou de endereço.

Projeto Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC)² e, posteriormente, tornou-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Após leitura atenta, percebeu-se nesses trabalhos¹ que existiam lacunas que requeriam mais informações tanto sobre a história da enfermagem sergipana, quanto sobre a trajetória profissional de Opelina Rollemberg. Estes, por sua vez, foram complementados por outras fontes documentais encontradas em diferentes locais de memória, que serão descritos adiante.

Neste sentido, considerando o intuito de trabalhar com uma educadora e enfermeira que se destacou no âmbito da Enfermagem e da Saúde Pública em Sergipe e além fronteiras, tendo sua trajetória profissional apresentada nesta pesquisa, interessa saber: Como Opelina Rollemberg, em sua trajetória profissional de educadora e enfermeira, contribuiu para a configuração do campo/história da enfermagem sergipana, estando imbricada na arte de cuidar?

A pesquisa buscou analisar os três momentos considerados fundantes dos processos formativos e da trajetória profissional de Opelina para constituição dessa pesquisa: formação na Escola Normal e seus anos iniciais de magistério entre 1920-1927; formação na Escola de Enfermagem Anna Nery e sua atuação como Instrutora na referida Escola, posteriormente como Enfermeira do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e Professora do Curso de Enfermeiras-Visitadoras em Sergipe entre 1931-1942. Além disso, serão abordados alguns aspectos dentro do que foi possível identificar no que diz respeito a suas contribuições como Presidente, assim como Vice-presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Sergipe (ABEn-SE), entre 1954-1960.

Parte-se do pressuposto que, ao compreender a trajetória profissional da educadora e enfermeira Opelina Rollemberg, pioneira da enfermagem sergipana, possibilita-se reconstituir a história da Enfermagem em Sergipe e, conseqüentemente, aperfeiçoar o Componente Curricular História da Enfermagem na Matriz Curricular dos cursos superior e médio nas instituições de ensino no Estado, como também fomentar novas pesquisas nesse campo do saber. Para atender a esse pressuposto, estruturei

² O Projeto Voluntário de Iniciação Científica, teve a orientação da Professora Angela Barros, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Tiradentes e sob a Coordenação do Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato, coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma universidade e do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (GPHEN).

os seguintes objetivos específicos: a) analisar as influências familiares recebidas por Opelina que cooperaram para a sua formação profissional; b) identificar de que maneira ocorreu a inserção de Opelina no mercado de trabalho, respectivamente no magistério e na enfermagem; c) destacar as contribuições de Opelina Rollemberg para a enfermagem em Sergipe.

Justifica-se esse estudo pela carência de pesquisas nesse campo do saber em Sergipe e, principalmente, pela necessidade de compreender a trajetória profissional de Opelina Rollemberg que, por suas atuações como enfermeira e educadora, constituem-se como marcos fundantes da História da Enfermagem sergipana. Conforme afirma Burke (2011), o registro da história já se justifica por si só. No entanto, esta pesquisa contribui para além do registro histórico, pois traz elementos para o conhecimento e o reconhecimento da atuação de uma das pioneiras da enfermagem no Estado de Sergipe. A relevância deste estudo remete ao seu valor histórico para a enfermagem e para a história da saúde e da educação no Brasil. Além disso, os resultados da investigação acrescentarão informações históricas para a reflexão sobre o tema, que poderão se somar a outras pesquisas já desenvolvidas sobre a difusão do modelo nightingaleano no país, contribuindo para a historiografia da enfermagem como profissão.

Vale salientar que a compreensão da trajetória profissional de Opelina Rollemberg perpassa uma conjuntura política, social e econômica, considerando os dispositivos de fiscalização e de organização que contribuíram para a configuração da enfermagem profissional em Sergipe, na década de 1930. Assim sendo, torna-se impossível entender essa profissão sem estabelecer a relação dela com a história de cada sociedade. Neste sentido,

é necessário compreender que se a enfermagem, enquanto prática social, é condicionada pelo contexto onde atua, ela também exerce influência na sociedade em que se insere, segundo as forças sociais em jogo no campo da saúde e, além disso, que sobre as determinações históricas recorta-se a ação coletiva de homens e mulheres e a ação de pessoas que ocupam posições estratégicas, em dado momento ou situação, pois a aceitação de que o indivíduo só pode atuar dentro das condições determinadas pela organização econômica da sociedade e pelo poder político, não elimina a força de certas personalidades nem a imprevisibilidade das opções individuais. Assim, é preciso reconhecer que na história da enfermagem (no passado e no presente) ressaltam figuras que, por sua atuação, se constituem em marcos referenciais. (BARREIRA, 1999, p. 90)

Nessa perspectiva, entende-se que a enfermagem se constitui em uma representação de legitimidade social que, de modo particular, contribuiu na construção das bases da saúde da sociedade brasileira, através dos seus agentes. Diante do exposto, o estudo da trajetória profissional de Opelina Rollemberg se torna relevante para o campo da História da Educação e da História da Enfermagem brasileira. Desta forma, entende-se que a educação é essencial para o desenvolvimento humano e para a vida em sociedade. Logo, demonstra ser este estudo elegível ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - PPEd/UNIT, ao Curso de Enfermagem e ao Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES)³, da referida Universidade, mas sobretudo por contribuir para as investigações no campo da História da Educação e da História da Enfermagem sergipana e brasileira. Assim, este estudo adentra ao campo da História da Educação onde, de acordo Nóvoa,

A História da Educação não é importante apenas porque nos fornece a 'memória dos percursos educacionais' (que alguns casos se pode revestir de uma certa exemplaridade) mas sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social. (NÓVOA, 1992, p. 211)

Inserir-se no âmbito da História Cultural, adotada pelo campo da História da Educação, matriz historiográfica constituída como instrumento essencial para compreensão de realidades sociais ao operar com seus agentes e contextos. Assim sendo, "A História Cultural dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um 'ser-percebido' constitutivo de sua identidade". (CHARTIER, 2002, p. 73). É sob essa matriz que serão analisados a trajetória profissional de Opelina Rollemberg, as contribuições da referida enfermeira para a enfermagem sergipana, bem como o contexto em que ocorreram. Assim, considera-se importante, recordar sobre alguns aspectos da História da Educação, da saúde e enfermagem brasileira.

Segundo Nunes (2008), a História da Educação de Sergipe está intrinsecamente relacionada à História da Educação do Brasil, de modo que, no

³ O Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GEPES) é coordenado pela Prof.^a Dra. Simone Silveira Amorim. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/grupopesquisaeducacaosociedade>>

campo educacional, cujo o histórico de reformas contínuas e fragmentadas, movidas por ideias não condizentes com a realidade brasileira, também acontecia no Estado. Em Sergipe, com a criação das escolas primárias e a reabertura da Escola Normal em 1901, houve uma valorização da participação feminina no campo educacional, pois, na verdade, as mulheres já haviam sido inseridas nele, diferente de outras épocas, como no século XIX, quando somente os meninos da classe elitista tinham acesso à esse tipo de educação.

No contexto da Saúde Nacional, segundo Finkelman (2002), a história da saúde pública brasileira, a grosso modo, tornou-se uma história de ações pontuais de emergência contra os grandes surtos epidêmicos. Desde o período imperial até o início do século XX, registrava-se a incidência de febre amarela, varíola e peste bubônica nos espaços urbanos, principalmente na capital do Império, o Rio de Janeiro, tida como o berço das doenças, além das chamadas endemias rurais, como a malária, a doença de Chagas e a ancilostomose. Destaca-se a febre amarela pelos impactos, não somente vitimando as pessoas, mas também afetando os processos políticos e as ações para a construção do campo científico do país. Porém, antes dessas epidemias, o Brasil era referenciado como um país saudável, devido aos sistemas naturais, a biodiversidade etc. (FINKELMAN, 2002, p. 39)

É significativo mencionar que no início do século XX, em 1919, à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz⁴ foi o médico responsável por inaugurar uma nova era para a higiene e saúde nacional. Durante sua administração foram criadas organizações que tinham por ideal instituir medidas de caráter sanitário na promoção de saúde (GONDRA, 2000). Além disso, anteriormente, o referido médico criou o Instituto Soroterápico Federal, juntamente com dois colegas, o Adolpho Lutz e Vital Brasil, tendo apoio do Governo Federal, sendo inaugurado em 25 de maio de 1900 e consolidado em 1907, tendo sido denominado Instituto Oswaldo Cruz⁵.

⁴ Oswaldo Cruz (1872-1917), médico e cientista brasileiro, responsável pela reforma sanitária para o combates das epidemias de peste bubônica e febre amarela, além de criar o Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920. Foi o presidente da Fundação que leva seu nome de (1902-1917) (FIOCRUZ, 2019). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>> Acesso em: 02 mai 2019.

⁵ O referido Instituto é composto de laboratórios de pesquisa, escola e biblioteca, sendo que a partir de 1980, passa por uma reorganização funcionando em departamentos no qual foram instalados os cursos de mestrado, doutorado e técnico de pesquisa, além de possuir a maior revista biomédica da América Latina. Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/centenario_IOC_livro.pdf.> Acesso em: 08 out. 2019.

Devido a necessidade de formar profissionais que possuíssem conhecimentos técnicos e científicos, surgiu o Serviço de Nacional de Enfermeiras no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (HOCHMAN, 2012). Em atendimento à solicitação do médico brasileiro Carlos Chagas⁶, o Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller enviou ao Brasil a enfermeira Norte Americana Ethel Parsons. Inicialmente, essa enfermeira se dedicou a diagnosticar as prioridades relacionadas ao panorama nacional de saúde, assim como a necessidade de atenção de enfermagem. Além disso, organizou e dirigiu o primeiro serviço de formação de enfermeiras para a saúde pública na Capital Federal, em 1922 que, posteriormente, adotou o nome Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) (Padilha et. al., 2015, p. 233 apud SANTOS; BARREIRA, 2002).

Em Sergipe, durante as duas primeiras décadas do século XX, não muito diferente do Rio de Janeiro, sofria-se com as epidemias, principalmente de cólera. Porém, as condições socioeconômicas e culturais favoreceram a incorporação das ideias higienistas com o apoio do governo, que almejava uma melhor condição de vida a ser ofertada a sua população, sobretudo as rurais, visto que estas eram as que movimentavam a economia do Estado. Neste aspecto, a capital Aracaju se remodelou a partir do sistema de bondes elétricos (1908-1926), pois anteriormente só havia bonde movido a tração animal até 1908. Houve o abastecimento de água canalizada em 1909 e, em 1914, implantou-se o sistema de esgoto sanitário, além dos serviços de drenagem e eletricidade (SANTANA, 2005).

Entretanto, somente a partir de 1922 foi que a saúde em Sergipe começou a ter perspectivas de melhoras com a proposta de uma reforma sanitária no Estado. Além disso, em 1923, nasceu a ideia de construção do Hospital de Beneficência Cirurgia, que foi inaugurado em 1926 (SANTANA, 2005). Tal iniciativa ocorreu durante um banquete no palácio do governo estadual oferecido pela classe médica a Parreiras Horta⁷, que na oportunidade foi homenageado como grande cientista brasileiro.

⁶ Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1878-1934), médico e cientista brasileiro, responsável pela descoberta da doença causada pelo *Trypanosoma cruzi* que o mesmo batizou em homenagem a Osvaldo Cruz, mais ficou conhecida como doença de chagas em sua homenagem. Foi um combatente da epidemia de malária e outras doenças no início do século XX, juntamente com Osvaldo Cruz. Atuou como diretor geral de Saúde Pública e criou o Serviço de Enfermeiras com o apoio da Fundação Rockefeller, que posteriormente tornou-se a Escola de Enfermagem Anna Nery (FIOCRUZ, 2019). Disponível em: <<http://www.bvschagas.coc.fiocruz.br/php/>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

⁷ Farmacêutico pela Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro e, posteriormente em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 21 de janeiro de 1905, defendendo a tese "Contribuição

Nessas conversações, embora decorressem sobre assuntos médicos, em dado momento, houve o diálogo entre o médico Dr. Augusto Leite, idealizador do hospital, e o governador do Estado, Graccho Cardoso, que resultou na disponibilização de verbas para construção do referido hospital (SILVA, 2006).

No entanto, mesmo diante da necessidade de saúde da população, segundo o Diário Oficial do Estado de Sergipe, somente em agosto de 1931, nos anexos do Hospital Cirurgia, foi realizado o curso de enfermagem, que aqui se considera como noções em nível técnico de enfermagem, com duração de seis meses, promovido pelo diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. O referido curso, instalado no Hospital Cirurgia, teve como dois dos seus professores, ambos médicos, o Dr. Augusto Leite, diretor do Hospital e o Dr. João Firpo, para ministrar as aulas teóricas e práticas a convite do diretor do Departamento de Saúde Pública, visto que ainda não tinham enfermeiras diplomadas em Sergipe (SERGIPE, 1931).

Ressalta-se que a configuração da enfermagem profissional sergipana teve início em 3 de julho de 1931, quando foi enviada a primeira turma composta por 8 (oito) moças, entre elas Opelina Rollemberg, para cursar enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery, no Rio de Janeiro, com o apoio do governo de Sergipe, por intermédio do Interventor Federal e médico sergipano Dr. José Rodrigues Bastos Coelho (SERGIPE, 1931).

Esta pesquisa, que agora se materializa em formato de dissertação, trata-se de um estudo de natureza histórica documental, utilizando a abordagem Biográfica, que possibilita conhecer a vida do biografado, processo formativo, percursos profissionais,

para o Estudo das Septicemias Hemorrágicas”, da cadeira de Bacteriologia. Entre as suas ações destaca-se, sua vinda a Sergipe no início de 1923 tendo sido convidado pelo amigo Maurício Graco Cardoso, governador de Sergipe, para construir em Aracaju um Instituto de Pesquisa capaz de ampliar suas ações no campo da Saúde Pública. Ao chegar na capital sergipana dedicou-se ao grande empreendimento, que tinha por objetivo a produção de insumos básicos, o combate a raiva e a produção de vacina antivariólica. O Instituto deveria contar com laboratórios de patologia clínica, de bacteriologia e de química, capazes de propiciar a implantação da pesquisa científica no Estado. O Instituto foi inaugurado em 5 de maio de 1924, com os laboratórios acima referidos e o setor de produtos biológicos (para a produção das vacinas contra a varíola, a raiva e as febres tifoide e paratifoide). Em dezembro de 1925, Parreiras Horta concluiu sua missão e retornou para o Rio de Janeiro, deixando em seu lugar o Dr. João Firpo Filho. O governo de Sergipe, num ato de justa homenagem, deu ao seu Instituto de Pesquisa o nome de Instituto Parreiras Horta. Disponível em: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=627> Acesso em: 06 de mar. 2020.

além do contexto e aspectos sociais da época em viveu. De modo que esse recurso metodológico demonstra ser apropriado para a compreensão do processo formativo, trajetória profissional da personagem e das suas contribuições para a enfermagem sergipana.

Segundo Amorim (2009), a biografia pode ser utilizada como uma abordagem, mas não é suficiente para definir todo o contexto da pesquisa devido ao fato de que os estudos biográficos possuem limitações, dependem tanto das condições de acesso às fontes, seja por meio de entrevista, quando o personagem ainda está vivo, como também existem a dificuldade de acesso às fontes, após a morte do biografado.

Destaca-se que a escolha pela utilização da abordagem biográfica, neste estudo, mesmo sabendo das dificuldades e limitações das fontes, foi feita a partir das fontes documentais, dentro do que foi possível encontrar em boas condições de manuseio, como documentos institucionais, publicações do Diário Oficial do Estado de Sergipe etc., o que se tornou um desafio instigante.

Portanto, lançou-se mão, nesta pesquisa, da abordagem biográfica, pois, segundo Amorim (2009), ela possibilita ao pesquisador a liberdade metodológica de fazer uso da biografia, trajetória de vida e a trajetória profissional, de acordo com os objetivos propostos, estando sob a matriz da História Cultural, base deste estudo. Assim sendo, nesta pesquisa, a abordagem foi utilizada para tentar compreender os processos formativos e trajetória profissional da personagem. Assim sendo, essa metodologia atendeu a perspectiva para a análise da conjuntura histórica da época almejada, como também da representação construída por Opelina Rollemberg ao longo do seu percurso profissional, realizada correlacionando-o com as fontes.

Metodologicamente, elegeu-se a abordagem qualitativa de cunho exploratório, pelo fato deste estudo lidar com interpretações das realidades sociais ao buscar compreender a trajetória profissional de Opelina Rollemberg, a fim de analisar o processo de organização da Saúde Pública e não valores estatísticos sobre a enfermagem. Para Creswell (2010), “a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes” (CRESWELL, 2010, p. 211).

Alguns autores também têm utilizado a abordagem biográfica para os estudos no campo da História da Educação e da Enfermagem. Uma dessas contribuições foi a de Amorim (2009) que, no livro “A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe”, evidencia que é possível investigar a trajetória de uma pessoa, identificando suas contribuições e representação, como também se faz possível compreender o contexto da realidade vivenciada pelo indivíduo objeto da pesquisa, sobretudo no campo educacional.

Em relação aos estudos de enfermeiras brasileiras escritos a partir da abordagem biográfica, destaca-se o artigo Barreira e Baptista (2002), “Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal”. Este texto aborda a atuação de Haydée Guanais Dourado no contexto da enfermagem brasileira, na primeira metade do século XX, destacando-se o seu perfil tanto pessoal, como profissional. Além disso, traz uma análise da sua participação na Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), bem como uma discussão acerca da sua contribuição ao desenvolvimento da enfermagem, sobretudo no âmbito jurídico e científico da profissão, sobre o qual as autoras salientam que:

No momento em que a Revista Brasileira de Enfermagem completa 70 anos, podemos afirmar que a maior parte dos 87 anos de vida de Haydée Guanais Dourado (HGD) foram dedicados à construção dos fundamentos jurídicos que resguardaram e ampliaram as áreas do exercício profissional, como espaços sociais garantidos por direito à enfermagem, segundo demandas legitimadas por um fazer ético. Para o desenvolvimento desse projeto foi decisiva sua atuação na Revista, por ela entendida como veículo de comunicação jornalística. Seu empenho como editorialista e articulista foi tanto o de apontar caminhos para a enfermagem como o de documentar e divulgar as evidências concretas do caráter técnico-científico da profissão, demonstrando, de modo continuado, a contribuição a ser dada pela enfermagem no encaminhamento dos magnos problemas da sociedade brasileira (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p. 276).

Destaca-se também, o artigo de Cardoso e Miranda (1999), intitulado, “Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira”, que tem como base a matriz historiográfica da História Cultural. O texto traz uma abordagem biográfica sucinta e um conjunto de reflexões que, segundo as autoras, tinha o intuito de reconstruir a memória e as contribuições de Anna Nery para a enfermagem brasileira, que esteve no anonimato por muito tempo. Quanto a Anna Nery, Cardoso e Miranda destacam que:

Uma das raras mulheres que mereceram menção na historiografia oficial, foi Anna Nery (1814-1880), uma mulher anônima, que ofereceu-se como voluntária para participar da Guerra do Paraguai (1865-1870), foi nomeada enfermeira e consagrou-se, sendo mencionada, de forma heroica como uma das mais ilustres mulheres da História do Brasil e da Enfermagem (CARDOSO; MIRANDA, 1999, p. 339).

Observa-se que os quatro trabalhos, a partir da abordagem biográfica, apresentados neste estudo: Amorim (2009), Barreira e Baptista (2002), Cardoso e Miranda (1999), possuem como característica comum a descrição da trajetória profissional e formação, mas principalmente as realizações do biografado. Porém, descrever personagens, não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata de mulheres devido à dificuldade em identificar fontes de pesquisa. Isso foi percebido durante as buscas por fontes que revelassem as informações sobre Opelina Rollemberg, que desenvolveu diversas atividades em prol da Saúde em Sergipe, mas cujo nome não foi citado nos livros⁸ sobre personalidades sergipanas e História de Sergipe que discorrem sobre a saúde no Estado.

Portanto, percebe-se que a abordagem biográfica considera vários aspectos em diversas áreas do conhecimento e que estão ligados à História da Educação. Desta maneira, evidencia-se que a trajetória profissional de Opelina Rollemberg foi construída a partir da docência, esteve ligada a esse campo do saber e contribuiu para o desenvolvimento do magistério e da enfermagem em Sergipe. Para Bourdieu,

Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 1996, p.190).

Diante desse entendimento, toma-se como inspiração os ensinamentos de pesquisadores e defensores da história da enfermagem como campo do saber científico, pois,

Recuperar a memória e estudar História da Enfermagem capacita o saber ser enfermeiro, dotando o profissional de competências imperiosas à

⁸ MEDINA, A.M. F. (Org.). **Epifânio Dória: Efemérides Sergipanas**. V. II – Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2009;
WYNNE, J.P. **História de Sergipe (1930-1972)**, V.II – Editora Pongetti, Rio de Janeiro- Guanabara, 1973.

administração dos serviços de enfermagem, gerenciamentos de conflitos, destituição de mitos, racismo, preconceitos e intolerâncias que, muitas vezes, emperram o desenvolvimento da assistência de enfermagem (OGUISSO; CAMPOS, 2013, p. 49).

Assim, tomou-se por referência fontes¹ do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e seguiu-se a trilha investigativa à procura de indícios sobre a história da enfermagem sergipana. Ao longo do semestre de 2018 foram empreendidas buscas por outras fontes e, ao me debruçar sobre elas, senti-me provocada em desvendar lacunas percebidas, mesmo com as deficiências na preservação como um todo nos locais de guarda de memórias do Estado. Enfatiza-se que,

[...] os documentos são as evidências que podemos utilizar para fazer história, os quais resultam de escolhas feitas no que diz respeito ao que a creditamos fazer parte de um contexto. Eles podem ser escritos, mas também podem se constituir de objetos, desenhos, fotografias, etc. Enfim, tudo que pode nos dar indícios do passado e ser utilizado como fonte histórica, diz respeito ao homem e que, mesmo sem palavras, expressa o que foi produzido por ele (AMORIM, 2013, p.16).

Na Biblioteca Estadual Epifânio Dória⁹, a ênfase da coleta de dados foi dada aos livros que discorressem sobre a Saúde Pública em Sergipe. No Arquivo Público Municipal de Aracaju (APMA), foram pesquisados livros sobre a saúde pública, História de Sergipe e o Dicionário Biobibliográfico de Guaraná (1925), além das edições disponíveis do Diário Oficial do Estado de Sergipe (1925-1942), no qual foram analisados e digitalizados assuntos referentes a Instrução e Saúde Pública de Sergipe e Opeline Rollemberg.

No Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)¹⁰, buscou-se as edições disponíveis do Diário Oficial do Estado de Sergipe (1943-1966), como também foram pesquisados Documentos da Escola Normal (Livro de Ponto dos Professores, Regulamentos), Documentos da Instrução Pública de Sergipe (Regulamentos, Solicitações de Professores, Relatórios das Escolas, ofícios, etc.), além de Ofícios,

⁹ A Biblioteca Estadual Epifânio Dória está localizada na Rua Vila Cristina, S/N – Treze de Julho, Aracaju- SE, CEP: 49020-150.

¹⁰ O Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) está localizado na Praça Fausto Cardoso, nº 348 – Centro, Aracaju- SE, CEP: 49010-080.

Relatórios sobre a Saúde Pública de Sergipe, Regulamento do Departamento de Saúde Pública de Sergipe.

Na Paróquia Nossa Senhora da Purificação (PNSP), no município de Capela-SE, buscou-se o Livro de Registro de batizados (1903-1908). E no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)¹¹, Diário Oficial do Estado de Sergipe, Dicionário das famílias brasileiras, Jornais de Sergipe digitalizados que foram pesquisados dentro do marco temporal (1920-1966), porém não havia informações sobre Opelina Rollemberg e Boletins Estatísticos sobre a Saúde Pública de Sergipe.

Depois do levantamento das fontes em diferentes arquivos foram selecionados e digitalizados documentos referentes à Saúde Pública e Opelina Rollemberg, posteriormente foi realizada a transcrição do dados, organizados em tabelas e armazenados. A análise dos dados coletados foi realizada mediante as informações dos documentos institucionais (ficha de inscrição de Opelina na EEAN, regulamentos, ofícios, informes). O processo de interpretação desenvolvido, embora todo empenho mobilizado, ainda permaneceu com lacunas. Por fim, as fontes encontradas nos arquivos em geral silenciavam quanto a atuação pública da personagem pesquisada.

Ressalta-se que não foi necessária à aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por se tratar de uma investigação estritamente documental, cujas fontes estão disponíveis em centros de pesquisa abertos ao público para consulta. Entretanto, foram observadas as normas específicas de cada arquivo consultado, seguindo-se, assim, as normas estabelecidas por eles no que tange à coleta, ao armazenamento e a divulgação dos dados.

Entende-se que as fontes utilizadas neste estudo são documentos e, segundo Le Goff, “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 470). Assim sendo, busca-se, através das informações colhidas nas fontes documentais os vestígios sobre a organização da Saúde Pública e, conseqüentemente, o surgimento da enfermagem em Sergipe. Considera-se aqui o contexto histórico, social, político, cultural e o ambiente em que a Saúde Pública foi

¹¹ O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) está localizado na Rua Itabaianinha, nº 41 – Centro, Aracaju- SE, CEP: 49010-190.

instituída, como também a compreensão das configurações estabelecidas pelas autoridades da época.

Para Chartier (2002), os documentos são considerados importantes, não somente pelas informações que fornecem, pois com o advento da História Cultural eles passaram a ser examinados também em si próprios, em sua disposição tanto discursiva como material, além das suas condições de elaboração e utilizações estratégicas. Logo, as fontes documentais tratadas nesta pesquisa são consideradas fundamentais para compreender todo o contexto que envolve Opelina Rollemberg desde o seu processo formativo até a sua trajetória profissional.

No tocante às fontes documentais para a composição desta pesquisa, foram selecionados Leis, Decretos, Regulamentos e Portarias referentes à Instrução Pública e a Saúde Pública em Sergipe, Relatórios, Ofícios e correspondências endereçadas ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e à Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), além do dossiê de Opelina Rollemberg (UFRJ,1934). Estes documentos são utilizados a fim de apreender e identificar os mecanismos que contribuíram para a configuração da Instrução Pública em Sergipe no início do século XX.

Foram utilizadas também fontes indiretas como o dicionário das famílias brasileiras de Barata e Bueno (1999), Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, datado de 1925, e o livro organizado por Medina (2010), intitulado Epifânio Dória: Efemérides Sergipanas.

Em relação às fotografias utilizadas na pesquisa, têm a função meramente ilustrativa, e não de instrumento para análise fotográfica etc. Dessa forma, serão analisadas somente as fontes documentais. Assim, as imagens presentes na dissertação, sobretudo na abertura das sessões, foram reproduzidas das fontes que compõem esta dissertação.

Os conceitos de campo, *habitus* e capital social de Bourdieu (2004; 2007; 2014), e o conceito de representação de Chartier (2002) são os que norteiam esta pesquisa para a compreensão dos processos formativos e da trajetória profissional de Opelina. Para Bourdieu, o campo se constitui como um espaço que tem autonomia e regras próprias, assim, os indivíduos para se manterem no campo, submetem-se

também às leis que regem a sociedade. Assim, o autor define, “Os campos são os lugares de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Por *habitus*, entende-se que se constitui as ações e reações dos indivíduos dentro da sociedade, ou seja, é o que mobiliza as pessoas coletivamente em busca dos seus interesses em comum. Contudo, segue-se os modelos estabelecidos por um determinado campo, como uma espécie de base que norteia as condutas dos agentes, a fim de “moldá-los”, sendo uma forma de sustentação de uma determinada cultura. Assim, para Bourdieu (2007), o *habitus* consiste em:

sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BORDIEU, 2007, p. 30).

Neste sentido, entende-se que, dentro de um campo, evidenciam-se a representação e o *habitus*, aliado ao “capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo” (BOURDIEU, 2014, p. 83). De modo que, através do comportamento, as alocações e que, muitas vezes, alguns indivíduos se tornam reprodutores e mobilizadores dos saberes.

Além disso, identifica-se a representação como essencial no que diz respeito a conhecer a trajetória Profissional de Opelina Rollemberg, especialmente na enfermagem. Para Chartier, “A representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é” (CHARTIER, 2002, p. 74).

Ao longo do percurso desta pesquisa, busca-se analisar o contexto em que Opelina Rollemberg estava inserida, como o cenário da educação e da Saúde Pública em Sergipe. Portanto, a edificação do conhecimento histórico sobre a educação e enfermagem sergipana em meados do século XX foi possível através do

reconhecimento das bases fundamentais como a educação familiar e a escola, essencial para a produção de saberes, principalmente relacionados à história dos protagonistas do desenvolvimento das profissões femininas da época.

Embora este estudo não esteja focalizado na História das Mulheres, nem especificamente das mulheres sergipanas, acredita-se que em alguns pontos as fontes documentais e as análises realizadas podem contribuir para outras pesquisas nesse campo do saber no Estado.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente estudo está dividido em duas seções, precedidos de uma Introdução e sucedidos pela Conclusão, que proporcionarão ao leitor a apresentação da trajetória profissional de Opelina Rollemberg, suas contribuições, a fim de compreender o processo de organização dos serviços de saúde em Sergipe.

Assim, a partir de um tema que não pertence ao pesquisador, mas a toda sociedade, a contribuição, que é particular à pesquisa, é introduzida em formato de questão norteadora, objetivos, metodologia e aspectos gerais da dissertação a ser apresentada sobre Opelina Rollemberg. Também se insere o contexto vivenciado pela personagem que serão evidenciados nas demais seções pelas fontes documentais, além de imagens, pois, conforme afirma Burke (2011), o registro da história já se justifica por si só. No entanto, esta pesquisa colabora para além do registro histórico, pois traz elementos para o conhecimento e o reconhecimento da atuação da primeira enfermeira do Estado de Sergipe.

Na segunda seção, apresenta-se o contexto da educação em sua configuração histórico-social como componente essencial de uma análise multireferencial. Analisa-se a realidade da Instrução Pública em suas ambivalências, como também os aspectos dos processos formativos de Opelina Rollemberg na Escola Normal e, posteriormente, sua atuação como normalista no magistério (1920-1927).

E na terceira seção é apresentada a sua formação e atuação na EEAN no Rio de Janeiro (1931-1937), bem como as contribuições de Opelina Rollemberg para a enfermagem sergipana. A sua representação é posta como componente fundamental para compreender o surgimento da enfermagem em Sergipe, pois, ela foi a primeira enfermeira diplomada que, após a diplomação na referida escola, voltou para trabalhar

no estado de origem, sendo a pioneira na formação das enfermeiras-visitadoras, participou da organização dos serviços de enfermagem no Centro de Saúde de Aracaju e da fundação da ABEn-SE.

Nas considerações finais, toma-se como base aspectos apresentados e analisados nas seções anteriores a partir dos percursos formativos e profissionais de Opelina Rollemberg por meio da historicidade da Educação, Saúde Pública e da enfermagem, seus processos de configuração idealizados pelas legislações impostas pelo Estado, as ações da sua primeira enfermeira dentro do Departamento Nacional de Saúde Pública, a sua contribuição para a Saúde Pública e enfermagem sergipana.

Figura 2- Escola Normal, Complementar e Grupo Modelo.



Fonte: Álbum de Sergipe (1820-1920). Disponível em: APMA.

*A história das instituições educativas é um campo de
investigação em que a instituição e a educação se articulam por
ação dos sujeitos.
(MAGALHÃES, 2004, p. 67)*

2 A inserção de Opelina Rollemberg no Magistério

A educação, essencial para o desenvolvimento humano e para a vida em sociedade, é responsável pela formação de homens e mulheres, como Opelina Rollemberg, que se tornou professora e enfermeira. Assim, busca-se nesta seção analisar as influências familiares recebidas por Opelina que contribuíram para a sua formação profissional, tanto para o magistério quanto para a enfermagem, e identificar de que maneira ocorreu a inserção da personagem no mercado de trabalho, em ambas as áreas.

Dessa forma, para compreender o processo formativo e atuação de Opelina Rollemberg no magistério em Sergipe (1920-1927) e na enfermagem (1931-1937), no Rio de Janeiro, é necessário trazer alguns aspectos da família onde recebemos a primeira formação, o contexto da educação e saúde pública sergipana da época. Assim, serão apresentados nesta seção a conjuntura da cidade de Capela, criação dos grupos escolares, o ensino normal e a inserção feminina na escola nas primeiras décadas do século XX, pois estas mudanças influenciaram a vida familiar, escolar e profissional de Opelina Rollemberg. De modo que,

As narrações, como um dos caminhos no campo da formação docente, assentam-se na abertura de um diálogo que faz e se refaz na luta cotidiana da vida e da profissão e que se amplia retomando as lutas silenciadas no contexto sócio-histórico. Assim, no plural, vai-se fazendo a formação, na intensa construção da vida (BRAGANÇA, 2012, p. 91).

Contudo, realizar uma pesquisa de natureza histórica e com abordagem biográfica sobre mulher é um desafio pelo fato que no Brasil não tem o costume de preservar suas memórias pela guarda de documentos. Assim, há um silêncio, com relação às fontes e um apagamento da história das mulheres, independente de classe social e de suas contribuições para a sociedade, pois, “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2016, p.16).

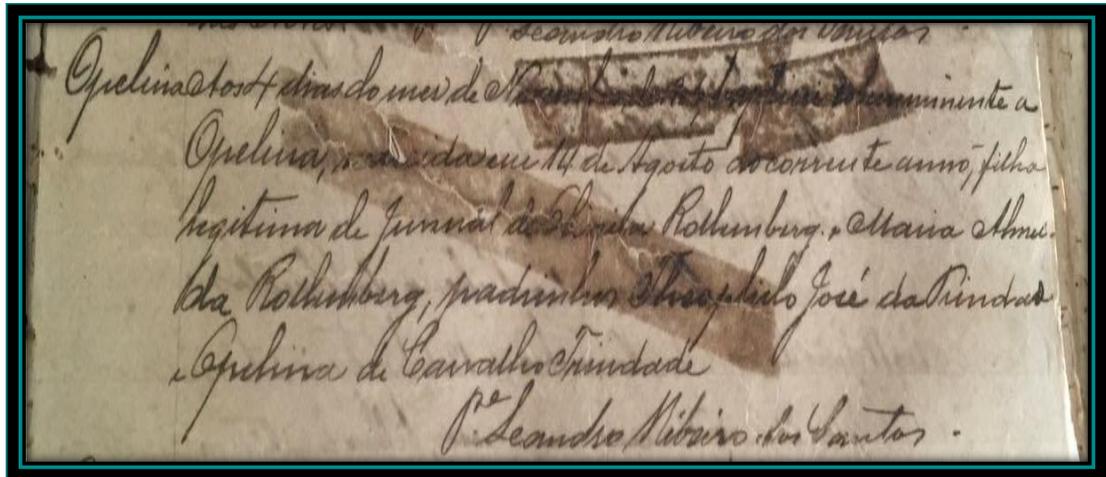
Assim sendo, é essencial no exercício de “fazer falar” as fontes, saber que as interpretações e questionamentos desta pesquisadora expressam apenas uma tentativa de aproximação de alguns aspectos do contexto da Instrução e Saúde Pública, bem como da trajetória em que viveu a personagem pesquisada. Neste

sentido, Le Goff afirma que “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. (LE GOFF, 1990, p.19)

Explorar algumas questões por meio da abordagem biográfica, foi necessário nesta investigação para saber: qual era a ambiência familiar de Opelina Rollemberg? Onde estudou? Assim sendo, mesmo não tendo contato com familiares e acesso a fontes que abordem sobre a sua vida pessoal, restava à esta pesquisadora trabalhar com as informações encontradas, mas que possibilitaram conhecer um pouco sobre essa educadora e enfermeira.

Opelina Rollemberg nasceu em 14 de novembro de 1906, em Capela- SE, filha de Juvenal Almeida Rollemberg e Maria Almeida Rollemberg. No que se refere a ambiência familiar, compreende-se pelas informações do registro de batizado encontrado na Paróquia Nossa Senhora da Purificação que se trata de uma família cristã católica.

Figura 3 – Registro do batizado de Opelina Rollemberg



Fonte: Livro de Registro dos Batizados de 1903-1908, disponível na Igreja Matriz de Capela-SE

Quadro 1- Transcrição do registro de batizado de Opelina

Opelina Aos 4 dias do mês de Novembro de 1906, baptisei solemnemente a Opelina, nascida em 14 de Agosto do corrente anno, filha legitima de Juvenal de Almeida Rollemberg e Maria Almeida Rollemberg, padrinhos Theophilo José da Trindade e Opelina de Carvalho Trindade. Pe. Leandro Ribeiro dos Santos.

Fonte: criado pela pesquisadora, 2020

Entende-se que a religiosidade presente na família de Opelina Rollemberg, os valores cristãos representados pelo sacramento do batismo, são símbolos religiosos

que resumem o *ethos* dessa família que, segundo Geertz (2008, p. 66-7), significa “seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo”. Sobre religião o referido autor afirma que,

[...] Religião é (1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de faturalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (GEERTZ, 2008, p. 66-67).

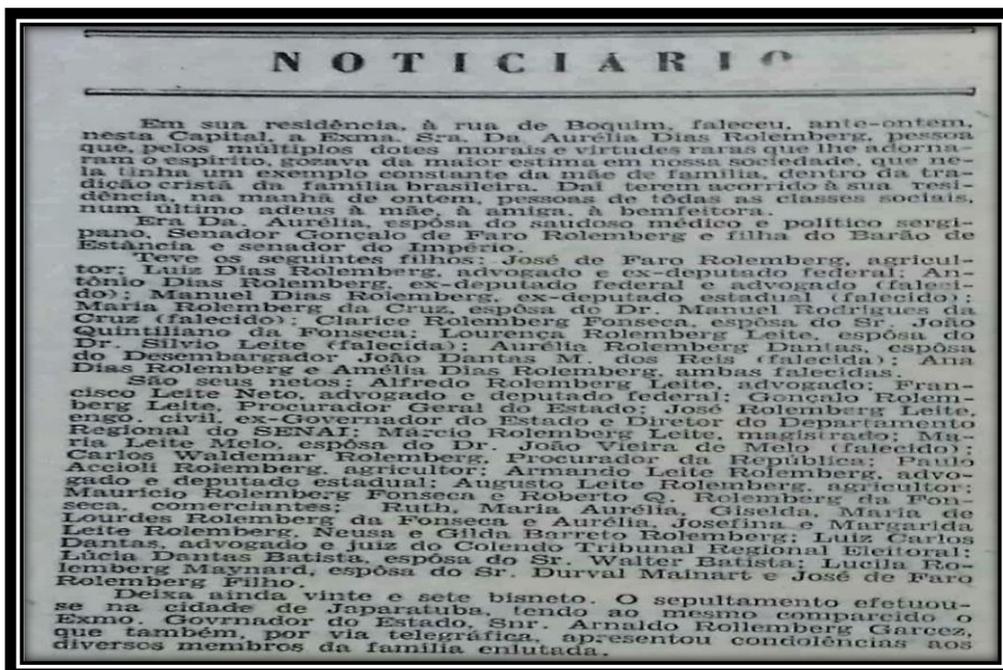
Nessa perspectiva, como não foi encontrado mais informações sobre a família de Opelina, buscou-se a origem familiar, no dicionário das famílias brasileiras. Segundo Barata e Bueno (1999), a família Rollemberg ou Rolemberg, que se trata da mesma nas duas formas escritas, tem a sua genealogia descrita como:

Antiga família estabelecida na Bahia, com ramificações no Sergipe, que teve princípio em **Manuel Rolemberg**, que deixou descendência do seu cas., c. 1676, com Brites da França, filha de Luís Pais Florian e de Clara da França Corte Real, abastados proprietários de engenhos em Matoim, BA, e quarta neta de Heitor Antunes, <<judeu com sinagoga em Matoim>>, e de Ana Rodrigues, também de <<origem judaica>>. Entre os descendentes do casal, registram-se: I- brigadeiro **Manuel Rollemberg de Azevedo**; II- **Gonçalo de Faro Rollemberg** [1819- 06.10.1879, SE], filho do anterior. Comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. Agraciado com o título de barão de Japarutuba [14.03.1860]. Deixou geração dos seus dois casamentos: primeiro, com Bernadina do Prado; e segundo, com Maria Leite Sampaio, que, por ser muito religiosa, adotou o nome de Maria Custódia do Sacramento; III-**Gonçalo de Faro Rollemberg [13.09.1860 – 14.09.1972], neto do anterior, médico e senador**; IV – **Armando Leite Rollemberg** [21.02.1921, SE], advogado, diplomado pela faculdade de Direito de Belo Horizonte da Universidade de Minas Gerais. Chefe de Polícia do Sergipe. Deputado Federal por Sergipe. Professor Catedrático na Faculdade Católica de Filosofia de Aracaju. Sobrenome de uma família estabelecida, no século XIX, no Paraná, á qual pertence Custódio Gonçalves Rollemberg, do ramo sergipano, foi agraciado, a 14.03.1860, com o título de barão de Japarutuba. Casado duas vezes, a primeira, com Bernadina do Prado, e a segunda com Maria Leite Sampaio. Teve nove filhos (BARATA; BUENO, 1999, p. 1960, grifo nosso)

Também foi identificada, no Diário Oficial do Estado de Sergipe, uma nota de falecimento da Sra. Aurélia Dias Rolemberg (figura 4), ocorrido dia 1 de setembro de 1952 em sua residência em Aracaju. Segundo a nota, a Sra. Aurélia era esposa do médico e senador sergipano Gonçalo de Faro Rolemberg, filha do Barão de Estância e senador do Império (SERGIPE, 1952). Assim, analisando as fontes, percebe-se que o esposo da Sra. Aurélia Rolemberg é neto do Barão de Japarutuba, que atende pelo

mesmo nome e sobrenome: Gonçalo de Faro Rolemberg. Conforme consta na figura 4, o referido casal gerou 9 (nove) filhos e destes foram gerados 23 netos e 27 bisnetos. Dona Aurélia foi sepultada em Japarutuba, cidade vizinha a Capela, interior de Sergipe, onde Opelina nasceu.

Figura 4- Noticiário sobre o falecimento de Dona Aurélia Dias Rolemberg.



Fonte: Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1952. Disponível em: APMA, JDE-112, p.2.

Quadro 2- Transcrição do noticiário sobre o falecimento de Dona Aurélia Dias Rolemberg.

Em sua residência, à rua de Boquim, faleceu, anteontem, nesta Capital, a Exma. Sra. Da **Aurélia Dias Rolemberg**, pessoa que, pelos múltiplos dotes morais e virtudes raras que lhe adornaram o espírito, gozava da maior estima em nossa sociedade, que nela tinha um exemplo constante de mãe de família, dentro da tradição cristã da família brasileira. Daí terem ocorrido à sua residência, na manhã de ontem, pessoas de todas as classes sociais, num último adeus à mãe, à amiga, à bemfeitora.

Era Da. Aurélia, esposa do saudoso médico e político sergipano, Senador Gonçalo de Faro Rolemberg e filha do Barão de Estância e senador do Império.

Teve os seguintes filhos: José de Faro Rolemberg, agricultor; Luiz Dias Rolemberg, advogado e ex-deputado federal; Antônio Dias Rolemberg, ex-deputado federal e advogado (falecido); Manuel Dias Rolemberg, ex-deputado estadual (falecido); Maria Rolemberg da Cruz, esposa do Dr. Manuel Rodrigues da Cruz (falecido); Clarice Rolemberg Fonseca, esposa do Sr. João Quintiliano da Fonseca; Lourença Rolemberg Leite, esposa do Dr. Silvio Leite (falecida); Aurélia Rolemberg Dantas, esposa do Desembargador João Dantas M. dos Reis (falecida); Ana Dias Rolemberg e Amélia Rolemberg, ambas falecidas.

São seus netos: Alfredo Rolemberg Leite, advogado; Francisco Leite Neto, advogado e deputado federal; Gonçalo Rolemberg Leite, Procurador Geral do Estado; José Rolemberg Leite, engo. Civil, ex-Governador do Estado e Diretor do Departamento Regional do SENAI; Márcio Rolemberg Leite, magistrado; Maria Leite Melo, esposa do Dr. João Vieira de Melo (falecido); Carlos Waldemar Rolemberg, Procurador da República; Paulo Accioli Rolemberg, agricultor; Armando Leite Rolemberg, advogado e deputado estadual; Augusto Leite Rolemberg, agricultor; Maurício Rolemberg da Fonseca e Roberto Q. Rolemberg da Fonseca, comerciantes; Ruth, Maria Aurélia, Giselda, Maria de Lourdes Rolemberg, Neusa e Gilda Barreto Rolemberg; Luiz Carlos Dantas, advogado e juiz do Colégio Tribunal Regional Eleitoral; Lúcia Dantas Batista,

esposa do Sr. Walter Batista; **Lucila Rolemberg Maynard**, esposa do Sr. Durval Mainart e **José de Falo Rolemberg Filho**.

Deixa ainda vinte e sete bisneto. O sepultamento efetuou-se na cidade de Japaratuba, tendo ao mesmo comparecido o Exmo. Governador do Estado, **Snr Arnaldo Rolemberg Garcez**, que também, por via telegráfica, apresentou condolências aos diversos membros da família enlutada.

Fonte: criado pela pesquisadora, 2020 (grifo nosso).

Ao analisar a conjuntura familiar dos Rollemberg, exposta na (figura 4), e alguns membros identificados por Guaraná (1925), sendo por ele caracterizada como uma das famílias mais influentes, em meio a outras que dominaram a economia e a política em Sergipe por várias décadas no final do século XIX e século XX, pode-se mencionar o investimento na educação e na formação dos seus descendentes, sobretudo dos filhos homens. Apesar das fontes não citarem, acredita-se que as filhas também receberam algum tipo de instrução, visto que constituíram matrimônio com homens da elite sergipana. Portanto, pode-se afirmar que esse *habitus* foi transmitido aos sucessores ao longo das gerações. Sobre isso, Bourdieu afirma que:

O *habitus*, isto é, o organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo, funciona como o suporte material da memória coletiva: instrumento de um grupo, tende a reproduzir nos sucessores o que foi adquirido pelos predecessores, ou simplesmente, os predecessores nos sucessores. A hereditariedade social dos caracteres adquiridos, assegurada por ele, oferece ao grupo um dos meios mais eficazes para perpetuar-se enquanto grupo e transcender os limites da finitude biológica no sentido de salvaguardar sua maneira distintiva de existir. (BOURDIEU, 2014, p.124-125).

Identifica-se na origem da família de Opelina Rollemberg que se trata de uma família rica, cujos descendentes construíram carreiras sólidas em Sergipe, sendo que a maioria dos filhos homens de Dona Aurélia Dias Rolemberg e Gonçalo de Faro Rolemberg seguiu carreira política, dos quais se destaca o ex-governador do Estado, José Rolemberg Leite. Os demais, seguiram a carreira jurídica, sendo este caminho também percorrido pelos netos. Quanto às filhas, casaram-se com homens da alta sociedade, como empresários e juristas (SERGIPE, 1952).

Seguindo a trilha investigativa em busca de mais informações sobre a família Rollemberg, foi encontrada outra fonte: o Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, datado de 1925, o qual contém informações condizentes com as fontes acima, confirmando assim que se trata da mesma família.

Antonio Dias Rollemberg, Bacharel. – **Filho do doutor Gonçalo de Faro Rollemberg** (vide este nome) e **D. Auréllia Dias Rollemberg**, nasceu a 10

de janeiro de 1889 no engenho do Topo, município de Japarutuba. No seu Estado fez o curso primário e na Bahia e Aracaju o de preparatórios. Matriculado em 1905 na Faculdade de Direito do Recife, de que foi aluno até ao 3º ano, terminou o curso na de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em ciencias jurídicas e sociaes em Dezembro de 1909. No seu tempo de estudante foi um dos oradores da comissão acadêmica, que foi receber em Maceió o presidente eleito da Republica, conselheiro Affonso Penna, no regresso de sua excursão ao nordeste do Brasil.

Gonçalo de Faro Rollemberg. (Doutor). – Filho de Manoel Rollemberg de Menezes e D. Maria de Faro Rollemberg, nasceu a 13 de Setembro de 1860 no Engenho Maria Telles, município de Maroim. Começou os seus estudos na Bahia, onde cursou os três primeiros anos da Faculdade de Medicina, doutorado-se na do Rio de Janeiro em 1881. Deputado provincial logo depois formado, foi delegado de hygiene em Japarutuba e depois vice-presidente do Estado no governo do Coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão. Nesse caracter geriu os negócios do Estado de 11 de Dezembro de 1894 a 16 de Fevereiro de 1895. Em 1913 fez uma excursão pela Europa e em 1918 foi eleito senador federal por seu Estado. [...] (GUARANÁ, 1925, p.117, grifo nosso).

Do mesmo modo, foi encontrado no livro organizado por Medina (2010), intitulado Epifânio Dória: Efemérides Sergipanas, relatos sobre alguns membros da família Rollemberg, conforme destacado em negrito:

Outubro – 1º

1880. Falece na cidade de Maruim, ás 21 horas, o **Coronel José de Faro Rolemberg**, íntegro e estimado chefe do Partido Liberal, da então Província. Nascera no Engenho Murta, município da Capela, em fevereiro de 1845, sendo filho legítimo do Coronel **Gonçalo de Faro Rolemberg**, depois Barão de Japarutuba, e D. Bernadina da Trindade **Rolemberg**. Foi o 4º filho do 1º consórcio do seu ilustre genitor. Como ele foi casado duas vezes, a primeira em 1862, com sua prima, **D. Oliva Acioli Rolemberg**, filha do Coronel João Nepomuceno Teles de Menezes. Casou-se segunda vez com **D. Amélia Dias Rolemberg, filha dos barões da Estância e neta dos Barões de Itaporanga**. Tendo enviuvado pela segunda vez, ia casar-se, novamente, com D. Júlia Tavares Maciel, sonho que a morte veio desfazer, com uma antecedência de 9 dias, pois o casamento estava marcado para o dia 10 de outubro. [...] Correio de Aracaju, 1º/10/1941. (p. 281).

Outubro -13

1879. Falece no antigo Engenho Topo, município de Japarutuba, o honrado e fidalgo titular sergipano, **Barão de Japarutuba, coronel- comandante superior da Guarda Nacional da Capela, Gonçalo de Faro Rolemberg**. Nascera no Engenho Unha de Gato, município do Rosário do Catete, em março de 1813, sendo **filho legítimo do Brigadeiro Manuel Rolemberg Acioli de Azevedo e D. Maria José de Faro Rolemberg e Melo**. O Barão de Japarutuba deu a Sergipe uma plêiade de homens de valor, quer do primeiro casamento, com D. Maria Bernadina da Trindade Prado, quer do segundo, com D. Maria Custódia Leite Sampaio, filha do Capitão-mor João Machado de Novais e D. Antônia Eugênia de Aguiar. **Entre os seus ilustres filhos figura o Coronel José de Faro Rolemberg, que tão largo prestígio teve na vida política e social de Sergipe, no tempo do Império**. Para não tomar maior espaço do *Correio*, que vive à míngua dele, deixamos de dar a ilustre descendência do Barão de Japarutuba, avó do venerável Desembargador Acioli. (MEDINA, 2010, p. 336, grifo nosso)

Dessa forma, a ascendência de Opelina Rollemberg, considerada como tradicional no contexto sergipano, cujos descendentes construíram carreiras sólidas aqui em Sergipe, sendo que a maior parte seguiu carreira política e outros se tornaram grandes fazendeiros e donos de terras produtivas, principalmente de cana de açúcar e café. Colaboraram para a economia sergipana de tal maneira que um dos descendentes, Gonçalo de Faro Rolemberg (1819-1879), recebeu o título de Barão de Japarutuba.

No magnífico engenho que fundou na antiga propriedade Vitória, montou uma das primeiras máquinas modernas que se adquiriram para as atividades agrícola-industriais de Sergipe. Fruto do seu tempo, foi possuidor de uma grande escravatura, por meio da qual desenvolvia o seu grande dinamismo no trabalho rural. Não era, porém, um senhor de escravos como tantos outros que faziam dos infelizes cativos meros instrumentos de trabalho e vítimas de tratamento cruel. Ao contrário: tratava-os com doçura e por vezes declarava aos seus íntimos que seria o maior dia de sua vida aquele em que visse decretada a abolição da escravatura no Brasil. (MEDINA, 2010, p. 336)

A influência dessa família em todo Estado se reflete através de ruas e até mesmo prédios, que possuem nomes dos seus descendentes, como o Terminal Rodoviário José Rollemberg Leite, conhecido como Rodoviária Nova e Avenida Gonçalo Prado Rolemberg, entre outros. Para Bourdieu,

O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo (BOURDIEU, 1996, p.187).

Neste sentido, percebe-se a influência no meio político, jurídico e econômico da família Rolemberg no Estado, que cooperaram para o desenvolvimento local e no país através da política. Segundo Souza (18--?), o plantio do algodão e a cultura da cana-de-açúcar fomentaram o comércio e expandiram a localidade, reforçando o argumento de que essa família influenciou as atividades políticas e econômicas em Sergipe, a exemplo de Antônio Rolemberg,

Procurador da Republica na Secção de Sergipe desde Outubro de 1911 a 29 de Outubro de 1914, pediu demissão do lugar, para logo ser eleito em Janeiro de 1915 deputado federal á 9º legislatura de 1915-1917. No Parlamento abordou serias questões atinentes ao problema das secas no Brasil, á reforma eleitoral e a assumptos economicos. Abandonando a carreira política,

dedicou-se á exploração da indústria açucareira e é diretor presidente do Banco Mercantil Sergipense. (GUARANÁ, 1925, p. 28)

A partir da análise do contexto da origem familiar de Opelina Rollemberg, percebemos a importância dela para a sociedade sergipana, principalmente no âmbito do desenvolvimento econômico. Além disso, teve um papel fundamental na vida dos seus descendentes como um todo, sobretudo na formação, pois, percebe-se no âmbito familiar que a valorização da educação foi fundamental para o êxito na construção do futuro profissional dos familiares. Destaca-se, José Rolemberg Leite, neto de Gonçalo de Faro Rolemberg e Aurélia Dias Rolemberg, que foi engenheiro civil, ex-Governador do estado e Diretor do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI (SERGIPE, 1952).

Referente a educação primária dos Rollemberg, inclusive de Opelina, possivelmente esse processo educativo ocorreu no Grupo Escolar Coelho e Campos, que segundo Santos (2009), foi o inaugurado em 1918. Contudo, as famílias que tinham condições financeiras, como a família Rollemberg, enviavam os meninos para estudar fora do estado e às meninas era dada a opção do casamento e do magistério, sendo esta a única profissão feminina socialmente reconhecida na época. Ressalta-se que o ensino normal era ofertado em Aracaju e isso implicava em alterações da organização familiar, pois os pais precisavam acompanhar as filhas, ou seja, teriam que morar na Capital, fato confirmado pelo endereço registrado na ficha de inscrição de Opelina na EEAN.

Figura 5- Grupo Escolar Coelho e Campos em Capela-SE



Fonte: Álbum de Sergipe (1820-1920)

Nota-se que algumas mulheres da família Rollemberg cursaram o magistério e fizeram o curso profissional feminino, como Dalila Cortes Rollemberg, Consuelo Rollemberg e Rachel Cortes Rollemberg, sendo seus nomes citados com o de Opelina Rollemberg no Livro de Chamadas do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), Ata da Escola Complementar (figura 12) e no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

Escola Normal Ruy Barbosa

1ª turma de Álgebra e Geometria do 5º ano

Foram aprovadas nos exames finais de História Natural as alunas do 5º ano, que foram assim classificadas: **Plenamente: Opelina Rollemberg, 5,49; Dalila Rollemberg, 5,10;** Maria José da Conceição, 4,96; Perpedigna Cavalcante Menezes, 5,09; Odisséa Britto Manguiera, 4,83; Izilina Vasconcelos, 4,55; Eudoxia Valladão, 5,05; **Simplesmente: Zulmira Azevedo Gomes, 3,89; Maria Gonçalves de Souza, 4,33.** (SERGIPE, 1926-b, p. 7076, grifo nosso)

Conclui-se que, a família Rollemberg tinha posses e investiu na formação dos seus filhos, a fim de que tivessem êxito tanto no âmbito profissional como no social. Esse legado foi herdado e motivado pelos descendentes e tornou-se uma herança cultural da família. Assim sendo, “A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito” (BOURDIEU, 2014, p. 45-46). Assim sendo, reitera-se a importância da educação para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Ao analisar os achados sobre a origem da família Rollemberg, percebe-se que Opelina Rollemberg recebeu o legado pertencente os seus antecessores que, para Bourdieu (2014), é o capital social que contribui para a formação e a trajetória profissional. O autor define o capital social como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados á posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, á vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e uteis (BOURDIEU, 2014, p. 75).

Compreende-se, a partir das fontes acima, que esta é a origem genealógica da família de Opelina Rollemberg. Segundo o dicionário Priberam¹², a palavra Família vem do latim *família*, *-ae*, significa que são escravos e servidores ou seja, pessoas que vivem em uma casa. Tem-se, também, como o conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, sobretudo, dos que convivem com ela.

Para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (SUAS, 2004, p. 41). Assim, ela é muito importante para a sociedade, pois desde a concepção serve de base para a formação do indivíduo, presta os cuidados e protege seus membros, mas precisa também de cuidados e proteção por parte do estado. Dessa forma, a família exerce função essencial no relacionamento tanto entre seus membros, como na relação com o estado e, no contexto da vida em sociedade, constitui-se como instituição social determinante no desenvolvimento do processo de formação, inserção e, sobretudo, na integração social dos familiares.

Assim sendo, para compreender sobre o contexto familiar e processo formativo de Opelina, faz-se necessário descrever alguns aspectos do cenário da cidade de Capela- SE, onde nasceu a personagem. A referida cidade, localizada a 63 Km de Aracaju, segundo Souza [18--?], tem a sua história marcada pela religiosidade desde a sua fundação. Como o próprio nome já infere, tem origem a partir da edificação de uma capela consagrada a Nossa Senhora da Purificação, pois:

O clima espiritual do Brasil do Séc. XVIII, sobretudo nas camadas mais humildes, foi alimentado pela presença de muitos sacerdotes e também leigos piedosos, que em vida ou depois de mortos foram referenciados pela população.

A cidade de Capela tem seu início com a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Purificação, em terreno doado pelo Capitão LUIZ DE ANDRADE PACHECO e sua esposa PERPÉTUA DE MATTOS FRANÇA, no ano de 1735, conforme termo lavrado no Cartório da Vila de Santo Amaro das Brotas.

A construção da dita Capela é concluída em 1738. As terras pertencentes à doação se situam entre a localidade Tabuleiro da Cruz e o Coité. A doação feita à Igreja foi no valor de 100 contos de réis, o que a tornou proprietária de todas as terras, e seus usuários foreiros.

Para a manutenção dos sacrifícios religiosos, era costume, na época, que a própria Igreja possuísse terras e escravos para nela trabalhar. Sendo o padre Luiz Andrade de Pacheco filho dos doadores, frequentemente, rezava a Missa e celebrava procissões na Capela, atraindo assim fiéis, que agora já não vinham esporadicamente, mas que buscavam construir suas habitações nas redondezas. O núcleo habitacional cresceu rapidamente, pois, ao lado

¹² Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/fam%C3%ADlia>> Acesso em: 20 out. 2019.

do interesse religioso, encontrava-se uma terra fértil onde já era cultivada a cana-de-açúcar. Durante quase cem anos é essa primeira capela o centro de fé, e é quem vai congrega os vários engenhos que surgiram em volta de sua área.

A construção da Capela serviu para a manutenção da relação dialética opressão-liberdade na medida em que atende os interesses dos senhores de engenho, em manter a cristianização de forma a tornar os escravos dóceis e submissos.

Em 9 de fevereiro de 1813 foi elevada à condição de freguesia, desmembrada de Pé do Banco (Siriri), conforme consta no Livro de Registro de Freguesias do Arquivo da Cúria da Bahia à folha 222.

Por decreto de 19 de fevereiro de 1835 foi elevada à categoria de cidade, com o topônimo de Nossa Senhora da Purificação da Capela.

Pela Lei Provincial nº 1331, de 28 de agosto de 1888, chega à categoria de cidade, com o nome de Capela, e a 23 de dezembro de 1889 é criado o Conselho de intendência, responsável pela administração da nova cidade. [...] Dessa dualidade religiosa e escravocrata Capela herda uma forte relação de poder que perpassa a história econômica política e social, e que se entrelaça com a história das famílias. É essa especialidade que faz Capela tão diferente (SOUZA, 18--?, p.10).

A Igreja, ou melhor, a Paróquia de Nossa Senhora da Purificação, faz parte da Arquidiocese de Aracaju¹³, tem 205 anos de fundação, sendo que a partir dela se originou o nome e a história de Capela, que nasceu e se desenvolveu ao seu redor. Foi escolhido como primeiro vigário o padre Gratuliano José da Silva Porto, nascido na mesma cidade. A festa religiosa, em celebração à padroeira, é realizada entre o final de janeiro e o início de fevereiro e atrai um número significativo de fiéis da comunidade local e adjacente.

Figura 6– Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, padroeira da cidade de Capela- SE.



Fonte: foto 1 - Acervo icnográfico da pesquisadora, 2017. Foto 2 – Álbum de Sergipe (1820-1920).

¹³ Disponível em: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/post/2018/09/24/Par%C3%B3quia-Nossa-Senhora-da-Purifica%C3%A7%C3%A3o-em-Capela-acolhe-o-seu-novo-administrador> > Acesso em: 22 out. 2019.

Nesse contexto, compreende-se que Capela, cidade natal de Opelina, caracterizada pela religiosidade, também possuía como principal atividade econômica a agricultura, com o cultivo de algodão e cana de açúcar, que ocasionou a construção de usinas, fomentando o comércio e expandindo a localidade.

Figura 7- Usina Proveito e comércio em Capela- SE



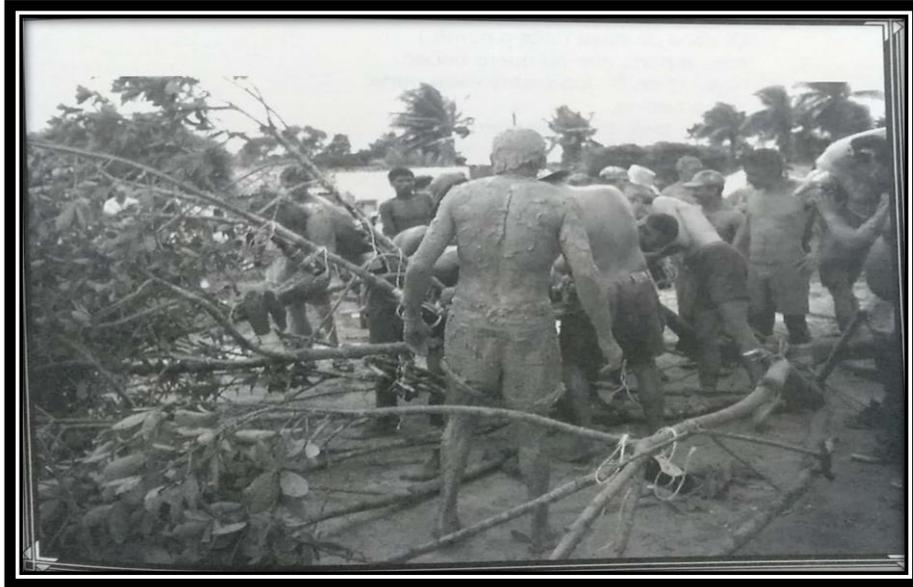
Fonte: Álbum de Sergipe (1820-1920).

A cidade de Capela, quanto a alguns aspectos geográficos, segundo Souza (18--?), possui uma área de filito e calcário. O terreno plano deu a Capela a alcunha de “Rainha dos Tabuleiros”. Seus principais rios são: Japaratuba, Japaratuba-mirim, Curralinho, Favela, Lagartixo e Pedras. Destaca-se também, a “bica”, ou seja, composto de 5 tubos hidráulicos que forma uma queda d’água de 1,70m de altura, que é disseminada no rio das Pedras. Além disso, a localidade era conhecida pela Festa do Mastro que:

Até 1939, a Festa do Mastro era realizada a 2 de fevereiro, dia da padroeira. O cortejo a cavalo servia para a igreja afirmar sua presença na hierarquia, demonstrando o poderio temporal e religioso. O ritual do mastro representava sacrifício e devoção. A partir de 1944, os irmãos Nelson e Napoleão Oliveira tornaram o ritual do Mastro uma festa popular e transferiram a data para os festejos juninos, já que ao pé do mastro acendia-se a fogueira, simbolizando a fé. Para a realização dessa Festa, há todo um ritual: na passagem do dia 31 de maio para 1º de junho é executada a SARANDAIA, em que os ‘festeiros’, acompanhados por uma banda de pífaros, percorrem as ruas da cidade, batendo às portas das casas [...]. Ao ouvir a cantoria, a porá é aberta e o pedido (dinheiro ou bebida) é atendido. No dia 28 de junho, um homem

vestido de baiana, também acompanhado pela banda de pífaros e tendo um cesto à cabeça, sai arrecadando prêmios no comércio local. No dia 29, populares vão às matas próximas buscar o maior mastro possível, que trazem em cortejo, ao som da banda de pífaros, embalados pela “branquinha” – cachaça, todos cobertos de lama. Percorrem as ruas da cidade e depois fincam-no em lugar previamente marcado. Os prêmios já estão presos ao mastro. Em baixo, instala-se uma grande fogueira. O ponto alto é a Batalha de Buscapé. [...] (SOUZA, 18--? p. 30).

Figura 8- Festa do Mastro em Capela-SE



Fonte: (SOUZA, 18--? p. 29).

Portanto, tendo em vista o conhecimento sobre a genealogia da família Rollemberg, foi possível notar como a educação familiar e a escola foram essenciais para formação e trajetória profissional dos seus descendentes. Assim também ocorreu com Opelina Rollemberg, que obteve duas formações, tornando-se professora e enfermeira, sendo estas as profissões femininas socialmente aceitas na época. Para compreender como ocorreu a profissionalização da mulher é necessário discorrer também sobre o contexto de sua formação, tema apresentado a seguir.

2.1 A Inserção Feminina na Escola no Início do Século XX

A Instrução Pública em Sergipe atendia aos interesses da classe média que eram garantir o acesso dos filhos ao ensino secundário, superior e, posteriormente, serem alocados nas repartições administrativas do estado, em cadeiras do legislativo

ou colocações no poder judiciário. Predominava, assim, a falta de interesse e estímulo que frustravam as tentativas de implantação da Instrução para todos (NUNES, 2008).

No que se refere às instituições educativas, espaço de formação do aluno e campo de trabalho para as mulheres, os grupos escolares foram criados no período republicano. Pretende-se aqui realizar não um estudo aprofundado sobre a história destas instituições, mas analisar alguns aspectos a elas relacionados para contextualizar a trajetória profissional de Opelina Rollemberg pois, “A história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p. 67).

No que diz respeito à educação feminina, em Sergipe, somente recebiam instrução moças de famílias abastadas que passaram a serem inseridas na escola no final do século XIX, intensificando-se essa inserção no início do século seguinte. Segundo Nunes (1984), nas três primeiras décadas do século XX, surgiram várias instituições escolares femininas tanto na capital Aracaju, como no interior do estado. Além da Escola Normal, voltada para formação de professores.

Dessa forma, como as mulheres foram alfabetizadas, possibilitou-se a profissionalização inclusive daquelas que não se casavam, mas que almejavam ter uma profissão e alcançar independência financeira. Em Sergipe, a Escola Normal feminina foi criada somente em 1877, pelo diretor da instrução pública Manuel Luís, porém foi extinta pela Resolução nº 1326, de 17/5/1888, durante a administração do Presidente Olímpio Manuel dos Santos Vital. Finalmente, depois de diversas tentativas frustradas para sua implantação, foi reaberta em 1901. (NUNES, 2008)

Acreditava-se que a criação da Escola Normal era de fundamental importância para a organização da Instrução pública. Para Nóvoa (1992), as escolas normais servem para “controle de qualidade do ensino” regulamentado pelo Estado, como também para a legitimação do saber docente.

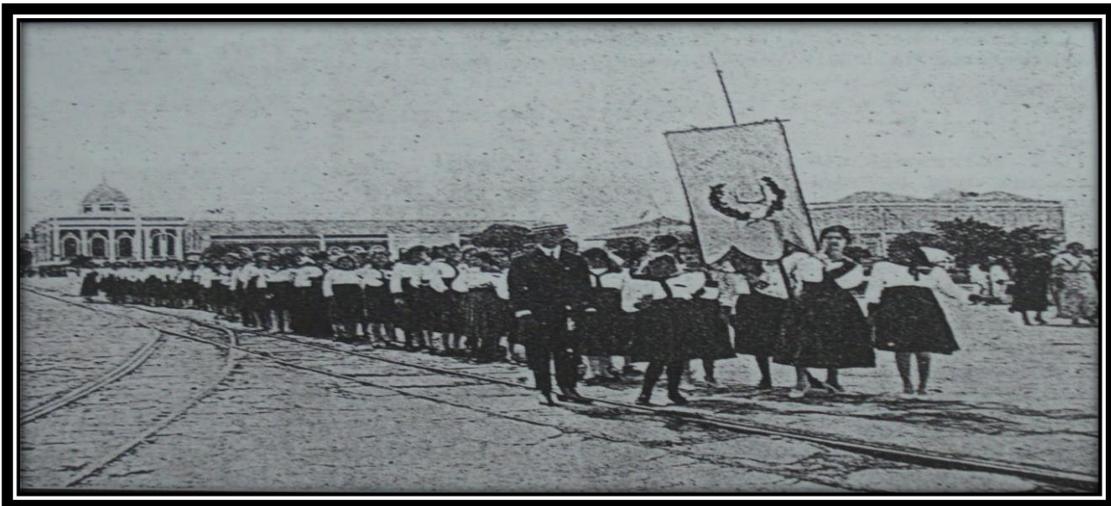
As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores

como profissionais produtores de saber e de saber-fazer (NÓVOA, 1992, p. 3).

Assim sendo, a escola era importante para as mulheres na época, pois, além de as prover com educação, possibilitava à mulher ter uma profissão. Ademais, tinham papel importante nas vidas das mulheres sergipanas no que diz respeito à socialização com outras pessoas, devido ao fato de que elas se dedicavam ao ambiente doméstico, ou seja, ao casamento e à família. Além disso, a escola era um dos poucos locais onde era permitido ser frequentado por elas, além da igreja. Para Freitas (2003),

As escolas normais constituíam um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica (FREITAS, 2003, p. 37).

Figura 9- Desfile de uma turma da Escola Normal



Fonte: Álbum de Sergipe (1820-1920) p. 94. Disponível em: APMA, pacotilha A-27.

Na figura 9 é possível notar a presença de mulheres no desfile cívico da Escola Normal, denotando o interesse pela profissionalização, que proporcionava perspectivas futuras como o exercício do magistério, a independência financeira etc. As normalistas exerceram papel significativo na sociedade sergipana, pois contribuíram para formação dos sergipanos, tornando-os cidadãos essenciais para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Nesta perspectiva, as normalistas formadas tinham a possibilidade de atuar no serviço público, como também podiam ensinar de forma independente. Dessa forma, enquanto a Instrução Pública em Sergipe não avançava, as escolas particulares ou as chamadas aulas avulsas estavam em evidência. (NUNES, 2008)

Em 1902, com a chegada dos Salesianos, foi fundada a pedido do Presidente do Estado Olímpio Campos, uma Escola Agrícola Salesiana. Posteriormente, em 1908, criaram o Oratório Festivo Salesiano, que também tinha o papel social de atender meninos de rua. No ano seguinte, fundaram o Colégio Salesiano, adquirindo sede própria em 1913, sendo que no início de suas atividades tinha o ensino voltado para os meninos, mas posteriormente passou a aceitar meninas. No interior do estado, destaca-se o Colégio Tobias Barreto, fundado em 1909 na cidade de Estância, pelo Prof. José de Alencar Cardoso, posteriormente o colégio foi transferido para Aracaju em 1913. (NUNES, 1984)

Outra possibilidade para a educação feminina, foram os grupos escolares criados no período republicano. Segundo Saviani (2006), durante o século XIX, ocorreram várias reformas na Instrução Pública, principalmente para a definição do método para a educação das crianças e, por fim, foi instituído o método intuitivo. Após a definição do método, exigiu-se um local adequado para o desenvolvimento do ensino, este fato resultou na organização dos grupos escolares. Assim, o referido autor afirma que, “[...], o século XIX legou para o século XX a exigência de construção, pelo Estado, de prédios especificamente destinados ao funcionamento das escolas” (SAVIANI, 2006, p. 28).

Em Sergipe, segundo Lapa (2019), os grupos escolares começaram a ser projetados e construídos nas primeiras décadas do século XX e, para a referida autora,

Essa jornada tem início em 15 de março de 1914 com a inauguração, pelo Presidente de Estado General Siqueira de Menezes, do primeiro Grupo Escolar Central - posteriormente denominado de Grupo Escolar General Siqueira, em homenagem ao presidente de Estado que o inaugurou - localizado na Rua Itabaiana nº 336, e se encerra com a inauguração, pelo Presidente de Estado Maurício Graccho Cardoso, em 1925, do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, localizado na Av. João Rodrigues nº 128. Além desses, outros três grupos escolares foram inaugurados nesse marco temporal: Grupo Escolar Barão de Maroim, em 1917; Grupo Escolar General Valladão, em 1918 (transferido para novo local, em 1923); e o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, em 1924 (LAPA, 2019, p. 18).

O grupo escolar Barão de Maruim se destaca nesta pesquisa devido ao fato de que foi um dos locais de atuação da Professora normalista Opelina Rollemberg, como será descrito adiante. Este foi um dos primeiros a ser construído, dentro dos moldes da modernidade, servindo de inspiração para o desenvolvimento da cidade e do ambiente escolar, conforme afirma Lapa (2019),

Os três primeiros edifícios escolares - General Siqueira, Barão de Maroim e General Valladão (primeira localização) -, situados em lugares privilegiados da cena urbana central da cidade de Aracaju, os dois primeiros expressam uma imponência de ornamentos, que, de fato, marcam e dão visibilidade aos progressos e modernidade que as administrações estaduais e locais desejavam impulsionar na região, além de marcar de maneira bastante específica essa nova modalidade educacional, criando a identidade do grupo escolar dessa primeira fase (LAPA, 2019, p. 228).

Nota-se que os nomes dado aos grupos escolares são de pessoas, uma forma de homenagear aqueles que contribuíram para a sua construção a exemplo do Grupo Escolar Barão de Maroim, inaugurado em 1917¹⁴. Segundo o Dicionário Biobibliográfico de Guaraná (1925), o Barão de Maruim é João Gomes de Mello que, seguindo o exemplo dos seus familiares, trabalhou na agricultura, fato que lhe proporcionou uma considerável rentabilidade, dando a ele condições financeiras de realizar algumas doações para a construção do grupo escolar e também para a Igreja na sua cidade natal, Maruim, e outras localidades.

João Gomes de Mello, Barão de Maroim. – Filho de Theotonio Corrêa Dantas e D. Clara Angelica de Menezes, nasceu a 18 de Setembro de 1809 no engenho Santa Barbara, município de Maroim e faleceu a 23 de Abril de 1890 na capital federal, onde, tendo desde muitos anos fixado residência, formara família, contrahindo segunda núpcias com uma respeitável senhora, irmã do Visconde do Uruguay. Seguindo dedicou-se à laboriosa vida da agricultura, adquirindo nella rapidamente avultada fortuna, de que utilizou uma boa parte na construção do majestoso templo, que actualmente serve de igreja matriz da cidade de Maroim, e em diversas doações feitas as casas de beneficiencias. Não menos prospera foi a carreira politica, que depois abraçou, e na qual, chegando a ser constituído chefe do partido conservador, alcançou as mais elevadas posições. Nobilitado pelo governo imperial a 11 de outubro de 1848 com o titulo de Barão com grandeza [...]. (GUARANÁ, 1925, p.147).

¹⁴ 1917 - 08 de julho - Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim, pelo Presidente General Oliveira Valadão; Localizado na Av. Ivo do Prado nº 612 (erguido sobre os alicerces do extinto orfanato denominado Asilo Nossa Senhora da Pureza); Faculdade de Direito (1950 até 1970); atual prédio da CULTART, Engenheiro_ Firmo Freire; edifício tombado: Decreto nº 4.989, de 23/04/1981; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls. 5 e 6. (LAPA, 2019, p. 288).

O Grupo Escolar Barão de Maroim foi criado no segundo governo do general Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, durante a segunda metade da década de 1910. Esta instituição de ensino primário foi edificada sobre as ruínas do antigo *Asylo* Nossa Senhora da Pureza, que funcionou em Aracaju, na segunda metade do século XIX.

Quanto ao *Asylo*, no início da década de 1870, um grupo de homens liderados por João Gomes de Mello, o Barão de Maruim, teve a ideia de fundar um orfanato destinado a meninas órfãs desvalidas. O Barão de Maruim doou ao patrimônio do asilo o terreno da Marinha do qual era foreiro. O terreno se localizava na avenida Barão do Rio Branco, no bairro Presidente Barbosa (atual bairro São José). Assim, o então presidente da província, Antônio dos Passos Miranda, criou o *Asylo* Nossa Senhora da Pureza e aprovou o seu regulamento no dia 8 de julho de 1874. O asilo deveria atender a meninas órfãs desvalidas, menores de treze anos, como determinava o regulamento da instituição. Segundo o mesmo regulamento, o asilo deveria ser mantido com verbas do governo provincial. No entanto, apesar do empenho dos fundadores, o asilo não logrou sucesso devido aos recursos escassos destinados ao mesmo. Com isso, a sua extinção foi decretada pela resolução 1341, de 31 de agosto de 1888. Em 1916, foram iniciadas as obras do novo grupo sobre as ruínas do *Asylo* Nossa Senhora da Pureza (SANTOS, 2009, p. 43-44).

Assim sendo, a construção dos grupos escolares já era prevista, conforme consta no Art. 3º do Regulamento da Instrução Pública, expedido pelo Decreto nº 571, de 19 de outubro de 1912:

Art. 3º. As escolas primárias são de duas ordens:

1ª escolas singulares;

2ª grupos escolares.

§ 1º. As escolas singulares são diurnas e noturnas.

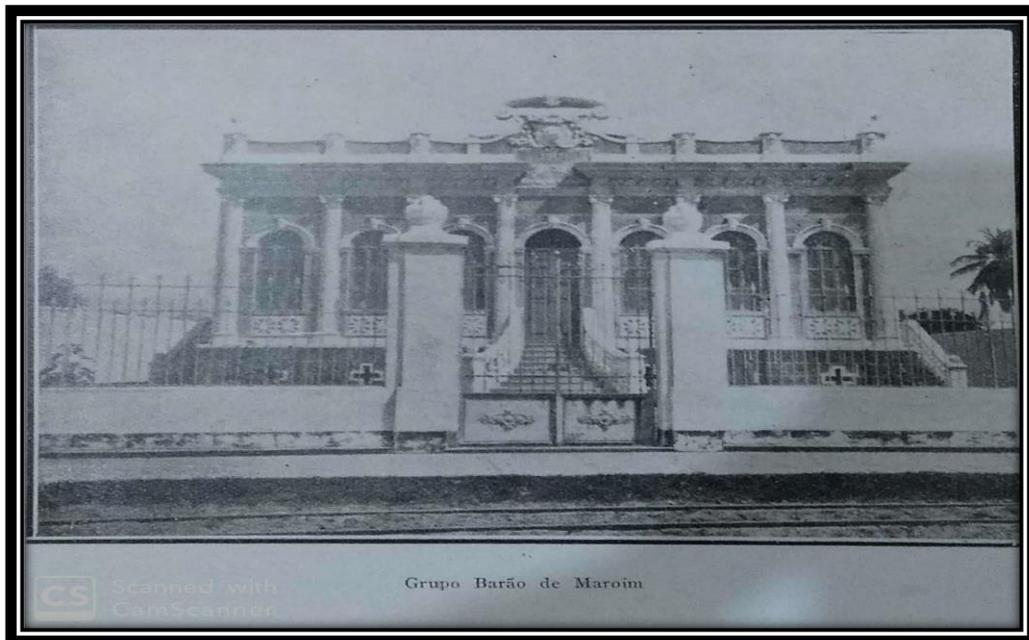
As escolas singulares são destinadas, umas, ao sexo masculino, outras, ao feminino, outras, aos dois sexos, promiscuamente; chamadas, neste caso, mixtas.

§ 4º. Os grupos são destinados aos dois sexos, separados em duas secções: a masculina e a feminina; exceptuam-se a escola e o grupo anexo á Escola Normal, que são femininos (SERGIPE, 1912, p. 1-36).

No que se refere a alguns aspectos da estrutura física do Grupo Escolar Barão de Maroim, Lapa (2019) destaca que “Registra-se silêncio nas fontes em relação à descrição da localização e dos parâmetros estabelecidos para as instalações

sanitárias, em função da separação dos sexos” (LAPA, 2019, p. 153). Segundo Perrot (2016), para Kant, “a mulher é a casa”. O lar como direito, disciplinava, pois, “A mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (PERROT, 2016, p.135). Logo, elas não podiam frequentar o mesmo espaço que os homens, exceto nas chamadas escolas mistas, que eram para os dois sexos, mas configuradas como ambientes “promíscuos”¹⁵.

Figura 10- Grupo Escolar Barão de Maruim



Fonte: Álbum de Sergipe (1820-1920). Disponível em: APMA.

Enfim, percebe-se, ao analisar o contexto do Grupo Escolar Barão de Maruim, que na gestão do Presidente Gracco Cardoso ocorreram mudanças significativas com o desenvolvimento de ações concretas no campo educacional, diferente das gestões dos Presidentes anteriores, onde as propostas das Reformas, na maioria das vezes não saiam do papel. Para Nunes (1984), na administração do Presidente Gracco Cardoso, “Todos os graus de ensino foram sacudidos. Os males do ensino primário são por ele diagnosticados como resultantes da má distribuição das cadeiras, que

¹⁵ Segundo o dicionário Priberam, essa palavra significa: Misturado sem ordem (notando-se na confusão mais de mau que de bom); Que viola o que é moral; Que tem vários parceiros sexuais. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/promiscuo>> Acesso em: 03 nov. 2019.

continuava a persistir, fruto dos interesses políticos” (NUNES, 1984, p. 246). Nunes ainda pontua algumas das ações desenvolvidas pelo então Presidente:

[...] construiu modernos grupos escolares e adquiriu casas para localizar escolas isoladas em melhores condições de conforto e higiene. O Regulamento da Instrução Pública, baixando em 11 de março de 1924, em 471 artigos estruturou, globalmente, a educação sergipana, definindo-a desde as escolas maternas e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário, inclusive as instituições particulares. Pela primeira vez, em Sergipe, o Estado avocava a responsabilidade da educação a ser ministrada em escolas maternas e jardins-de-infância. O ensino primário, dividido em elementar e superior, de três anos cada um, apresentava programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais. O currículo elementar abrangia a Leitura, Escrita e Caligrafia, Aritmética (as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal), Corografia do Brasil e de Sergipe, (generalidades), Noções de História do Brasil e de Sergipe, Rudimentos de Moral e Instrução Cívica, Urbanidade e Higiene, *Moléstia mais comuns em Sergipe e meios de preveni-las*, Lições de coisas (noções simples acerca da estrutura do corpo humano, animais, plantas e objetos de imediata utilidade, fenômenos atmosféricos), Elementos de trabalho manual, Cartonagem, prendas de agulha e outros misteres domésticos, inclusive lavado e engomado, cultivo de hortas e jardins para meninos, ginásticas, formações, marchas. Nas escolas rurais, o ensino deveria incluir noções sobre criação de gado, horticultura, pequenas indústrias anexas à agricultura e à pecuária, uso dos principais instrumentos fundamentais em relação aos mesmos. Faltava, porém, ao professor a formação adequada para executar tão avançado programa de uma escola voltada para a realidade e, como tal, pragmática. O ensino vai conservar-se tradicional, rotineiro, apenas com pinceladas modernas que não alterarão sua essência. Inovador, para a época, foi o ato da nomeação de dentista para atender à população das escolas públicas primárias da Capital, até então sem qualquer assistência médico-odontológico (NUNES, 1984, p. 246-247).

Enfatiza-se que umas das preocupações do governo de Graccho Cardoso foi a educação, como visto acima, pois entre os destaques está a Reforma da Instrução Pública de 1924, no estado de Sergipe, na qual a escola foi uma das prioridades e teve um papel fundamental, na consolidação das propostas de modernidade trazidas pelo Presidente. Esse tema era discutido em todo o país, com ênfase para a organização do ensino com a construção dos grupos escolares, criados no Estado no início do século XX e que já existia em alguns estados brasileiros.

Com um olhar inovador, o Presidente Gracco Cardoso reestruturou os currículos das escolas com um toque de modernidade, a exemplo das escolas rurais, com a inclusão de noções de horticultura, pequenas indústrias aliadas à agricultura e à pecuária; nas escolas da capital, as crianças passaram a contar o atendimento

médico-odontológico, considerado inédito para os sergipanos da época, além de outras medidas que possibilitaram o desenvolvimento como um todo no estado.

Referente à situação dos professores dos grupos escolares, quando era necessário haver a substituição de professores por motivo de doença, ou aposentadoria, eram substituídos por normalistas recém-formadas, que foram promovidas pelo Presidente do Estado para atuar tanto nos grupos escolares da capital como do interior, conforme consta em publicação dos Atos 121 e 119 no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1925¹⁶.

ACTO N. 121

O Presidente do Estado resolve promover as seguintes professoras: d. Stael Góes, do Grupo Escolar Vigarrio Barroso, de S. Christovam, para o Grupo Barão de Maroim, nesta capital; d. Idalice de Carvalho, do Grupo Sylvio Romero, de Lagarto; para o Grupo General Valladão, desta cidade; d. Fernandina Stella de Menezes, de Japaratuba para o Grupo Sylvio Romero, de Lagarto; e d. Laura Bellaniza Cardoso, do povoado Olhos d'agoa, município da capital, para a escola feminina de Japaratuba. Cumpra-se e comunique-se.

ACTO N. 119

O Presidente do Estado, tendo em vista que, na inspeção de saúde a que se submeteu a professora do Grupo Escolar General Siqueira, d. Luiza Pinto do Prado Sampaio, foi reconhecida a sua invalidez para continuar no magistério, resolve conceder-lhe a jubilação pedida, de acordo com a última parte do § 1º do art. 246 do regulamento que baixou com o decreto n. 867, de 11 de março de 1924, combinado com o art. 89, alínea a, da Reforma Constitucional vigente. Cumpra-se e comunique-se. (SERGIPE, 1925, S/N).

Assim, naquele período, observam-se diversas mudanças, sobretudo na Instrução Pública em Sergipe, a exemplo da construção dos grupos escolares e que demonstra a preocupação do Presidente Gracco Cardoso com o cenário da educação no estado. Além disso, o Presidente defendia a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas e da formação docente para atendimento das propostas de modernização vigente nos programas de ensino primário. Para o governante o ensino normal deveria “estabelecer um justo equilíbrio entre as ciencias e as letras, e bem assim o criterio da experimentação nas diversas classes de matérias” (AZEVEDO, 2015, p. 325 apud CARDOSO, 1922b, p. 18).

¹⁶ Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-20, 1925.

Quanto aos ensinos profissionalizante e superior, organizou-se nas três primeiras décadas do século XX, no qual as mulheres foram inseridas com o passar dos anos, aos quais destaca-se a Escola de Aprendizes e Artífices (1905), Escola de Comércio Conselheiro Orlando Dantas (1926), o Liceu Profissional Coelho e Campos (1923) e o Instituto de Química Industrial (1926). Referente ao curso superior, foi implantado em 1925 a faculdade de direito “Tobias Barreto” e 1926 a faculdade de Farmácia e Odontologia “Aníbal Freire” (NUNES, 2008, p. 261-262).

No que se refere aos cursos profissionalizantes, inicialmente eram considerados como disciplinas especiais, ou seja, não era obrigatório para as normalistas, sendo ofertadas no anexo a Escola Normal, tais como, Rendas, Bordados, Flores, Confecções de chapéus e Trabalhos artísticos, Confecções, Modas, Roupas brancas e grossas, Desenho e Trabalhos manuais, Economia Doméstica, Pintura, Metaloplastia e Pirogravura (MALTA, 2010, p. 82).

Figura 11- Disciplinas especiais da Escola Normal, 1926. (parte destacada)

Sexta-feira 6 de Maio 1926		
Profissões	Maria Dolina de Sousa Ennes	M. S. S.
Rendas	Juliana de Castro Almeida	J. C. A.
Pintura	Anna Trauco de Souza e Silva	Ann. Silva
E. Domestica	Virah Montes	Vir. Montes
T. Manuais	Sabbado J. de Maio de 1926	
	Anaide Cardoso	A. Cardoso
	Marianna Dini Barreto	M. D. B.
Segunda-feira 9-5-1926		
Profissões	Maria Dolina de Sousa Ennes	M. S. S.
Rendas	Juliana de Castro Almeida	J. C. A.
Pintura	Anna Trauco de Souza e Silva	Ann. Silva
E. Domestica	Virah Montes	Vir. Montes
T. Manuais		

Fonte: APES, pacotilha E7-68, 2019.

Contudo, em 1927, essas matérias ganharam uma nova denominação e um novo ambiente, passou a ser chamado de Curso Profissional Feminino e funcionavam no Liceu Profissional Coelho e Campos. Segundo Malta (2010), o Liceu foi a primeira terminologia da Instituição, criado em 1922, no Governo de Pereira Lobo, para a

capacitação de jovens de ambos os sexos, em cursos fundamentais à época. Esse Instituto nasceu do desejo de Coelho e Campos¹⁷ de ter uma escola profissionalizante em Sergipe para aperfeiçoar as técnicas agrícolas. Posteriormente, em 1927, passou a se chamar Instituto Profissional Coelho e Campos. Em 1942, tornou-se a Escola de Aprendizagem Industrial Coelho e Campos (MALTA, 2010, p. 52).

Figura 12- Instituto Profissional Coelho e Campos



Fonte: APMA, Álbum fotográfico de Aracaju, 1931.

Nessa perspectiva, com a criação da primeira Instituição de ensino profissional em Sergipe, que disponibilizava os cursos profissionalizantes visando não somente atender às necessidades agrícolas, mas ao desenvolvimento de outras atividades como a operação e conserto de máquinas agrícolas, edificações na construção civil, etc. De modo que, assemelhava-se aos institutos idealizados na Capital Federal em 1925, onde já se falava, nos jornais, sobre o assunto, conforme nota publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

¹⁷ Segundo Malta (2010), José Luiz Coelho e Campos, nasceu no Engenho Mata Verde, em Divina Pastora. A autora afirma que existem muitas divergências sobre o ano do seu nascimento. No dicionário organizado por Blake (1899), consta que nasceu em 1841. Nas fontes eletrônicas consultadas, a data marcada para o nascimento de Coelho e Campos é 4 de fevereiro de 1843. Nos registros produzidos por Barreto (2007) e Guaraná (1925), consta que ele nasceu em 1853. Além disso, segundo Barreto (2007), alguns documentos registraram que Coelho e Campos veio ao mundo em 1851. Foi Advogado, Promotor de Justiça de Capela, Além disso, desempenhou muitos papéis na sociedade sergipana e deixou suas ideias registradas nos seus discursos, pareceres, votos e artigos (MALTA, 2010, p.52).

Figura 13- Recorte do Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1925, sobre o ensino profissional.



Fonte: APMA, Pacotilha JDE- 20, 1925.

Quadro 3- Transcrição das informações na íntegra da figura 13.

DIVERSAS
<p>Sob a epigrafe – O ensino utilizavel nas escolas publicas, o < Jornal do Commercio>, do Rio, publica o seguinte:</p> <p>O ensino profissional tende cada vez a infiltrar-se em todos os ramos de instrucção. A escola primaria deve attender cada vez mais a essa necessidade.</p> <p>O criterio primordial que hoje preside aos processos pedagogicos é o de despertar o interesse, de accordo com o meio em que se está agindo. Para que o ensino se torne aproveitavel e util, é conveniente que desperte e prenda a attenção dos alumnos, que possa ser immediatamente pratico, ter applicação.</p> <p>Nada mais attrahente do que o que apparelho logo na luta pela vida, no officio em que cada criança trabalha ou vive.</p> <p>Nas diversas escolas do Rio ha muito a estudar e a observar sobre o assumpto. Em alguns Estados norte-americanos, com o desejo de amoldar o ensino ás crianças locais, a lei faculta aos inspectores e directores de estabelecimentos a organização de programmas. Não precisamos ir tão longe, mas muito poderiamos obter fazendo com que o ensino se tornasse logo utilizavel.</p> <p>Assim, nas zonas abastadas, os alumnos, subsidiados pelos paes, podem estudar desinteressadamente até certo ponto; em outros districtos, entretanto, os alumnos só prestam attenção naquilo que lhes possa ser immediatamente util.</p> <p>Nas zonas pobres da cidade nova e da Saude, os alumnos, que muitas vezes se matriculam já com 12 e 13 annos, querem conhecimentos immediatos para auxiliarem os paes na quintanda, na sapataria, no açougue, na venda, na pequena officina ou loja... O que se afasta dahi os desinteresses, com pequenas excepções. O ensino mais ou menos profissional, não só dos officios e artes como do commercio, terá, pois um exito grande e prompto.</p>

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, 2019.

Entende-se que o objetivo principal do ensino profissional é despertar nas crianças e jovens as perspectivas profissionais, uma forma de atraí-los, a fim de evitar a evasão escolar, principalmente dos meninos nas primeiras décadas do século XX, visto que com essa idade e até menores principalmente a classe pobre alguns já

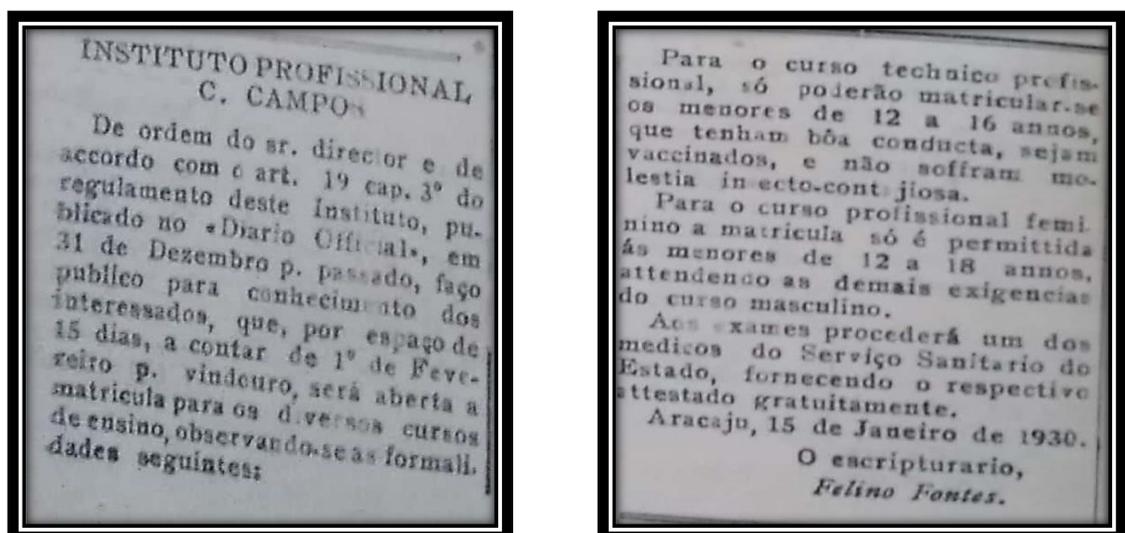
trabalham com os próprios pais para ajudar na renda família, conforme citado. De modo que, para os diretores da Instrução Pública em Sergipe e o Presidente do Estado na época, era necessário criar algo que chamasse a atenção do alunado.

No que se refere à evasão escolar, segundo informações do Diário Oficial do Estado de Sergipe (1920), ocorreu o fechamento de uma escola em São Cristóvão, por meio do Decreto N. 773 de 12 de fevereiro de 1923, assinado pelo Presidente Gracco Cardoso, que descreve:

Declaro supressa, por falta de frequência regulamentar, a cadeira do povoado Patrimônio, município de S. Christovam.
O Presidente do Estado, considerando que a cadeira do Povoado Patrimônio, município de S. Christovam, segundo informações da Directoria Geral da Instrução Publica, não tem frequência regulamentar, resolve, de acordo com o paragrapho único do art. 163 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 724, de 29 de Outubro de 1921, declarar supressa a referida cadeira, devendo a respectiva serventuária, d. Marina Daltro Nabuco, ser oportunamente designada para a regência de outra escola (SERGIPE, 1920, p. 1088).

No que diz respeito às normativas para a matrícula do Instituto Profissional Coelho Campos, é semelhante a das demais escolas, diferencia-se somente no quesito idade, sendo aceito menores de 12 a 16 anos para o sexo masculino e de 12 a 18 anos para o sexo feminino. Já para o acesso ao ensino normal, era necessário que os meninos tivessem completado 15 anos e as meninas com 14 anos. Conforme consta no Edital de matrícula do referido Instituto.

Figura 14- Edital de Matrícula do Instituto Profissional Coelho Campos, 1923.



Fonte: APES, pacotilha E7- 343, 2019.

Quadro 4- Transcrição das informações na íntegra da figura 14.

INSTITUTO PROFISSIONAL C. CAMPOS

De ordem do sr. Diretor e de acordo com o art. 19 cap. 3º do regulamento deste Instituto, publicado no <Diário Oficial>, em 31 de Dezembro p. passado, faço publico para conhecimento dos interessados, que, por espaço de 15 dias, a contar de 1º de Fevereiro p. vindouro, será aberta a matrícula para os diversos cursos de ensino, observando-se as formalidades seguinte:

Para o curso tecnico profissional, só poderão matricular-se que tenham bõa conducta, sejam vacinados, e não sofram moléstia infecto-contajiosa.

Para o curso profissional feminino a matricula só é permitida ás menores de 12 a 18 annos, atendendo as demais exigências do curso masculino.

Aos exames procederá um dos médicos do Serviço Sanitario do Estado, fornecendo o respectivo atestado gratuitamente.

Aracaju, 15 de Janeiro de 1930.

O escriptuario,
Felino Fontes.

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, 2019.

Ressalta-se que, no contexto do ensino primário referente ao processo da casa se transformar em escola para as aulas avulsas, seja nas casas das professoras ou as casas alugadas pelo poder público, havia implicações para a saúde das crianças, devido à falta de higienização adequada, sistema de ventilação, aglomeração em pequenos espaços, estes fatores contribuíam para a propagação de doenças como tuberculose, gripe, etc., por mais que existisse fiscalização. Um exemplo a nível Nacional, foi mostrado no trabalho de Nunes (2010)¹⁸, ao afirmar que:

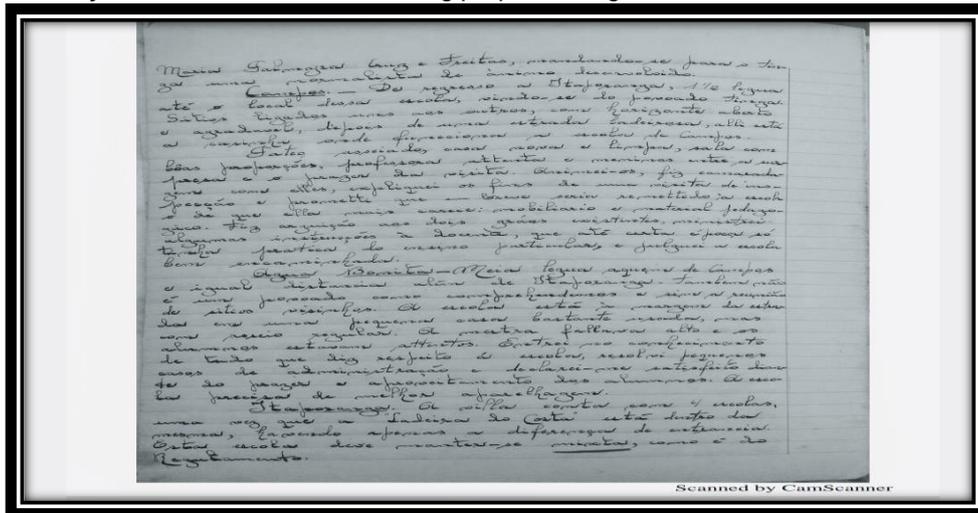
Na cidade de Salvador, por exemplo, as poucas escolas públicas encontradas no começo do século XX eram antigas residências, muitas em ruínas. O professor custeava com seus próprios vencimentos o aluguel da sala ou do prédio. Não havia mobiliário escolar. Cabia aos alunos levarem para a casa da professora as cadeiras e as mesas, mas a pobreza impedia. O máximo a que se permitia era o improvisado em barricas, caixões, pequenos bancos de tábua, tripeças estreitas e mal equilibradas, cadeiras encouradas ou tecidas a junco. Comum mesmo era os alunos escreverem no chão, estirados de bruços sobre papéis de jornal, ou então fazerem seus exercícios de joelhos ao redor de bancos ou á volta das cadeiras Nunes (2010, p. 377 apud NUNES, 1991, p. 85-86).

Em Sergipe, quanto ao ambiente escolar, as dificuldades eram semelhantes à situação das escolas públicas de Salvador, conforme consta no Relatório Parcial da Delegacia da 1ª Região do Ensino apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública

¹⁸ A autora Clarice Nunes, traz essa citação da sua tese defendida em 1991 pelo Departamento de Educação da PUC/RJ, intitulada “*Anísio Teixeira: a poesia da ação*”, em seu artigo intitulado (Des)encantos da modernidade pedagógica, que compõe o livro 500 anos de Educação no Brasil, organizado por Teixeira et al. (2010).

do Estado de Sergipe. O referido Relatório descreve a realidade das escolas no interior, respectivamente em povoados e na cidade de Itaporanga, cujas escolas funcionavam em casas pequenas, que apresentava higiene regular, mas faltava mobiliário e material pedagógico, sendo este um problema que se arrastava há um tempo significativo.

Figura 15- Parte do Relatório Parcial da Delegacia da 1ª Região do Ensino apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de Sergipe pelo delegado Antônio Xavier de Assis, em 1927.



Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe -APES, pacotilha E6 -928.

Quadro 5 – Transcrição das informações da figura 15

Campos. – De regresso a Itaporanga, $\frac{1}{2}$ legua até o local dessa escola, vindo-se do povoado tinga. Sítios ligados uns aos outros, com horizonte aberto e agradável, depois de uma estrada ladeirosa, ali está a casinha onde funciona a escola de Campos.

Patio asseiado, casa nova e limpa, sala com boas proporções, professora atenta e meninos entre a surpresa e o prazer da visita. Animei-os, fiz camaradagem com elles, expliquei os fins de uma visita de inspecção e prometti que em breve seria remettido á escola o de que ella mais carece: mobiliario e material pedagogico. Fiz arguição aos dois grãos existentes, ministrei algumas instrucções á docente, que até certa época só tinha pratica do ensino particular, e julguei a escola bem encaminhada.

Agua Bonita – meia legua aquem de Campos e igual distancia além de Itaporanga. Também não é um povoado como comprehendemos e sim a reunião de sítios vizinhos. A escola está á margem da estrada em uma pequena casa bastante usada, mas com asseio regular. A mestra fallava alto e os alumnos estavam attentos. Entrei no conhecimento de tudo que diz respeito á escola, resolvi pequenas cosas de administração e declarei-me satisfeito diante do prazer e aproveitamento dos alumnos. A escola precisa de melhor aparelhagem.

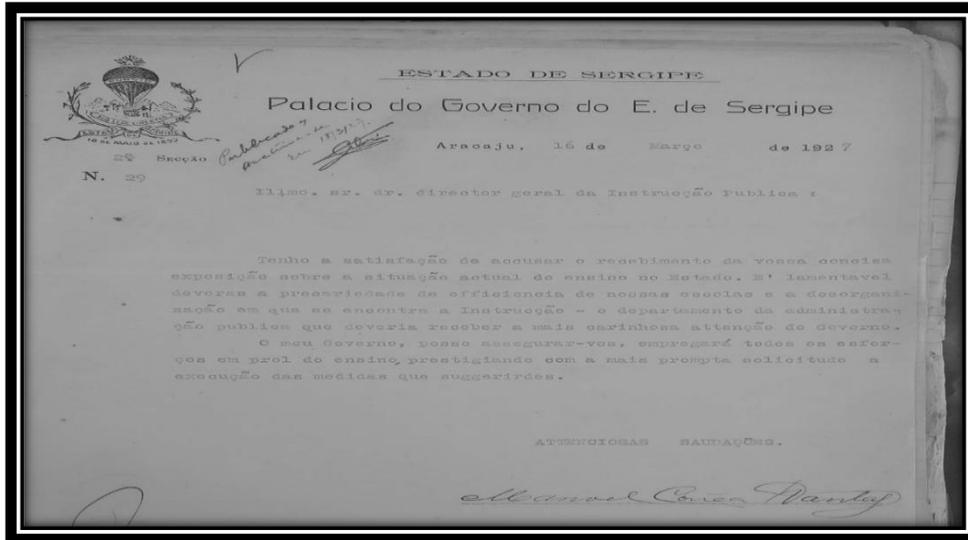
Itaporanga. A villa conta com 4 escolas, uma vez que a “Ladeira do Costa” está dentro da mesma, havendo apenas a diferença de enteancia. Esta escola deve manter-se mixta, como é de Regulamento.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Verifica-se, no (quadro 5), a confirmação sobre atuação das professoras no ensino particular no interior. O delegado Antônio Xavier descreve: “Fiz arguição aos dois grãos existentes, ministrei algumas instrucções á docente, que até certa época

só tinha pratica do ensino particular, e julguei a escola bem encaminhada”. Como também, destaca-se o ambiente escolar como “A escola está à margem da estrada em uma pequena casa bastante usada, mas com asseio regular”. A precarização das escolas estava presente tanto no interior, como na capital, Aracaju, conforme ilustrada no Ofício (figura 16).

Figura 16- Ofício do governador Manoel Dantas para o Diretor da Instrução Pública em 1927.



Fonte: APES, pacotilha E1- 349.

Quadro 6 – Transcrição das informações da figura 16 na íntegra.

ESTADO DE SERGIPE
PALACIO DO GOVERNO DO E. DE SERGIPE

Aracaju, 16 de Março de 1927

Tenho a satisfação de acusar o recebimento da vossa concisa exposição sobre a situação actual do ensino no Estado. É lamentavel deveras a precariedade de eficiencia de nossas escolas e a desorganização em que se encontra a Instrução – o departamento da administração publica que deveria receber a mais carinhosa atenção do Governo.

O meu Governo, posso assegurar-vos, empregará todos os esforços em prol do ensino prestigiando com a mais prompta solicitude a execução das medidas que suggerirdes.

Atenciosas Saudações.
Manoel Correa Dantas

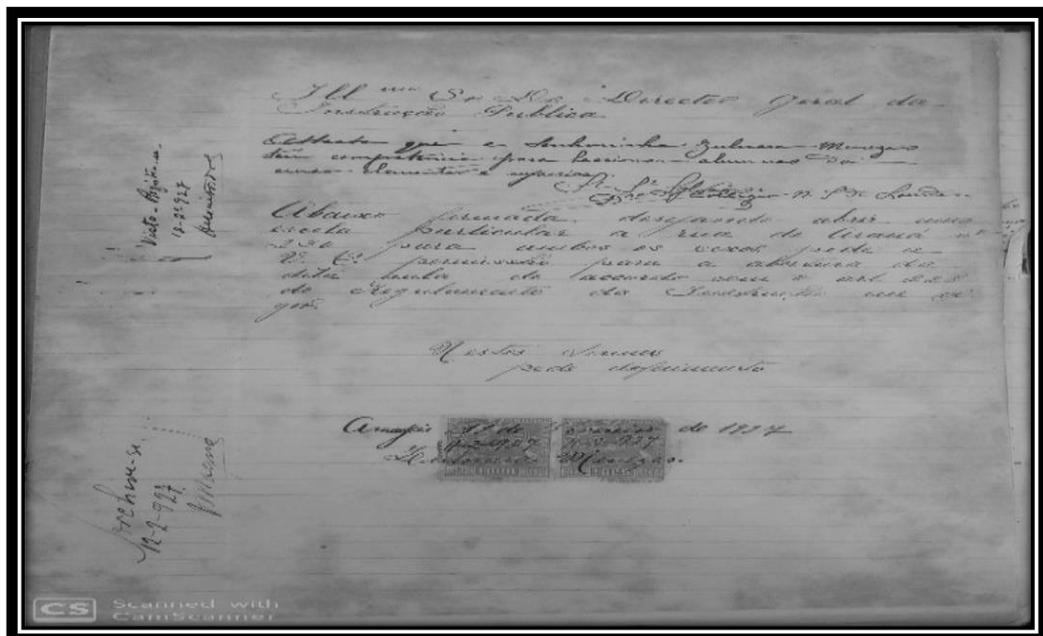
Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

No que se refere a precariedade das escolas e a desorganização da Instrução Pública, citadas pelo Presidente do Estado Manoel Correa Dantas, que governou de 30 de janeiro de 1927 a 16 de outubro de 1930, ocorreram devido ao fato de que, naquele período, o estado enfrentava uma crise econômica e financeira, reflexo da iminente crise mundial de 1929, com a desvalorização das exportações sobretudo do açúcar, principal cultivo e sustento da economia sergipana. Além disso, o governo

contava com uma equipe de indivíduos experientes e que se preocupavam com o progresso, mas não logrou êxito, como na gestão de Gracco Cardoso (NUNES, 1984, p. 259-260).

Dessa forma, enquanto faltavam investimentos na escola pública, surgiam as escolas particulares e aulas avulsas, essas aulas eram ministradas pelas professoras normalistas em suas próprias casas, sendo que era preciso obter autorização do governo, conforme ilustrado na figura 17.

Figura 17- Solicitação de uma professora para a abertura de escola particular na capital.



Fonte: APES, pacotilha E1, 595, (1927).

Quadro 7- Transcrição das informações na íntegra da figura 17

Illm. Sr. Dr. Director Geral da Instrução Publica.
 Attestado que a senhorinha Zulnara Menezes tem competencia para leccionar alumnos para curso elementar e superior.

Assinaturas

Abaixo firmada, desejando abrir uma escola particular a rua de Arauá nº 230 para ambos os sexos pede a V.S. permissão para a abertura da dita aula de accordo com o art 228 do Regulamento da Instrução em vigor.

Nestes Termos
 Pede deferimento.
 Aracaju, 11 de Fevereiro de 1927
 Zulnara Menezes
 Visto – Registre-se 12- 2- 927 Assinatura
 Archive-se 12-12- 927 Assinatura

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Referente a atuação das professoras no ensino particular, observa-se que elas tiveram um papel fundamental, sobretudo para o ensino primário, base essencial para a formação do aluno. Além disso, esse tipo de ensino serviu como campo de trabalho principalmente para as normalistas recém-formadas, sendo responsáveis pela escolarização dos sergipanos. Sobre isso, Magalhães (2004) afirma que,

Quer a construção dos Estados-nação, quer a construção do Estado-liberal, como resposta aos desafios da separação de poderes e da materialização dos Direitos do homem e do cidadão, encontraram pela educação, em geral, e pela escolarização, em particular, uma via de institucionalização de novas formas de participação e de responsabilização, mas também de modernização da administração e de articulação entre o público e o privado (MAGALHÃES, 2004, p. 22).

Assim sendo, o magistério possibilitou a independência social e financeira das mulheres, além de permitir construir seu próprio futuro, ter outras perspectivas de vida. Na visão de Bourdieu,

O futuro provável do campo está inscrito, em cada momento, na estrutura do campo, mas cada agente faz seu próprio futuro contribuindo com isso para fazer o futuro do campo ao realizar as potencialidades objetivas que se determinam na relação entre seus poderes e os possíveis objetivamente inscritos no campo (BOURDIEU, 1996, p. 306).

Nota-se, a partir dessa visão de Bourdieu, que o futuro do campo, no caso o magistério, e a inserção das professoras com suas contribuições através do ensino, foram essenciais para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Além disso, o campo educacional foi muito importante para a independência financeira das mulheres, pois era uma das poucas profissões socialmente permitidas na época.

Quanto as legislações, apresenta-se as reformas educacionais realizadas pelo governo federal início do século XX, pois a partir destas os estados elaboravam seus regulamentos. Corroborar-se em Lapa (2019), que destaca quatro reformas,

A primeira reforma federal, proposta em 1901 - Reforma Epiácio Pessoa - Decreto n.º 3.890, na gestão de Campos Sales, aprovou o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário; a segunda, em 1910 - Reforma Rivadávia Corrêa, em 5 de abril de 1911, Decreto nº 8.659, na gestão de Hermes da Fonseca, aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República e o Decreto nº 8.663, na mesma data, aprovou o Regulamento da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; a terceira, Reforma Carlos Maximiliano, em 18 de março de 1915, na gestão de Venceslau Brás, Decreto nº 11.530, reorganizou o ensino secundário e superior, restringindo o acesso ao ensino superior facilitado pela reforma anterior; e a quarta e última, a Reforma Rocha Vaz, em 13 de janeiro de 1925, com o Decreto

nº16.782-A, na gestão de Arthur Bernardes, aprovou o estabelecimento do concurso da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino e reformou o ensino secundário e o superior. Todas essas reformas têm impacto nos Estados Federativos, em Sergipe, as escolas que ofereciam o ensino secundário, precisaram se adequar. (LAPA, 2019, p. 135-136)

Entretanto, como em cada governo criava-se uma reforma educacional, assim foram criados vários regulamentos, contudo, optou-se em destacar apenas três, o Regulamento da Escola Normal de 1900 e o Regulamento da Instrução Pública de 1912 e 1924, para analisar o processo formativo de Opelina Rollemberg no ensino primário e no magistério. Ressalta-se que, em Sergipe, a Instrução Pública sofria os mesmos dilemas com Reformas fragmentadas, não inclusivas, reflexo do que ocorria no Brasil, onde a cada mandato para Presidente de Estado, fazia-se uma nova Reforma e um novo regulamento, a fim de organizar o campo educacional.

No que se refere ao Regulamento da Escola Normal, este foi expedido por meio do Decreto 494 de 26 de Dezembro de 1900, assinado pelo Presidente do Estado Olympio Campos. Acredita-se que esse regulamento foi o que prevaleceu até 1912, pois, não foi encontrado nenhum outro antes deste, durante a coleta de dados para esta pesquisa. Dentre as normativas do referido Regulamento, destaca-se:

Capítulo I

Art. 1º Afim de ministrar aos aspirantes ao magistério primário as habilitações indispensáveis á sua profissão, quer theoreticas, quer praticas, haverá na capital do Estado uma Escola Normal.

Art. 2º O ensino normal será dado em três anos, sendo as matérias do respectivo curso divididas pelas seguintes cadeiras:

- a) Grammatica nacional e caligrafia.
- b) Mathematica elementar.
- c) Lingua franceza.
- d) Geografia Geral e Historia do Brazil, e especialmente de Sergipe.
- e) Pedagogia e Methodologia.
- f) Elementos de sciencias physicas e nuturaes e noções de Agronomia e de Hygiene domestica, pelo methodo intuitivo e experimental.
- g) Instrução moral e cívica e explicação das Constituições federal e estadcal e do Codigo Penal.

Art. 3º Alem das cadeiras supra-referidas, haverá duas aulas annexas regidas por professores primários, para pratica do ensino, sendo uma para cada sexo; e bem assim uma mestra de elementos de economia domestica, corte e manufactura de vestuario, prendas e trabalhos domésticos.

Art. 4º Os lugares de professores das aulas annexas serão preenchidos por membros do magistério publico primário e o da mestra de prendas por pessoa idônea.

Art. 5º Os professores das aulas annexas serão ajudados nos trabalhos escolares pelos alunos da Escola Normal.

Art. 6º O ensino normal será mais prático de que theorico e baseado na experimentação de modo que os alunos possam considerar a matéria por todas as suas faces.

Art. 11. A duração de cada aula, nunca inferior a uma hora, será dividida em duas partes, uma de prelecção e outra de arguição sobre a matéria explicada.

Art. 12. Sempre que o entenderem, farão os professores uma revisão das lições anteriores.

Art. 13. De trez em trez mezes, haverá na Escola exames parciais, cujas notas influirão nos exames do fim do anno.

Art. 14. Para ser admitido na Escola Normal, é necessário provar perante a respectiva directoria:

1º Habilitação nas matérias do curso primário, por meio de exame;

2º Conducta civil e moral;

3º Consentimento do pae, tutor ou protector, sendo o candidato de menor idade;

4º Idade não menor de 15 annos para a sexo masculino e de 14 annos para o feminino;

Art. 15. Nos exames de habilitação para a matricula não haverá graus de aprovação, limitando-se os examinadores a declarar se o candidato está ou não habilitado para o curso da Escola. [...] (SERGIPE, 1900, p. 5-8).

O Regulamento da Escola Normal de 1900, aborda que ambos os sexos tinham acesso à educação, o que significaria um grande avanço. Segundo Nunes (1984), houve várias tentativas nas reformas anteriores para a implantação do ensino misto nas escolas, mas sempre ocorriam manifestações contrárias para retirar a proposta, situação que não foi diferente com esta e que esse “entre e sai” perdurou nas reformas posteriores. No que se refere às disciplinas e aulas anexas, percebe-se a preocupação com a formação principalmente das mulheres, visto que eram abordados diversos assuntos, a exemplo de pedagogia, instrução moral, noções em direito e higiene. Para aquelas que não exerceriam o magistério, o foco do ensino era sobre a economia doméstica, corte e manufatura de vestiário, prendas e trabalhos domésticos.

Segundo informações da ficha de inscrição da EEAN (figura 26), Opelina nasceu em 1906, cursou o ensino primário em escolas públicas, não cita a cidade, mas pela análise dessa fonte, ocorreu em 1912. Nesse mesmo ano, foi criado um novo Regulamento da Instrução Pública, expedido pelo Decreto nº 571, de 19 de outubro de 1912, para a instrução pública primária, secundária e normal, foi promulgado pelo Presidente do Estado General José Siqueira de Menezes, com base no art. 46 da segunda parte da Lei nº 605 de 24 de Setembro de 1912. Destaca-se alguns aspectos como:

Art. 1º. A instrucção do Estado de Sergipe desmembra-se em publica e particular; a instrucção publica, em *primária, norma e secundaria*.

É livre a matricula em qualquer dos gráus da instrução publica para todos os indivíduos, de um ou de outro sexo, que se acharem nas condições exigidas por Regulamento; livre e gratuito para a *primária*, que se tornará obrigatória logo que o permitam as condições do Estado.

Art. 2º. O Estado será dividido em cinco districtos, [...]

Art. 3º. As escolas primárias são de duas ordens:

1ª escolas singulares;

2ª grupos escolares.

§ 1º. As escolas singulares são diurnas e noturnas.

As escolas singulares são destinadas, umas, ao sexo masculino, outras, ao feminino, outras, aos dois sexos, promiscuamente; chamadas, neste caso, mixtas.

§ 4º. Os grupos são destinados aos dois sexos, separados em duas secções: a masculina e a feminina; exceptuam-se a escola e o grupo anexo á Escola Normal, que são femininos.

§ 5º As escolas do sexo masculino serão regidas de preferencia por homens; as do feminino e as mixtas, exclusivamente por senhoras.

Art. 4. O curso primário é de quatro anos [...]

A sessão escolar é de cinco horas diárias, de nove horas da manhã ás duas da tarde, havendo o intervalo de meia hora para recreio.

§ Único. Nenhuma escola singular ou classe de grupo escolar poderá ter lotação para numero menor de quarenta alunos nem dará matricula a mais de cinquenta.

Art. 38. Alem do que lhes concerne em outras partes deste Regulamento, e regimento interno e programas, os professores se esforçarão na tríplice tarefa da educação physica, moral e intelectual da infância entregue á sua proficiência de educadores; fazendo-se amar pelos discipulos, ao mesmo tempo que, por suas virtudes e saber, exercerão sobre elles a necessária força moral; incitando-os ao estudo por seu exemplo e um bom systema regimentar. Assim, são seus deveres, em geral, tudo o que possa concorrer para a educação da infância e boa direcção do ensino; e especialmente:

1- fazer na época própria, a matricula de seus alunos;

2- comparecer todos os dias lectivos, antes da hora marcada para começo da aula e ser o ultimo a retirar-se;

6- ter em boa ordem o edificio escolar sob o ponto de vista pedagógico e hygienico;

9- remeter mensalmente á directoria (por intermédio dos delegados do ensino, nos municípios e diretamente, na capital) um boletim contendo as informações de quanto interessa ao ensino.

Art. 79. As escolas do Estado funcionarão em edificios, construídos de modo a preencher os fins a que se destinam, com todas as condições pedagógicas, que implicam as de local hygiene.

Alem disso, esses prédios devem ser colocados, nas localidades, nos pontos em que mais se accomodem á frequência, evitados, quanto possível, os inconvenientes que possam perturbar seus fins; serão afastados das aglomerações, como feiras, casernas, fabricas, etc. Os edificios serão construídos de modo a separar completamente os dois sexos, colocando, porem, o gabinete do Director comunicável com os dois lados e bem dispostas todas as acomodações recomendadas e exigidas pela Pedagogia e a Higiene.

Art. 86. O ensino deve ser feito o mais praticamente possível e pelo processo intuitivo. [...] (SERGIPE, 1912, p. 1-36).

Quanto ao Regulamento Instrução Pública, baixado em 11 de março de 1924, que organizou de maneira geral, a educação em Sergipe. Segundo Nunes (2008), a partir desse regulamento o estado toma para si a responsabilidade do ensino maternal e jardins-de-infância. Além disso, a autora destaca que,

O ensino primário. Dividido em elementar e superior, de três anos cada um, apresentava programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais. O currículo elementar abrangia a Leitura, Escrita e Caligrafia, Aritmética (as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal), Corografia do Brasil e de Sergipe, (generalidades), Noções de História do Brasil e de Sergipe, Rudimentos mais comuns em Sergipe e meios de preveni-las, Lições de coisas (noções simples acerca da estrutura do corpo humano, animais, plantas e objetos de imediata utilidade, fenômenos atmosféricos), Elementos de trabalho manual, Cartonagem, prendas de agulha e outras misteres domésticos, inclusive leavdo e engomado, cultivo de hortas e jardins para meninos, ginástica, formações, marchas. (NUNES, 2008, p. 257)

Observa-se nos Regulamentos supracitados promulgados em Sergipe, para o ensino primário e os grupos escolares das primeiras décadas do século XX, nas entrelinhas de seus artigos os intuítos que podem ocasionar a legitimação das práticas. Além disso, destaca-se a responsabilização dos professores quanto ao cumprimento das normativas, como também o controle sobre os corpos e das práticas educativas, dentro do ambiente escolar, que aqui é entendido como um espaço de múltiplas funções, como formação pedagógica do aluno, facilitador da construção de identidades e representações, local de prática e disseminação de culturas.

Destaca-se nos Regulamentos acima, que há uma preocupação com a higiene e prevenção para o contágio de doenças, de modo que, já determinavam algumas normativas nesse sentido, tanto para a construção das escolas, como na disseminação do assunto para os alunos do ensino primário e principalmente da Escola Normal, visto que era voltada para formação de professores, uma vez que estes seriam os propagadores das ideias higienistas no ambiente escolar. Considera-se portanto, como uma das estratégias dos gestores a fim de prepará-los para atender as perspectivas do governo e as necessidades do alunado, que iam além do saber ler e escrever.

Esse tema tem origem nas ideias higienistas, desde o século XIX, quando os médicos brasileiros direcionam o olhar especialmente para a educação escolar, sendo que esse movimento foi mais expressivo no século XX. Para Gondra (2004),

A higiene, de sua parte era apresentada como uma verdadeira arte, um modo de fazer o homem e a sociedade novos. Era representada como a legítima arte de civilizar, para o que articulava medicina, higiene e educação escolar; combinatória descontínua e complexa capaz de fazer emergir uma cidade e uma população higienizadas (GONDRA, 2004, p. 470).

Quadro 8- Artigos referente a higiene nos Regulamentos.

Regulamento da Escola Normal de 1900	Regulamento da Instrução Pública de 1912
<p>Art. 2º O ensino normal será dado em três anos, sendo as matérias do respectivo curso divididas pelas seguintes cadeiras:</p> <p>f) Elementos de sciencias phisicas e nuturaes e noções de Agronomia e de Hygiene domestica, pelo methodo intuitivo e experimental.</p> <p>5º Ter sido vacinado ou revaccinado dentro dos últimos quatro anos;</p> <p>6º Não sofrer moléstia contagiosa.</p>	<p>Art. 79. As escolas do Estado funcionarão em edifícios, construídos de modo a preencher os fins a que se destinam, com todas as condições pedagógicas, que implicam as de local hygiene.</p> <p>§ Único. Em quanto se não puderem construir prédios em taes condições, a Directoria da Instrução Publica por si na capital, com aprovação do Presidente do Estado, e os Delegados de ensino nas demais lacialidades, com aprovação da Directoria da Instrução, autorizarão sejam alugadas casas que correspondam, mais ou menos, aos requisitos pedagógicos. Todos devem ter um pateo, em condições hygienicas, para o recreio ao ar livre, com um abrigo para as intempéries.</p>

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

No Brasil, desde os primórdios, que a cada mudança de governo, havia uma nova reforma na Instrução Pública, foi assim também com a República. Corroborando com Freitas (2003), no período republicano, a escola foi o palco das ações políticas no âmbito educacional que tinham por objetivo o “apagamento” das reformas anteriores e tornar-se um marco na história brasileira. Assim sendo, para a referida autora,

A passagem para o regime republicano, quase ao final do século XIX, foi um fator decisivo para que um modelo de escolarização se estabelecesse. Esse modelo que estabilizou entre nós a escola seriada, o grupo escolar, o ginásio de Estado, o jardim-de-infância, uma nova escola normal, etc., também estabilizou normas, procedimentos, usos de materiais específicos, orientações aos professores, regras de hygiene, enfim um conjunto de realizações que facilmente podem ser utilizados como exemplos da chegada de um novo tempo, um novo ciclo histórico, um novo ponto de partida para a história do país (FREITAS, 2005, p. 165).

Entretanto, o entusiasmo pela educação foi mais intenso com o advento da Escola Nova, no início do século XX quando, segundo Monarcha (2009), no Brasil as manifestações expressavam o desejo de mudanças, principalmente no âmbito educacional e se acreditava no avanço da ciência para o desenvolvimento do país, diferentemente dos séculos anteriores, visto que predominavam os empecilhos provenientes de reformas consecutivas e fragmentadas no ensino, alimentadas por ideais não condizentes com o contexto brasileiro. O referido autor traz o que, segundo

ele, são as projeções de educadores e intelectuais a favor da Escola nova, como o professor Oscar Thompson, em 1917.

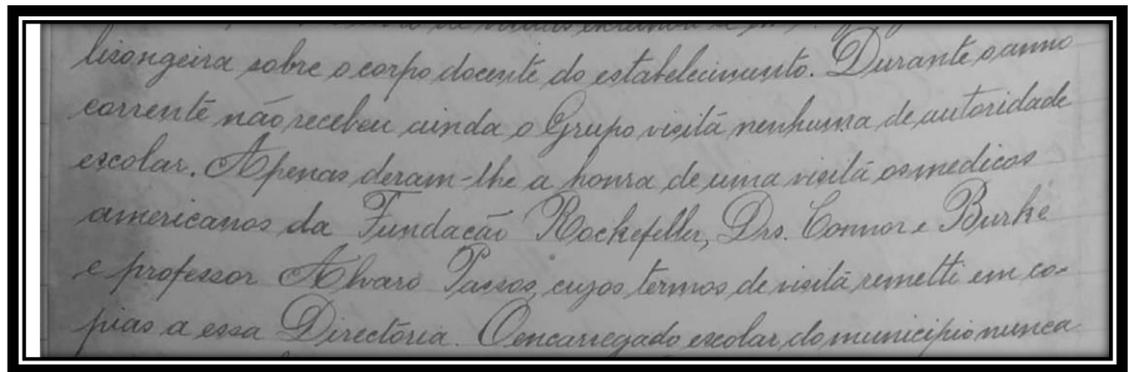
Escola nova, para nós, é a formação do homem, sob o ponto de vista intelectual, sentimental e volitivo; é o estudo individual de cada aluno; é, também, o ensino individual de cada um deles, muito embora em classes; é a adaptação ao programa a cada tipo de educando; é a verificação das lacunas do ensino do professor pelas sabatinas e exames; é o emprego de processos especiais para a correção de deficientes mentais; é a educação física e a educação profissional, caminhando, paralelamente, com o desenvolvimento mental da criança, é a preparação para a vida prática; é a transformação do ambiente escolar num perene campo de experiência social; é a escola de intensa vida cívica, de cultivo da iniciativa individual, do estudo vocacional, da difusão dos preceitos de higiene, e, principalmente dos sentimentos da puericultura; é, em suma, a escola brasileira, no meio brasileiro, com um só lábaro: formar brasileiros, orgulhosos de sua terra e de sua gente, Monarcha (2009, p.145 apud THOMPSON, 1917, p.7-8).

Segundo Barros (2016), a história da educação e a medicina se entrelaçam, devido ao comum interesse e à convergência das suas influências, de modo que objetivavam, “atingir um maior número de indivíduos, estando à educação com a responsabilidade de incutir novos comportamentos que traduziram em civilidade” (BARROS, 2016, p. 49).

Esse movimento em prol da educação e higienização dos corpos e mentes contava com o respaldo de médicos, bacharéis e educadores. E por meio da escola, esperava-se conduzir o país a reformas que gerassem progresso, colocando-o na condição de “nação moderna”. No campo educacional, modernidade significava incorporar métodos científicos às práticas pedagógicas (LIMA, 2009, p. 43).

Entretanto, esse movimento foi mais expressivo no século XX quando, à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, médico responsável por inaugurar a nova era para a higiene e saúde nacional. Foram criadas organizações que tinham por ideal instituir medidas de caráter sanitário na promoção de saúde (GONDRA, 2000). Para tanto, o médico buscou apoio de Organismos Internacionais como a Fundação Rockefeller para a implantação dessas medidas. A fundação passou por Sergipe em 1920, visitando escolas e analisando todo o contexto da Saúde Pública no Estado, conforme consta no Relatório do Grupo Escolar Gumercindo Bessa de Estância, em 1928, assinado pelo Dr. Jessé de Andrade Fontes.

Figura 18- Parte do Relatório do Grupo Escolar Gumercindo Bessa em 1928.



Fonte: APES, Pacotilha E6-928, 1928.

Quadro 9- Transcrição das informações na íntegra da figura 18.

[...] Durante o ano corrente não recebeu ainda o Grupo visita nenhuma de autoridade escolar. Apenas deram-lhe a honra de uma visita os médicos americanos da Fundação Rockefeller, Drs. Connor e Burke e professor Alvaro Passos, cujos termos de visita remeti em copias a essa Diretoria. Concarregado escolar do município nunca [...].

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Referente à visita da Fundação Rockefeller na escola, em 09 de abril de 1924, foi publicado o decreto nº 869, que dispunha sobre a transferência da direção dos serviços sanitários do estado para a União (Governo Federal). O fato é que ocorriam conflitos gerados pela disputa de poder e esse não foi o único contrato rompido, ocorreu também no ano anterior. “O novo contrato obrigava o Estado a acatar todas as determinações do Departamento Nacional de Saúde Pública, respeitar sua autonomia e ainda pagar 50% de todas as despesas”. (SANTANA, 2001, p. 205-206). Assim, como o estado não cumpriu com as determinações, a União passou a assumir os serviços de higiene e saúde pública, inclusive com os funcionários e estrutura, além do apoio da referida fundação.

Dessa forma, compreende-se que a Fundação Rockefeller contribuiu para a inclusão de ideais da Escola Nova, sobretudo os conteúdos de higiene na Instrução Pública em Sergipe, trazidos pelos intelectuais sergipanos por meio das trocas de saberes com outros colegas da educação de São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se entre esses intelectuais, o Helvécio de Andrade (1864-1940). Assim, tomou-se o trabalho de Valença (2006)¹⁹, a autora analisou a contribuição de Helvécio de Andrade

¹⁹ Cristina de Almeida Valença, desenvolveu a sua pesquisa de Mestrado em 2006, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, intitulada “**Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade”. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4686>> Acesso em: 14 nov. 2019

para a difusão dos princípios de modernização da instrução pública sergipana no início do período republicano.

Segundo Valença (2006), o médico e educador Helvécio de Andrade atuou como professor e Diretor Geral da Instrução Pública nas três primeiras décadas do século XX. Ele defendia as suas ideias pedagógicas que tinham caráter social, prezavam pela educação infantil como um todo, incluíam princípios disciplinares, morais e a higiene. Além disso, introduziu novos métodos e propôs mudanças no currículo.

Para Helvécio, a Instrução Pública em Sergipe, após sucessivas reformas sem efeito, necessitava de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal. Assim, o referido Diretor, fez diversas proposições ao Presidente do Estado em 1926, as quais destaca-se que:

O bom methodo no ensino primário, o que melhor objectiva as licções, o que mais interessa a creança, o que mais desperta a atenção, o que maior somma de imagens claras fornece á memória infantil; é, em summa, o methodo intuitivo-analytico.; [...] O curso profissional é recomendável pelos seus fins, mas deve ser desanexado do curso normal e facultativo ás normalistas. Como condição de êxito lembro facultar a matricula em qualquer das mateaias do curso, á escolha da candidata. O character desses cursos é respeitar as vocações e favorecer-lhes o aperfeiçoamento. (ANDRADE, 1926, p. 3-10)

No que se refere a higiene e doenças que causaram epidemias na época, a exemplo de tuberculose, peste bubônica, febre amarela etc., Helvécio escreveu vários artigos e livros fruto do conhecimento da sua formação e outros estudos desenvolvidos durante o exercício da medicina, como “trabalho de propaganda médica dedicado à família sergipana”²⁰, que tinha por finalidade a conscientização das pessoas sobre o contágio dessas doenças e as medidas preventivas a partir das prescrições de higiene (VALENÇA, 2006).

Nesse contexto, o Dr. Helvécio Andrade durante o exercício como Diretor da Instrução Pública em Sergipe, concretizou a organização dos currículos escolares com base nas ideias higienistas, das quais era um defensor, ao lecionar a cadeira de “História Natural e Higiene Geral e Escolar” na Escola Normal em 1912 (BARROS,

²⁰ ANDRADE, H. de. **Os Três Grandes Flagellos da Humanidade: Tuberculose, Syphilis e Alcoolismo**. Maroim: Imprensa Econômica, 1906. P. 1. (Citado por Valença, 2006).

2016). Como também, elaborou normativas e regimentos com o propósito de moldar a formação de professores e o ambiente escolar, para as práticas pedagógicas e a propagação dos cuidados com a saúde. Além disso, publicou livros voltados para a formação de professores como “Curso de Pedagogia”²¹, que também abordava sobre a higiene, onde afirmou, “a hygiene escolar não pode passar sem ocupar-se da hygiene infantil propriamente dita” (ANDRADE, 1913, p. 110).

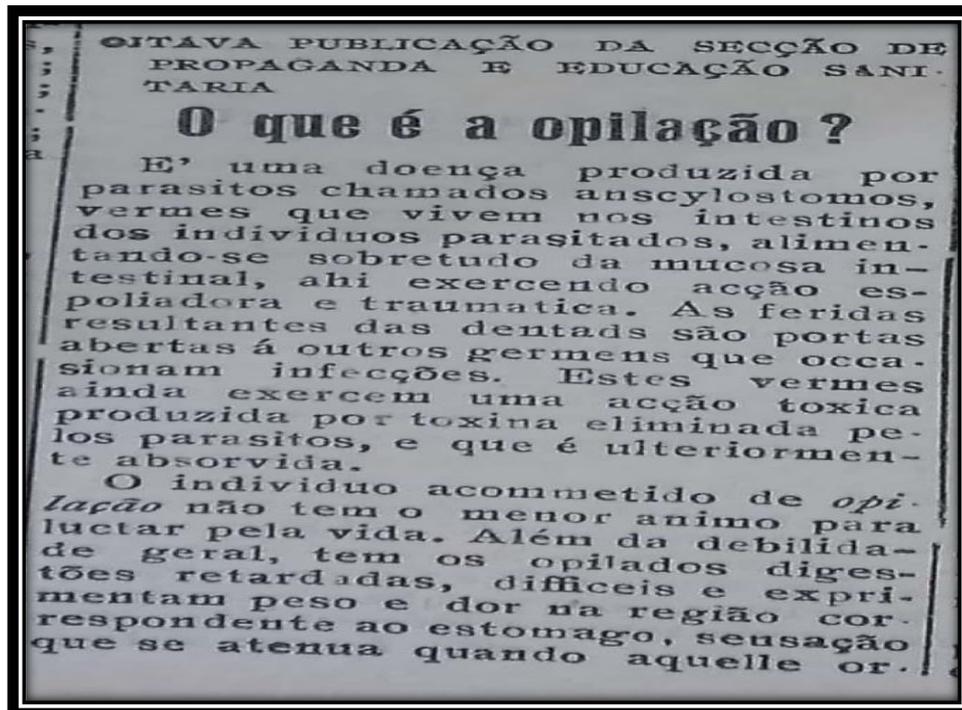
Segundo Gondra (2004), a disciplina de higiene foi uma ferramenta essencial para a organização das práticas educativas em saúde, no ambiente escolar, em consonância com o movimento higienista, “instituindo-se novos hábitos de higiene e a salubridades dos ambientes coletivos e familiares, mesmo que por força de lei” (GONDRA, 2004, p. 544). Também fez parte currículo de formação dos professores nas escolas normais e primárias da federação.

Neste sentido, entende-se que, os processos de organização da Instrução Pública e que se ligavam às questões de saúde, estava dependente da “civilização” da sociedade que, na visão de Elias (1990), seria a “transformação peculiar do comportamento humano” (ELIAS, 1990, p. 18). Assim sendo, acredita-se que esta foi a maneira pensada pelos gestores públicos para disseminação mais rápida e eficiente das ideias higienizadoras, constituindo-se como parte do processo civilizador, a partir da educação escolar, devido ao fato de que, até então, não existiam agentes suficientes para a propagação das noções de higiene nos domicílios sergipanos.

De modo que, segundo Barros (2016), eram utilizados além da escola, diversos meios como jornais, revistas, rádio e conferências médicas para que chegasse à população as noções de higiene para a prevenção e combate das doenças, baseadas no discurso do processo civilizatório. Assim, a influência dos médicos na escola foi exitosa, pois conseguiram incluir na formação dos professores novos saberes, de modo que os educadores passaram a desempenhar os papéis de educador pedagógico e em saúde.

²¹ ANDRADE, H. de. **Curso de Pedagogia**. Aracaju: TYP POPULAR, 1913.

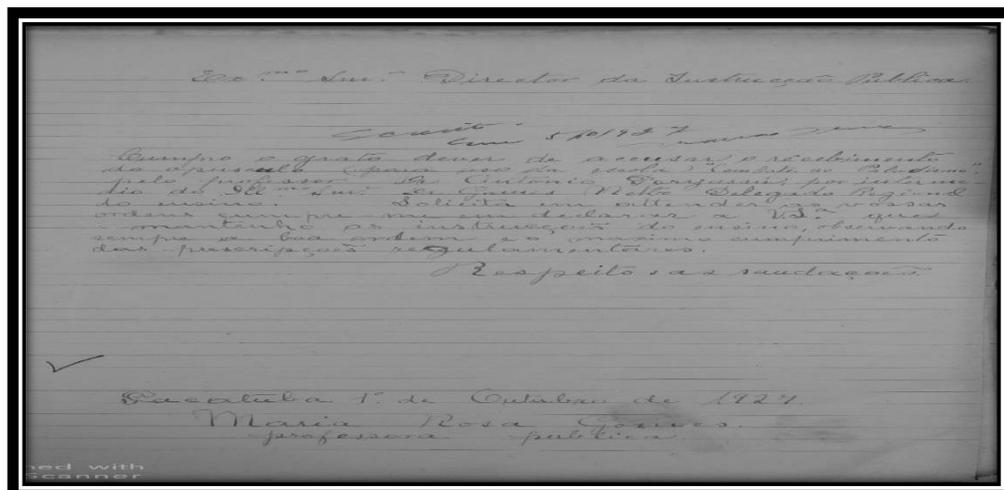
Figura 19- Anúncio sobre doença no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1920.



Fonte: APMA, Pacotilha JDE-23, 1920.

As ações de saúde consistiam em aplicação de vacinas e a disseminação de informações sobre as doenças da época, a partir de folhetos, ambos fornecidos pelo Serviço Sanitário do estado, conforme demonstra os comunicados de 1927, figuras (19 e 20).

Figura 20- Comunicado de uma professora de Pacatuba-SE



Fonte: APES, pacotilha E1 357.

Quadro 10- Transcrição na íntegra da figura 20

Exmo. Sr. Director da Instrução Pública.

Cumpro o grato dever de acusar o recebimento do opúsculo (para uso da escola) “Combate ao Paludismo”, pelo professor Dr. Antônio Paragassú, por intermédio do Illmo. Sr. Dr. Gomes Netto Delegado Regional do ensino. Solicita em atender as vossas ordens cumpre-me em declarar a Vsa. Que mantenho as instruções do ensino, observando sempre a boa ordem e o máximo cumprimento das prescrições regulamentares.

Respeitosas saudações

Pacatuba 1º de Outubro de 1927

Maria Rosa Gomes
Professora publica.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Figura 21- Comunicado sobre a vacinação em uma escola da Barra dos Coqueiros.

Ilmo. Sr. Director da Instrução Pública

Remette-se por copia
a. S. Sanitário
n. 6181/27

Comunico-vos que nesta data foram vacinados 38
alunos da escola mixta do povoado Barra dos
Coqueiros, município de Aracaju, por determinação
do Sr. Director de Hygiene Publica do Estado.

Barra dos Coqueiros, 24 de Agosto de 1927.

Jair Dantas Lima.

Fonte: APES, pacotilha E1 539.

Quadro 11- Transcrição na íntegra da figura 21.

Ilmo. Sr. Director da Instrução Publica

Comunico-vos que nesta data foram vacinados 38 alumnos da escola mixta do Povoado Barra dos Coqueiros, município de Aracaju, por determinação do Sr. Director da Hygiene Publica do Estado.

Barra dos Coqueiros, 24 de agosto de 1927.

Jair Dantas Lima.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Ressalta-se, ainda, a preocupação com a saúde dos alunos, com relação à saúde bucal e sobretudo com a vacinação, presente nas trocas de ofícios, conforme relata o Ofício do Director do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe o Dr. Eleyson

Cardoso, ao Diretor da Instrução Pública Clodomir Silva, como também do diretor da Escola Normal Ruy Barbosa²².

Declaro-vos, em resposta ao vosso officio nº 226 desta data, que solicitei do Snr. Director da Escola Normal “Ruy Barbosa”, as necessárias providencias para o prosseguimento do levantamento do índice de carie dentário nos grupos e escolas desta capital.²³

Communico-vos para os devidos fins que em data de hontem o Dr. Mario Sylvio Bastos reassumiu as suas funções encarregado do serviço dentário da Escola Normal “Normal Ruy Barbosa”.²⁴

Destaca-se que, segundo o Programa de cadeiras da Escola Normal de 1917, para que as normalistas executasse o trabalho de educação em saúde, elas receberiam durante a sua formação a devida preparação, obtendo conhecimentos sobre o corpo humano, como anatomia e fisiologia, além de sobre a importância da higiene individual, coletiva e do ambiente escolar. Ainda seriam abordados temas sobre a prevenção de doenças por meio da imunização e higiene, principais sinais e sintomas de moléstias infectocontagiosas, a fim de alertar aos alunos e posteriormente estes passariam as informações a sua família, quanto ao risco de transmissão. De modo que, seus conhecimentos conjecturavam na transformação dos costumes quanto ao cuidado com a saúde no ambiente familiar. (SERGIPE, 1917)

Neste sentido, a escola tem um papel fundamental quanto a desenvolver e adaptar as práticas civilizatórias que são aliadas à educação, para compor os *habitus*. Ela é responsável por uma grande parcela da formação moral, intelectual e física dos indivíduos, além de proporcionar o contato com a socialização e outras culturas, gerando valores e ideologias próprios àquela realidade. Assim,

O sistema de ensino reproduz tanto melhor a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes (e as frações de classe) quando a cultura que transmite encontra-se mais próxima da cultura dominante e quando o modo de inculcação a que recorre está menos distante do modo de inculcação familiar (BOURDIEU, 2007, p. 306)

²² A Escola Normal em 1923, passou a denominar-se Escola Normal Rui Barbosa, pelo Decreto 788 de 2 de março de 1923, que descreve “como homenagem póstuma à memória do sábio precursor da reforma do ensino” (NUNES, 2008, p. 260). Segundo Lapa (2018), atualmente a escola é denominada de Instituto de Educação Rui Barbosa e funciona desde a década de 1950 na Rua Laranjeiras s/nº. O antigo edifício está ocupado pelo Centro de Turismo e Artesanato.

²³ Disponível em: APES, pacotilha E1-349.

²⁴ Disponível em: APES, pacotilha E1-292

Compreende-se, a partir da narrativa do contexto da Instrução Pública em Sergipe, que as normalistas foram as primeiras educadoras em saúde no estado, desempenhando a duplicidade de funções, ensinar aos alunos a ler e a escrever, bem como sobre noções de higiene e doenças, devido ao número insuficiente de médicos e também porque não existiam enfermeiras diplomadas. Nesse intento, as futuras professoras adquiriram o *habitus*, isto é, o organismo do qual o grupo se apropriou e que é apropriado ao grupo, funciona como o suporte material da memória coletiva: instrumento de um grupo, tende a reproduzir nos sucessores [...] (BOURDIEU, 2014, p.124-125). E, posteriormente, passaram a contribuir também com o cuidado da saúde.

Conclui-se que a formação e a prática docente das normalistas, tendo como aliadas a educação e a saúde, inspirou-se na arte do cuidar, que é a enfermagem, pois quando se educa em saúde, isso é sinônimo de cuidado. É nesse contexto que se insere o processo formativo e trajetória profissional da professora Opelina Rollemberg.

2.2 A Formação e atuação de Opelina no Magistério

Sabe-se que a educação é essencial para a vida do indivíduo em sociedade, pois é por meio dela que cada pessoa adquire a base para a construção da sua identidade. Assim, “A identidade é um processo de construção, de criação cotidiana, o que indica que tanto nos movimentos da vida quanto na escrita sobre ela o sujeito reconstrói imagens a respeito de si e de seu processo social” (BRAGANÇA, 2012, p.125).

Dessa maneira, o conhecimento adquirido através da educação possibilita a transformação da vida das pessoas. No caso das mulheres, pode-se considerar de fato como uma libertação, pois permitiu a elas ter uma profissão e construir uma carreira, possibilitando o direito de fazer escolhas entre construir uma trajetória profissional, como fez Opelina, ou optar em conciliar o casamento e a profissão, como ocorreu com outras mulheres.

Assim também, acreditava-se que a instrução pública seria o motor para o processo de modernização da sociedade e que nesse cenário a mulher teria papel importante, tendo em vista o ambiente familiar e o processo de organização da Instrução, a exemplo da atuação das professoras no Grupo Escolar Barão de Maruim citado no relatório do mesmo em 1926 (Apêndice 3).

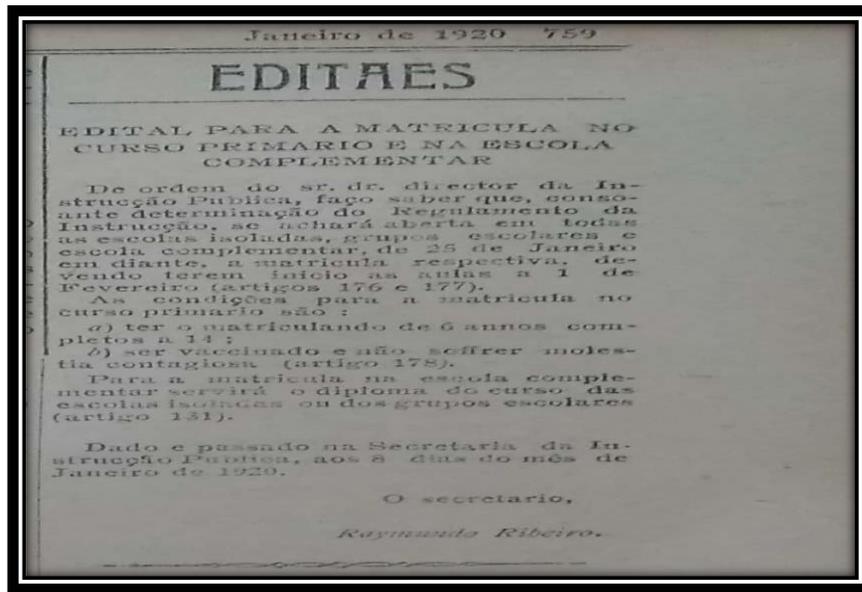
Contudo, até meados do século XIX, tinham acesso à educação os filhos, principalmente os meninos, das famílias que possuíam condições financeiras e eram comumente levados para outros estados como Bahia, Rio de Janeiro e Recife, a fim de cursar o ensino superior, principalmente nas faculdades de Direito e Medicina. Já no caso das meninas, o acesso às escolas se tornou mais corriqueiro a partir do século XX. Ressalta-se que a ausência da educação, impossibilitava uma maior perspectiva futura, também dificultava a socialização, sendo seu papel social restrito ao lar, na maioria das vezes. Mas, após a inserção das mulheres na escola, mudou-se a realidade vivenciada por elas.

Destaca-se que o exercício do magistério era uma das poucas profissões permitidas às mulheres, possibilitando sua independência social e financeira. Assim, compreende-se o motivo pelo qual elas se engajaram na educação, superaram os preconceitos, destacaram-se na sua época e contribuíram para o desenvolvimento do país, a exemplo da personagem deste estudo, de acordo com as fontes pesquisadas (FREITAS, 2003, p. 37).

Embora este estudo não esteja focalizado na História das Mulheres, nem especificamente das mulheres sergipanas, acredita-se que em alguns pontos as fontes documentais e as análises realizadas podem contribuir para outras pesquisas nesse campo do saber no Estado.

Assim sendo, Opelina Rollemberg foi educada no ensino primário a partir dos seis anos, sendo este um dos requisitos para a matrícula, segundo o edital (figura 22) e iniciou o processo para entrar no magistério na Escola Complementar, fato confirmado por meio de uma ata da Escola Complementar (figura 23).

Figura 22- Recorte do Diário Oficial de 1920, com o Edital da Escola Complementar.



Fonte: Disponível em: APMA, Pacotilha JDE- 05.

Quadro 12- Transcrição das informações na íntegra da figura 23.

<p>EDITAES</p> <p>EDITAL PARA A MATRICULA NO CURSO PRIMARIO E NA ESCOLA COMPLEMENTAR</p> <p>De ordem do sr. dr. diretor da Instrucção Publica, faço saber que, consoante determinação do Regulamento da Instrucção, se achará aberta em todas as escolas isoladas, grupos escolares e escola complementar, de 25 de Janeiro em diante, a matricula respectiva, devendo terem início as aulas a 1 de Fevereiro (artigos 176 e 177).</p> <p>As condições para a matricula no curso primario são:</p> <p>a) Ter o matriculando de 6 annos completos a 14;</p> <p>b) Ser vaccinado e não soffrer molestia contagiosa (artigo 178).</p> <p>Para a matricula na escola complementar servirá o diploma do curso das escolas isoladas ou dos grupos escolares (artigo 181).</p> <p>Dado e passado na Secretaria da Instrucção Publica, aos 8 dias do mês de Janeiro de 1920.</p> <p style="text-align: right;">O secretario, Raymundo Ribeiro.</p>
--

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

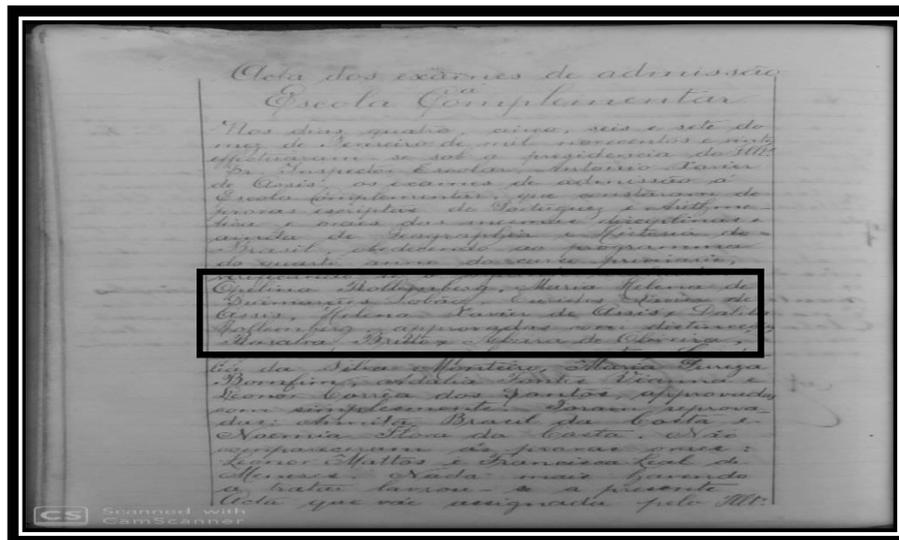
Evidencia-se, a partir da análise dos documentos, observa-se que a escola é o local legitimado para o conhecimento, formação profissional e para a vida. No caso das mulheres é também uma conquista adentrar nesse espaço, pois permite outras experiências e cria perspectivas para além do ambiente doméstico. Sobre isso, Magalhães (2004) afirma que:

A escola apresenta-se como lugar e instancia legitimada para a instrução e a formação, definindo-se a cultura escolar como representação e base de uma intelecção da realidade e de uma preparação e mobilização nos planos produtivo, cognitivo, cívico e de humanidade (MAGALHÃES, 2004, p.122).

Referente a admissão de Opelina Rollemberg na Escola Complementar, esta informação foi encontrada no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no livro de Atas da referida escola, aberto em novembro de 1917. Nele consta uma Ata com os resultados das provas da referida Escola, estando transcrito trecho em seguida.

Nos dias quatro, cinco, seis e sete do mês de fevereiro de mil novecentos e vinte, efetuaram-se sob a presidência do Ilm.^o Sr. Inspetor Escolar, Antônio Xavier de Assis, os exames de admissão à Escola Complementar, que constavam de provas escritas de português e aritmética e orais das mesmas disciplinas e ainda de geografia e história do Brasil, obedecendo ao programa do quarto ano do curso primário, verificando-se o seguinte resultado: **Opelina Rollemberg, Dalila Rollemberg [...] aprovadas com distinção. [...] as demais alunas foram aprovadas com status de plenamente, simplesmente, reprovadas e duas alunas não compareceram. [...] Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Ilm.^o Sr. Inspetor do Ensino, Major Antônio Xavier de Assis e pela Comissão Organizadora (SERGIPE, 1920, p. S/N, Grifo nosso).**

Figura 23- Parte de Ata da Escola Complementar, 1920.



Fonte: APES, pacotilha E6-1227.

Quadro 13- Transcrição na íntegra da Ata dos exames de Admissão à Escola Complementar de 1920.

Nos dias quatro, cinco, seis e sete do mês de fevereiro de mil novecentos e vinte, efetuaram-se sob a presidência do Ilm.^o Sr. Inspetor Escolar, Antônio Xavier de Assis, os exames de admissão à Escola Complementar, que constavam de provas escritas de português e aritmética e orais das mesmas disciplinas e ainda de geografia e história do Brasil, obedecendo ao programa do quarto ano do curso primário, verificando-se o seguinte resultado: **Opelina Rollemberg, Maria Helena de Guimarães Lobão, Eurides Xavier de Assis, Helena Xavier de Assis e Dalila Rollemberg, aprovadas com distinção; Rosalva Britto e Alzira de Oliveira, aprovadas com plenamente; Cordelia da Silva Monteiro, Maria Pureza Bomfim, Adalia Fontes Vianna e Leonor Corrêa dos Santos, aprovadas com simplesmente. Foram reprovadas: Annita Brasil da Costa e Noemia Hora da Costa. Não compareceram às provas orais: Leonor Mattos e Francisca Leal de Meneses. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a**

presente acta que vai assignada pelo Ilm.º Sr. Inspetor do Ensino, Major Antônio Xavier de Assis, Sr. Inspector do Ensino, Major Antonio Xavier de Assis e pela Comissão Examinadora.

Assinaturas

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019. (Grifo nosso)

Para esclarecer melhor essas informações da Ata citada (figura 23), toma-se por análise o Programa das cadeiras da Escola Normal e do Curso Complementar do estado de Sergipe de 1917, proposto Manuel P. de Oliveira Valadão e Francisco Monteiro de Almeida. Conforme esse programa, o Ensino Normal seria ministrado em 4 anos e as disciplinas que constituíam os referidos cursos estavam distribuídas da seguinte forma:

Quadro 14- Programa das disciplinas da Escola Normal.

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Português	Português	Português	Português
Inglês	Francês	Arithmética e Algebra	Desenho
Arithmética	Inglês	Desenho	Geometria
Desenho	Arithmética	Geometria	Historia do Brasil e de Sergipe
Geographia Geral	Desenho	Historia Geral	Physica, Chimica,
Francez	Chorografia do Brasil e Noções de Cosmographia	Historia Natural, Hygiene Geral e Escolar	Zoologia e Hygiene
Trabalhos Manuaes	Trabalhos Manuaes	Geologia e Botanica	Pedagogia
Musica	Musica	Pedagogia	Trabalhos Manuaes
		Trabalhos Manuaes	Musica
		Musica	Educação Moral e Cívica, Noções de Sociologia e Direito Usual

Fonte: APES, caixa 21, doc. 319.

Quanto ao Programa do Curso Complementar era constituído por: Leitura, Linguagem oral, Linguagem escrita, Caligrafia, Aritmética, Geografia, Astronomia, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Instrução Moral e cívica, Ginástica, Música, Desenho, Geometria e Trabalhos manuais.

Assim, podemos verificar no Programa das disciplinas da Escola Normal que no 1º e 2º anos predominava o ensino das línguas, sendo que o português fora ofertado do início ao fim do curso, mas incluía disciplinas gerais como aritmética, geografia geral e desenho. Os 3º e 4º anos do curso são mais intensos, no qual os alunos têm acesso a um maior número de disciplinas que compreendiam desde conhecimentos específicos como história geral, geometria, física, química, etc., que poderiam lhes proporcionar conhecimentos pertinentes à formação pedagógica. Mas com o passar dos anos, foram acrescentando outras disciplinas, a exemplo da psicologia, conforme figura 25. Percebe-se que não era fácil o processo de formação docente devido às exigências durante o percurso formativo e, conseqüente, na atuação profissional.

Nessa perspectiva, Opelina Rollemberg ingressou na Escola Complementar em 1919, fez o exame admissional, foi aprovada e concluiu no final de 1920. Segundo Freitas (2003), o Curso Complementar, em 1916, funcionava anexo à Escola Normal. No início, tinha duração de um ano, era tido como um preparatório cujo certificado emitido pela referida escola até 1925 assegurava a matrícula da aluna no Curso Normal do magistério, sem a exigência do exame admissional.

Figura 24- Certificado emitido pela Escola Complementar em 1923.



Fonte: APES, pacotilha E6-1227.

Verifica-se, ao analisar esse certificado da Escola Complementar, a importância das conquistas que as mulheres alcançaram nas primeiras décadas do século XX, além de terem acesso ao ensino secundário e superior, obtiveram a posse de diplomas com a sua assinatura, pois, antes de serem alfabetizadas, elas pediam a

familiares para assinar os documentos em seu lugar. Logo, a educação significava a sua independência, pois,

[...] o fato de as mulheres não saberem ler e nem escrever lhes causava prejuízos, pois as mesmas ficavam sujeitas a enganações de terceiros e, por isso, recorriam aos parentes para assinar a seu rogo, como forma de amenizar problemas dessa natureza (SANTOS, 2016, p. 151).

Entretanto, apesar dessas conquistas, as mulheres tiveram que enfrentar algumas resistências tanto para o acesso à instrução como para exercer o magistério, umas das poucas profissões permitidas a elas. Mas elas romperam as barreiras, adquiriram posições na medida em que se dedicavam para buscar os resultados por meio do seu trabalho, construíram suas representações e conquistaram espaços.

Assim sendo, Opelina fez o curso normal, conforme consta no Diário Oficial do Estado de Sergipe, ilustrado na figura 25, datado de 03/01/1926. O texto afirma: “Escola Normal Ruy Barbosa – 5º ano de Psicologia – Foram aprovadas nos exames finais de psicologia as alunas do 5 ano, que foram assim classificadas: Plenamente: Opelina Rollemberg, 4,80 [...]”. (SERGIPE, 1926, p. 7029).

No que se refere a inserção da disciplina de Psicologia no programa da Escola Normal, segundo Barros (2016), ocorreu devido ao fato de que a atuação médica no ambiente escolar precisava ir além dos cuidados em saúde dos alunos, a ponto de fazer interferências na metodologia e na didática de ensino, incluindo novos saberes, papel exercido anteriormente de maneira exclusiva pelos “mestres”.

Os higienistas utilizaram os conhecimentos da psicologia como justificativa para também escreverem e redefinir o ensino aprendizagem como inerentes aos órgãos dos sentidos, bem como, a assimilação e desassimilação, e por isso deveria ser observadas por médicos. (BARROS, 2016, p. 121)

Nesse contexto, o Programa das Cadeiras da Escola Normal e do Curso Complementar do estado de Sergipe de 1917, descrito no (quadro 14), as disciplinas de Higiene e Higiene escolar ministradas nos dois últimos anos para as normalistas. Isto ocorreu devido a atuação dos médicos higienistas, entre eles o Helvécio de Andrade que, segundo Valença (2006), durante os anos de 1914-1918, 1926-1927 e

1930-1935, atuou como professor e diretor da Instrução Pública que contribuiu para a inserção e prática das referidas matérias.

Assim, verifica-se que a inserção da disciplina de psicologia no programa da Escola Normal, ocorreu com o apoio e atuação de Helvécio de Andrade. Entre seus escritos voltados para a formação de professores está o livro “Curso de Pedagogia: lições praticas elementares de Psychologia, pedologia, Methodologia e Higiene Escolar, Professadas na Escola Normal de Aracajú”. Ele afirmou que “a hygiene escolar não pode passar sem ocupar-se da hygiene infantil propriamente dita” (ANDRADE, 1913, p. 110).

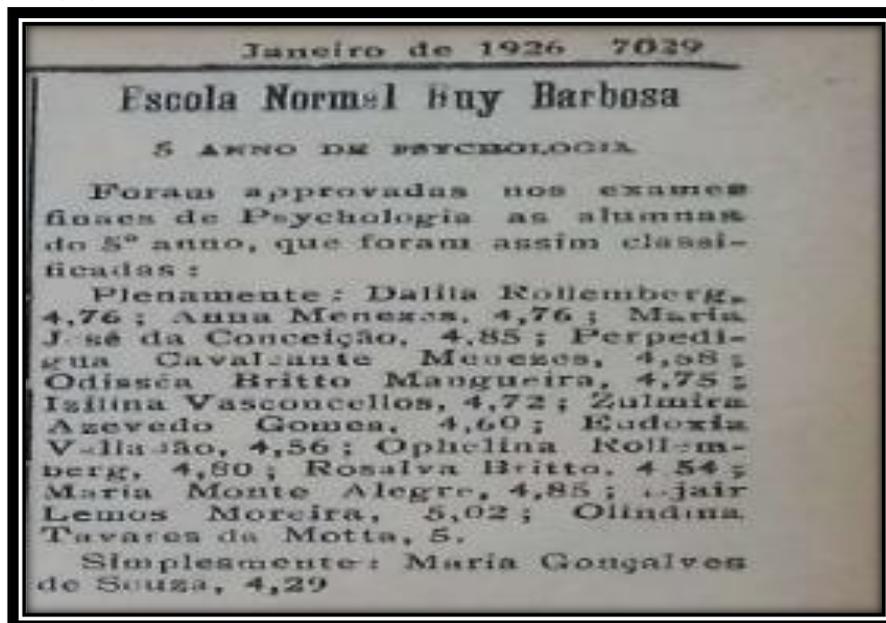
Segundo Helvécio, a Psicologia é essencial no estudo da Pedagogia, ou seja, na formação dos professores e, conseqüentemente, na educação das crianças, sendo uma o complemento da outra. Para ele, “A Pedagogia é a sciencia de instruir e educar creanças; mas a Psychologia é a base da Pedagogia, como sciencia d’alma e de suas faculdades” (ANDRADE, 1913, p. 110).

De modo que, a pedagogia como ciência da educação, também considerada pelo referido médico como uma arte, por ser ciência exige o conhecimento da psicologia e que o saber sobre ela demanda o estudo de mínimo de anatomia, da fisiologia, entre outros. Compreende-se, a partir da visão de Helvécio e da análise dos Regulamentos acima, que são muitas as exigências, além de incluir qualidades morais e éticas na formação dos professores, porém sem os mestres não há desenvolvimento de nenhuma profissão. Ademais, à época, devido à necessidade principalmente no campo da saúde, precisava-se de outros profissionais como enfermeiros, dentistas etc., para cuidar da população, como não havia número suficiente, as normalistas desempenhavam também a função do cuidado.

Para Bourdieu (2012), o trabalho pedagógico gera mudanças nas pessoas e, conseqüentemente, a inculcação de um *habitus*, ou seja, “esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação” (BOURDIEU, 2012, p. 232). O *habitus* obtido na escola serve de base para os alunos no processo de assimilação da cultura, possibilita a criação de novas condutas sociais, como também contribui para a preservação dos princípios da organização do próprio campo, visto que, após a sua formação, os indivíduos reproduzirão nas suas práticas pedagógicas a formação adquirida.

O resultado do trabalho pedagógico e do *habitus* adquirido no contexto escolar é apresentado no processo avaliativo do aluno, no qual ele demonstra o conhecimento que aprendeu e assimilou durante a sua formação, recebendo uma nota e um conceito de aprovação ou de reprovação. Referente ao desempenho de Opelina Rollemberg no Ensino Normal, observa-se bons resultados, conforme consta nos exames finais das disciplinas, a exemplo da matéria de Psicologia, publicada no Diário Oficial de 1926.

Figura 25- Resultado dos exames finais de Psicologia dos alunos da Escola Normal Ruy Barbosa do 5º ano em 1925.



Fonte: APMA, Pacotilha JDE- 23.

Quadro 15- Transcrição das informações da figura 25.

<p>ESCOLA NORMAL RUY BARBOSA</p> <p>5 ANNO DE PSYCHOLOGIA</p> <p>Foram aprovadas nos exames finais de Psychologia as alumnas do 5º anno, que foram assim classificadas:</p> <p>Plenamente: Dalila Rollemberg, 4,76; Anna Menezes, 4,76; Maria José da Conceição, 4,85; Perpedigua Cavalcante Menezes, 4,88; Odisséa Britto Manguieira, 4,75; Izilina Vasconcelos, 4,72; Zulmira Azevedo Gomes, 4,60; Eudoxia Valladão, 4,56; Opelina Rollemberg, 4,80; Rosalva Britto, 4,54; Maria Monte Alegre, 4,85; Djair Lemos Moreira, 5,02; Olindina Tavares da Motta, 5.</p> <p>Simplemente: Maria Gonçalves de Souza, 4,29.</p>

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2020. (Grifo nosso)

Nessa perspectiva, com a classificação de aprovada plenamente, demonstra que Opelina Rollemberg ao cursar as disciplinas, recebeu uma boa base educacional escolar, que foi fundamental para a construção da sua trajetória profissional, pois, após a conclusão do curso do magistério na Escola Normal, foi nomeada para ser

professora adjunta no Grupo Escolar Barão de Maruim (SERGIPE, 1926). Para Bourdieu, “A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança” (BOURDIEU, 2014, p. 46). Assim conclui-se que, Opelina carregava o capital cultural da família Rollemberg no seu processo formativo.

Segundo o Regulamento da Escola Normal do Estado de Sergipe, por meio do Decreto Nº. 494, de 26 de dezembro de 1900, assinado pelo Presidente do Estado Olympio Campos, no artigo 38, os graus de aprovação/classificação e no seu inciso §3º afirma que, “Para obter aprovação com distinção, é necessário que o aluno tenha sido aprovado plenamente e revelado em suas provas escritas e orais notável aproveitamento” (SERGIPE, 1900). Assim sendo, percebe-se que esse resultado é fruto da educação recebida e do esforço do indivíduo, consiste numa ação de devolução daquilo que recebeu. Para Magalhães, a “Educação/ação corresponde à intervenção de alguém ou de algo sobre alguém outro, ainda que apenas indiretamente assumida como tal” (MAGALHÃES, 2004, p. 15).

Nesse sentido, percebe-se nas entrelinhas deste regulamento que, os legisladores estavam preocupados quanto a formação dos professores, sobretudo na qualidade do ensino, ou seja, desejavam professores preparados, ativos. Para Nóvoa, “Os professores têm que ser protagonistas ativos nas diversas fases dos processos de formação: na concepção e no acompanhamento, na regulação e na avaliação” (NÓVOA, 1992, p.19).

Assim sendo, existia a preocupação quanto à formação dos professores, que era de fundamental importância nesse processo. No entanto, não se exigia além do conteúdo ensinados por eles.

No que diz respeito à configuração do trabalho docente, pode-se afirmar que antes do surgimento das Escolas Normais não havia um corpo de saberes específicos que demonstrasse a habilitação dos professores para ensinar e que fossem além das matérias que seriam ensinadas por eles (AMORIM, 2013, p. 44).

Portanto, com a classificação de aprovada plenamente, o bom desempenho de Opelina Rollemberg ao cursar as disciplinas demonstra que ela recebeu uma boa base educacional escolar, que foi fundamental para a construção da sua trajetória

No que se refere ao Curso Profissional Feminino, foi encontrado o Livro de Chamada do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC)²⁵, de 1927, que contém os nomes das primeiras alunas, entre as quais está Opelina Rollemberg e Consuelo Rollemberg, possivelmente uma irmã, devido constar o nome do pai, Juvenal Rollemberg, sendo o mesmo na inscrição de ambas, a não ser que existisse outro familiar, ou homônimo. Além disso, consta duas educandas, que provavelmente sejam parentes, por conta do sobrenome, conforme figura 28 (SERGIPE, 1927). Dessa forma, Opelina não parou de estudar, continuou fazendo cursos para aperfeiçoar seus conhecimentos e, posteriormente, colocá-los em prática.

Figura 27- Disciplinas especiais da Escola Normal, 1926. (parte destacada)

<i>Disciplinas Especiais</i>		
	<i>Sexta-feira 6 de Maio 1926</i>	<i>Professores</i>
<i>Letras</i>	<i>Maria Inolima de Sousa Ennes</i>	<i>M. S. S.</i>
<i>Arithmetica</i>	<i>Juliana de Castro Almeida</i>	<i>J. C. A.</i>
<i>E. Domestica</i>	<i>Srta. Trauco de Souza e Silva</i>	<i>M. S. S.</i>
<i>E. Manual</i>	<i>Enrah Montes</i>	<i>Enrah Montes</i>
<i>Sabado 7 de Maio de 1926</i>		
<i>Professores</i>	<i>Anaide Cardoso</i>	<i>A. Cardoso</i>
<i>Arithmetica</i>	<i>Mariana Dias Barreto</i>	<i>M. D. B.</i>
<i>Segunda-feira 9-5-1926</i>		
<i>Professores</i>	<i>Maria Inolima de Sousa Ennes</i>	<i>M. S. S.</i>
<i>Arithmetica</i>	<i>Juliana de Castro Almeida</i>	<i>J. C. A.</i>
<i>E. Domestica</i>	<i>Srta. Trauco de Souza e Silva</i>	<i>M. S. S.</i>
<i>E. Manual</i>	<i>Enrah Montes</i>	<i>Enrah Montes</i>

Fonte: APES, pacotilha E7-68, 2019.

Ressalta-se que o curso profissional não era obrigatório, ficava a critério das normalistas a decisão de fazê-lo, mediante solicitação ao Diretor da Instrução Pública.

Illm. Snr. Dr. Director Geral da Instrução Pública
Waldice Costa, desejando matricular-se no Curso Profissional Feminino, pede a V. S. se, digne mandar inscrever-a no numero das candidatas a este Curso para o que junta os necessários documentos.

Neste termos, pede deferimento
Aracaju, 25 de Março de 1927²⁶.

²⁵ A informação sobre essa lista dos alunos do IPCC, foi encontrada no trabalho de Marina Oliveira Malta, que desenvolveu a sua pesquisa de Mestrado em 2010, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, intitulada "O Ensino Profissionalizante em Sergipe: Contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944). Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4652> > Acesso em: 14 nov. 2019

²⁶ Disponível em: APES, pacotilha E1 293.

Figura 28- Parte do Livro de Chamada das primeiras alunas do Curso Profissional Feminino do IPCC (1927)²⁷

Numero da matricula	NOME	FILIAÇÃO	RESIDENCIA PATERNA	IDADE
370	Luz Affonso da Silva	Maria Rosa da Rocha	Syrii	13
371	Estreia Luiza de Andrade	Josias Maria de Andrade	Syrii	10
372	José Tereza de Andrade	" "	"	11
373	Bernardo Uguia de Andrade	" "	"	4
374	Engoy d'Oliveira	Almi Simão	Simondon	20
375	Agnes Civino	" "	"	17
376	Theresa Auguste Monteiro	Theresa Auguste Monteiro	U. balneario	16
377	Anna de O. Monteiro	Adm. Elias de O. Monteiro	"	15
378	Maria de O. Monteiro	Miguel de O. Monteiro	Papica	13
379	Ovaldo O. Coelho	Osório O. Coelho	Syrii	12
380	Luiz Carlos de O. Brito	Antonio Brito	Syrii	15
381	Amélia de O. Brito	" "	"	14
382	Luiz Carlos de O. Brito	Elzeu Caldeira Lourenço	"	12
383	Luiz Carlos de O. Brito	" "	"	11
384	Antonio O. de O. Brito	Amílcar de O. Brito	Aracaju	11
385	José Goncalves de O. Brito	Elzeu Caldeira Lourenço	Aracaju	9
386	Theresa de O. Brito	Theresa de O. Brito	Aracaju	12
387	" "	" "	"	10
388	Luiz Carlos de O. Brito	José Antonio de O. Brito	Aracaju	8
389	Luiz Carlos de O. Brito	José Antonio de O. Brito	Aracaju	12
390	Manoel Caldeira de Lourenço	Elzeu Caldeira de Lourenço	"	10
391	Maria de O. Brito	Maria de O. Brito	Syrii	15
392	Edith Rollemberg	Manoel Garcia Rollemberg	Syrii	13
393	Maria de O. Brito	" "	"	11
394	Luiz Carlos de O. Brito	Luiz Carlos de O. Brito	Syrii	7
395	Luiz Carlos de O. Brito	Luiz Carlos de O. Brito	Syrii	11
396	Opalina Rollemberg	Juvenal Rollemberg	Aracaju	20
397	Theresa Rollemberg	Theresa Rollemberg	Aracaju	9
398	Luiz Carlos de O. Brito	Luiz Carlos de O. Brito	Aracaju	7
399	Maria de O. Brito	Maria de O. Brito	Aracaju	15
400	Maria de O. Brito	Maria de O. Brito	Aracaju	18

Continuação da figura 28

Numero da matricula	NOME	FILIAÇÃO	RESIDENCIA PATERNA	IDADE
57	Dulce Alencar	Leandro de O. Brito	Capital	15
58	Rachel Cortes Rollemberg	Aunibal Rollemberg	Aracaju	5
59	Consuelo Rollemberg	Juvenal Rollemberg	Aracaju	5
60	Valéria Cortes Rollemberg	Aunibal Rollemberg	Aracaju	18

Fonte: APES, pacotilha E7- 183.

Quadro 16- Transcrição dos nomes em destaque na figura 28 das primeiras Alunas do Curso Profissional Feminino do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927).

Nome	Filiação	Residência Paterna	Idade	Data da Matrícula
Rachel Cortes Rollemberg	Aunibal Rollemberg	Aracaju/Capital	5	-
Consuelo Rollemberg	Juvenal Rollemberg	Aracaju/Capital	5	-

²⁷ Optei em trazer a fotografia e fazer a transcrição apenas da parte do Livro de Chamadas que contém as informações sobre Opalina Rollemberg e seus parentes. De modo que, para acessar a lista completa das alunas, verificar o trabalho de Marina de Oliveria Malta. Disponível em: Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4652> > Acesso em: 14 nov. 2019.

Dalila Cortes Rollemberg	Aunibal Rollemberg	Aracaju/Capital	8	-
Opelina Rollemberg	Juvenal Rollemberg	Rua Santo Amaro	0	15/07/1927

Fonte: criado pela pesquisadora, 2019.

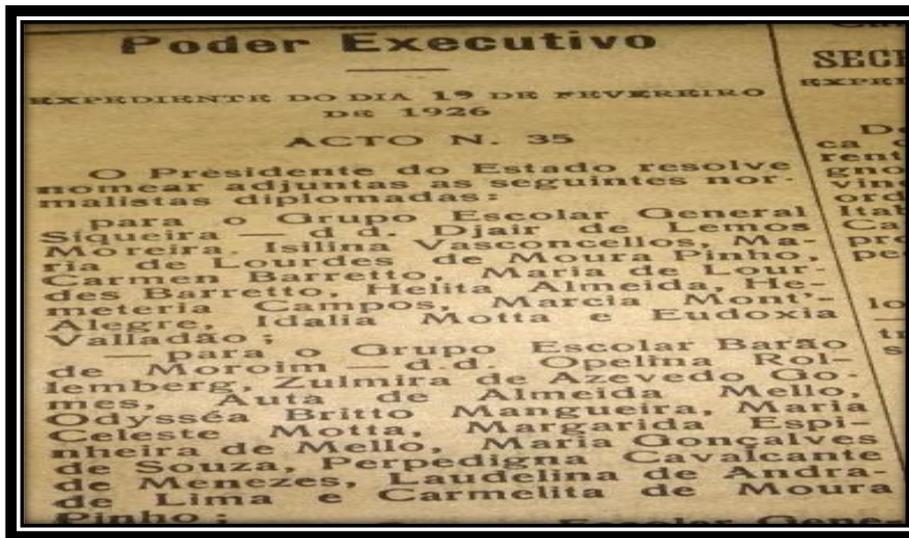
Aponta-se, ao analisar as fontes acima, a ausência do nome da mãe de Opelina Rollemberg, verificado tanto na ficha de inscrição da EEAN, como no Livro de Chamadas do IPCC. Contudo, analisando as fontes, foi encontrado o motivo. Refere-se ao Regulamento da Escola Normal de 1900, que aborda um dos requisitos para a matrícula,

3º Consentimento do pae, tutor ou protector, sendo o candidato de menor idade; 4º Idade não menor de 15 anos para a sexo masculino e de 14 anos para o feminino; E o Regulamento da Instrução Pública de 1912, que vigorava quando Opelina iniciou no ensino primário, consta no inciso único que “Para satisfazer á primeira condição bastará a declaração do pae ou tutor. (SERGIPE, 1900; 1912)

Dessa forma, logo após a formação como normalista, Opelina Rollemberg iniciou a carreira de docente, sendo convocada para ser professora adjunta no Grupo Escolar Barão de Maruim, pelo então Presidente Gracco Cardoso²⁸ (1874-1950), em 19 de fevereiro de 1926. Percebe-se que, essa estratégia foi positiva; tanto para as normalistas recém-formadas e que foram nomeadas para os grupos escolares, possibilitando a independência financeira e o aperfeiçoamento dos conhecimentos com a prática, tornando-as profissionais mais capacitadas; quanto para o estado que ampliava a oferta do ensino primário para a educação dos sergipanos.

²⁸ Segundo Nunes, (1984), Gracco Cardoso, um sergipano, natural de Estância, nascido em família de classe média e que tinha um legado no magistério no Estado. Era filho do professor Brício Cardoso que dedicou-se à docência por 42 anos e neto do professor Joaquim Maurício Cardoso que “em 1828 já regia em Estância uma escola pública elementar pelo método lancasteriano” (NUNES, 1984, p. 241). Foi eleito deputado federal em 1921 e em 1922 tornou-se Presidente do Estado de Sergipe.

Figura 29– Recorte do Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1926, nomeação de Opeline



Fonte: APMA, Pacotilha JDE- 23.

Quadro 17- Transcrição das informações da figura 29.

Poder Executivo
Expediente do dia 19 de fevereiro de 1926.
ACTO N. 35
O Presidente do Estado resolve nomear adjuntas as seguintes normalistas diplomadas:
Para o Grupo Escolar General Siqueira – d.d. Djair de Lemos Moreira, Isilina Vasconcellos, Maria de Lourdes de Moura Pinho, Carmen Barretto, Maria de Lourdes Barretto, Helita Almeida, Hemeteria Campos, Marcia Monte Alegre, Idalia Motta e Eudoxia Valladão;
- para o Grupo Escolar Barão de Maroim – d.d. Opeline Rollemberg, Zulmira de Azevedo Gomes, Auta de Almeida Mello, Odysséa Britto Mangueira, Maria Celeste Motta, Margarida Espinheira de Mello, Maria Gonçalves de Souza, Perpedigna Cavalcantes de Menezes, Laudelina de Andrade Lima e Carmelita de Moura Pinho.

Fonte: criado pela pesquisadora, 2020. (Grifo nosso).

Identificou-se que Opeline Rollemberg iniciou a sua trajetória profissional como professora adjunta, foi nomeada para lecionar no grupo escolar Barão de Maroim e, conseqüentemente, contribuiu para a educação em Sergipe, colocando em prática o conhecimento adquirido durante a sua formação, aliado à experiência pessoal e a construção da sua representação.

Segundo Amorim (2013, p. 66), os professores adjuntos passavam por uma avaliação anualmente por um período de três anos, sendo que ao finalizar o terceiro ano, a avaliação era constituída de assuntos referentes a disciplinas, métodos adotados e sobre administração escolar. Tendo a aprovação, era concedido o

certificado de habilidades profissionais, o que possibilitava a entrada no serviço público como professores, com dispensa de concurso público.

De acordo com Chartier (2002), a representação é inerente e está ligada à posição que os agentes sociais ocupam e pelos papéis por eles desempenhados, que vão se articulando as coletividades na sociedade em uma determinada época.

Por um lado, representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação de representantes (indivíduos, particulares, instituições, instâncias abstratas), da coerência e da estabilidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força (CHARTIER, 2002, p. 11).

Foi possível compreender a representação que Opelina Rollemberg construiu para si a partir da análise das fontes: ela foi uma mulher, professora e enfermeira, que se permitiu envolver com os saberes e a prática docente voltados para a educação e o cuidado, levando em consideração o contexto da educação e da saúde pública em Sergipe, respectivamente. A investigação realizada para a construção dessa pesquisa demonstra que mesmo em uma época que ainda predominava a ideia de que as mulheres deveriam ser submissas e estarem dedicadas ao lar, ela galgou espaços na vida pública.

Ao se considerar o momento e as questões que envolviam as mulheres na época, constata-se que a representação de Opelina Rollemberg é de uma mulher trabalhadora, possuidora de um caráter progressista, possivelmente herdado da família e que foi identificado no seu discurso durante a formatura da turma do curso enfermeira-visitadora, do qual foi instrutora. Ressalta-se que, apesar da origem econômica satisfatória da família, não se acomodou, pelo contrário, buscou adquirir conhecimentos fundamentais de ambas as formações para ascender profissionalmente, dedicando-se integralmente à profissão²⁹:

Não basta, porém, termos uma profissão: é necessário que a exerçamos bem, desenvolvendo nela todas as nossas possibilidades construtivas, nossa inteligência, nosso esforço, integrando-nos perfeitamente no seu exercício,

²⁹ Consta tanto na ficha de inscrição de Opelina Rollemberg da EEAN (figura 26), quanto na sua certidão de óbito, que a mesma não se casou e não teve filhos.

fazendo dela a razão de ser da nossa vida, transformando-a num ideal de progresso (SERGIPE, 1939, p. 331).

Quanto ao seu trabalho como professora, o Relatório do Grupo Escolar Barão de Maruim de 1926 (Anexo 1), para o Diretor da Instrução Pública da época, não menciona o nome de Opelina Rollemberg, mas aborda de modo geral o corpo docente, e descreve que, “as Ex^{mos} Senhores professores e suas dignas adjuntas não se limitas somente ao papel de mestras, preenchem ainda outro mais para e sublime-o de mães” [...] (SERGIPE, 1926, p. 1). Assim, nota-se, que na perspectiva das práticas e do papel dos professores, estes faziam muito mais que ensinar, ofertavam também o cuidado.

Entretanto, cada professor tem sua singularidade como ser humano e profissional, executa suas práticas da melhor maneira possível. É muito importante tanto para o êxito escolar, como para o âmbito social, quando o professor tem a capacidade de ensinar levando em consideração o perfil de cada aluno e o contexto da sala de aula, mas nem sempre é possível, pois, existem limitações como quantitativo de alunos, comportamentos, recursos escolares disponíveis. Para Magalhães (2004),

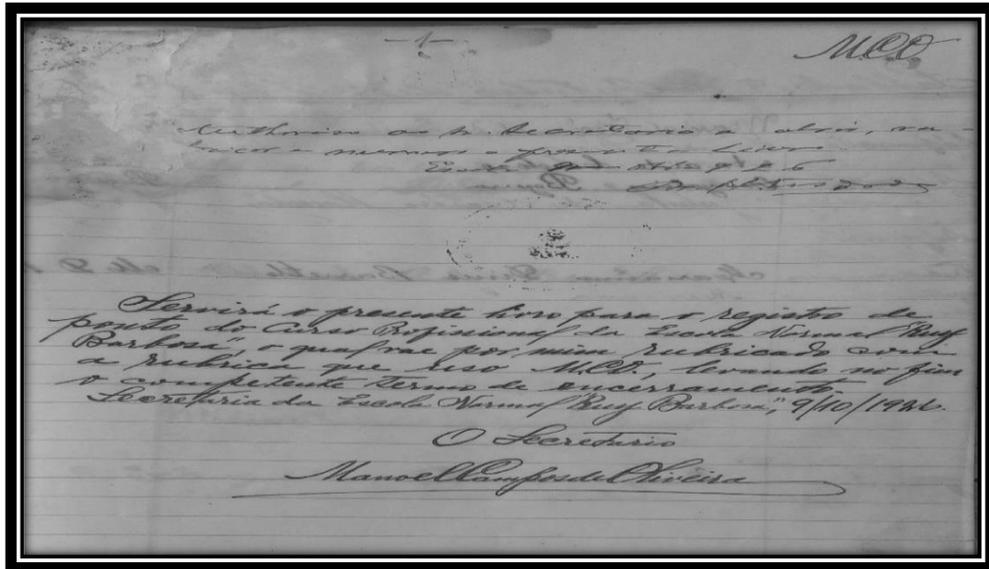
Historiar a educação é compreender que as grandes movimentações da história contemporânea, desenvolvendo-se sob a forma de revolução, reforma ou resistência, não constituem aplicações de princípios e que, em si mesmos, os princípios são inseparáveis das circunstâncias históricas (MAGALHÃES, 2004, p. 88).

Tendo em vista essa perspectiva, nota-se a presença da Opelina Rollemberg em instituições educativas em Aracaju, como professora normalista em dois momentos: quando foi nomeada professora adjunta pelo Presidente Gracco Cardoso, para atuar no Grupo Escolar Barão de Maruim, como foi visto anteriormente, e na Escola Normal Rui Barbosa³⁰, conforme consta no livro de ponto dos funcionários da referida Escola. Destaca-se que, de acordo com o previsto no Regulamento da Escola Normal expedido pelo Decreto 494 de 26 de Dezembro de 1900, a partir de 9 de

³⁰ Segundo Nunes (1984), corroborando pelo Decreto nº 778 de 2 de março de 1923, afirma que em 1923, A Escola Normal, passou a ser chamada Rui Barbosa “como homenagem póstuma à memória do sábio precursor da reforma do ensino” (NUNES, 1984, p 249).

outubro de 1926 foram oferecidos cursos profissionais como: Rendas, bordados trabalhos manuais, economia doméstica entre outros.

Figuras 30- Livro de ponto do Curso Profissional da Escola Normal em 1926.



Fonte: APES, pacotilha E7-68, 2019.

Quadro 18- Transcrição das informações na íntegra da figura 30.

Servirá o presente livro para o registro de ponto do Curso Profissional da Escola Normal "Ruy Barbosa", o qual vai por mim rubricado com a rubrica que uso MCO, levando no fim o competente termo de encerramento.
 Secretaria da Escola Normal "Ruy Barbosa", 9/10/1926.

O Secretario

(Rúbrica) Manoel Campos de Oliveira

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Continuação da figura 30

	Rua	N.º	Quadra	№
1	Ariston Pinto Cruz		Rio de Janeiro	14
2	Odeth Santiago		7-3-928	16
3	Leusia Marques Santos	Petrobalazam		13
4	Maria José Mello	Victoria	134	12
5	José Alfredo Dias	Saraqueras	392	11
6	Antônio Adriano Dias	"	"	10
7	Opelina Palenberg	S. Amaro		21

Fonte: APES, pacotilha E7-68, 2019.

No livro de ponto (figura 30), foi possível notar o nome de Opelina Rollemberg e de outros funcionários atuantes da Escola Normal na época, além disso, conheceu-se os cursos ofertados como adornos, pintura, economia doméstica, confecções etc., além dos dias letivos. Dessa forma, analisando os cursos ofertados na Escola Normal, sobretudo para as mulheres sergipanas que aqui se inclui Opelina, pode-se afirmar que as habilidades desenvolvidas na convivência com suas famílias e dentro das escolas foram importantes para a multiplicidade de suas atuações nos espaços ocupados dentro do campo da educação e na sociedade. Assim, essas informações permitem perceber o *habitus* incorporado que, para Bourdieu (1996):

[...] é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Ressalta-se que, os Cursos Profissionais faziam parte da formação docente, chamados de aulas anexas, eram ministrados por professores primários que contavam com o auxílio dos alunos da Escola Normal, conforme consta nos Art. 3º e 5º do Regulamento da Escola Normal, expedido por meio do Decreto 494 de 26 de Dezembro de 1900.

Art. 3º Alem das cadeiras supra-referidas, haverá duas aulas anexas regidas por professores primários, para pratica do ensino, sendo uma para cada sexo; e bem assim uma mestra de elementos de economia domestica, corte e manufactura de vestiario, prendas e trabalhos domésticos.
Art. 5º Os professores das aulas anexas serão ajudados nos trabalhos escolares pelos alunos da Escola Normal (SERGIPE, 1912, p. 1-36).

Entende-se que as legislações são fontes documentais que ditam as normas de práticas e procedimentos padronizados que devem ser seguidos pelas instituições e pelos sujeitos no convívio em sociedade. Logo, neste estudo de natureza histórica, os documentos, ganham amplitude e possibilitam ao pesquisador visualizar fatos novos que são passíveis de percepção, eleição e interpretação daquilo que antes não era considerado como aporte histórico, ou seja, “todo produto da atividade humana pode se tornar um documento com interesse para a história” (SILVA JUNIOR, 2011, p. 340).

No que diz respeito às preposições desse regulamento acima, percebe-se que possuem caráter prescritivo e normativo do qual resultam em alterações tanto no âmbito institucional como no pessoal, no sentido de incorporar ao *habitus* as práticas pedagógicas, conforme consta no horário da Escola Normal.

Compreende-se, pelo horário da Escola Normal que, no curso do magistério, havia a inclusão de práticas que diziam respeito ao ambiente doméstico, além de outras para que aquelas meninas que não desejassem seguir carreira no magistério pudessem ter uma fonte de renda para sua independência financeira, ajudar nas despesas do lar, mas, sobretudo, ter os conhecimentos necessários para poder educar melhor seus filhos, para aquelas que almejava o casamento.

Nesse contexto, a Escola Normal, enquanto espaço educativo e formativo, tornou-se também um espaço de disseminação de *habitus* da sociedade sergipana. Dessa forma, cumpriu o seu papel social na medida em que educou os professores para além do magistério, ao passo que estes reproduziram esses saberes na formação de outros profissionais para contribuir com o desenvolvimento social-econômico do Estado em diversos setores, como indústria, comércio, agricultura etc. Assim sendo, esses subsídios compõem e são resultado de um processo civilizador que, segundo Elias (1990), está relacionado a uma gama de diversos fatos:

[...] ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às leis religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada (ELIAS, 1990, p. 23).

No entanto, a formação docente deve ser construída pelos conhecimentos adquiridos durante o processo formativo além dos cursos e técnicas de especialização, mas sobretudo pelas experiências sobre as práticas educativas que devem estar articuladas com a formação, sendo consideradas subsídios fundamentais no processo educativo dos professores e na difusão dos saberes para o alunado. Segundo Nóvoa (1992),

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por

isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (NÓVOA, 1992, p.13).

O saber “envolve portanto situações pedagógicas interpessoais, familiares e comunitárias, onde ainda não surgiram técnicas pedagógicas escolares, acompanhadas de seus profissionais de aplicação exclusiva” (BRANDÃO, 1995, p. 8). Porém, acredita-se que, o saber é o que se aprende sobre qualquer coisa.

Deste modo, esta segunda seção teve como objetivo identificar de que maneira ocorreu a inserção de Opelina no mercado de trabalho, respectivamente no magistério. Assim, demonstrou-se o processo formativo e a atuação de Opelina Rollemberg na Educação em Sergipe, que foi atuar como professora adjunta no Grupo Escolar Barão de Maruim, em 1926, e no Curso Profissional da Escola Normal Ruy Barbosa, em 1927. Além disso, foi destacado não somente os percursos educacionais e a evolução das práticas pedagógicas e de seus agentes, mas também o contexto em que ocorreram.

Assim sendo, é necessário ressaltar a atuação e a responsabilidade das ex-normalistas que, por meio dos seus conhecimentos e profissionalismo perante as necessidades de saúde e educação da população aracajuana, abraçaram a dupla função a elas confiada. Para além do ensinar a ler e escrever, também disseminaram educação em saúde para os alunos, e estes, transmitiram para suas famílias. Além disso, as professoras tinham como missão moldar o indivíduo em seu modo de ser e agir para que estivesse apto a conviver com o novo modelo de sociedade, resultante das grandes transformações societárias em terras sergipanas.

Portanto, foi evidenciado nessa seção que, diante do contexto da sociedade sergipana no início do século XX, em 1925, no qual a população necessitava sobretudo de educação e cuidados em saúde, foi ampliado o papel dos professores, estes faziam muito mais que ensinar, ofertavam também o cuidado. De modo que, os conhecimentos referentes à saúde, adquiridos na durante a formação na Escola Normal, possibilitavam o acesso a outra oportunidade de trabalho para as normalistas que almejassem o curso de enfermagem e, posteriormente, atuar nos serviços de saúde, sobretudo na saúde pública, como fez Opelina, situação que será descrita adiante.

Figura 31- Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery.



Fonte: Barreira; Tyrrell (2003), foto reproduzida a partir de Annaes de Enfermagem, RJ, 1934.

Quando pensamos em enfermagem ou enfermeiro, evocamos códigos, imagens, representações que, dadas a priori, nos permitem reconhecer pessoas, abstrair conceitos, visualizar lugares, paisagens e legitimá-las como tal (OGUISSO; CAMPOS, 2008, p.51).

3 Trajetória Profissional de Opelina Rollemberg na Enfermagem.

Nota-se a importância da divulgação do significado da história da enfermagem, no sentido não somente de conhecer o passado, como também a ampliação do olhar sobre os acontecimentos, considerando o contexto. Essa ação possibilita uma reflexão coletiva, sobre a valorização da categoria, o reconhecimento dos protagonistas que tanto contribuíram para o desenvolvimento da profissão, além da possibilidade de reconstituir a história da enfermagem sergipana. Nesse mesmo raciocínio Barreira (1999) afirma que:

Os estudos históricos interessam sobremaneira à enfermagem, pois a construção de uma memória coletiva é o que possibilita a tomada de consciência daquilo que somos realmente, enquanto produto histórico, o desenvolvimento da autoestima coletiva e a tarefa de (re)construção da identidade profissional. Assim, o desvelamento da realidade mediante o estudo da História da Enfermagem é libertador e permite um novo olhar sobre a profissão (BARREIRA, 1999, p. 90).

Neste sentido, a trajetória profissional de uma pessoa está atrelada à sociedade ou campo social. Assim, entende-se que toda profissão é uma reprodução social e tem suas finalidades e, entre elas, a de contribuir para a melhoria da vida da população (BOURDIEU, 2007). Assim, é necessário conhecer o indivíduo, o contexto em que viveu e o que motivou a escolha da profissão, pois:

Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que a associação a um 'sujeito' cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 2007, p. 189-190).

Dessa forma, é necessário compreender a trajetória profissional do indivíduo, destacando os percursos educacionais e profissionais, o contexto em que ocorreram, além da sua contribuição, sobretudo, para a educação que com sua capacidade transversal permite aproximar a epistemologia aos saberes de uma determinada realidade social e temporal.

A história da enfermagem brasileira está intrinsecamente relacionada à história da saúde nacional. Assim, para compreender como ocorreu a inserção de Opelina

Rolleberg na enfermagem em 1931 e a configuração da enfermagem sergipana, faz necessário trazer alguns aspectos da saúde pública no Brasil e em Sergipe, que envolvem, também, o contexto socioeconômico e político dessa época.

Anterior a esse período, nos anos de 1920, foi desencadeada a reforma sanitária idealizada no final da década de 1910 por médicos sanitaristas, tendo à frente Oswaldo Cruz, em meio à crise social, promovendo a mobilização da classe operária e discussões sobre problemas de higiene e saúde pública. De modo que, os propósitos dessa reforma foram baseados nas ideologias do nacionalismo e do higienismo, estas, por sua vez, tornaram-se influências para a adequação da política de saúde nos anos 1920. Também impulsionaram a mudança do modelo de intervenção em saúde pública, que tinha a concepção voltada para ações pontuais de combate as epidemias, tendo como premissa a educação sanitária e que se tornou uma das principais linhas no processo e implantação da política de saúde da época (MASCARENHAS *et al.*, 2016 apud FARIA, 2010).

Destaca-se que, uma das proposições da reforma foi concretizada por meio da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 2 de janeiro de 1920 que possibilitou a ampliação da presença do estado no campo da saúde, ou seja, que o Estado realizasse algumas ações de saúde pública no âmbito nacional. Entre essas ações, competia ao DNSP realizar estudos sobre a etiologia, tratamento e profilaxia das doenças transmissíveis, bem como pesquisas científicas de interesse do campo da saúde pública; organizar estatísticas demográfico-sanitárias; organizar a profilaxia rural em todo o país; organizar o Código Sanitário que seria submetido ao Congresso Nacional; fiscalizar o exercício da medicina, arte dentária e obstetrícia (BRASIL, 1920). Dessa forma, o DNSP concretizou parte das propostas da alta classe médica higienista para a saúde nacional e surgiu como uma instituição como dimensões nacionais, cuja finalidade era concentrar a administração das intervenções na área da saúde.

Nesse contexto, as novas concepções de saúde pública, bem como a participação de outros profissionais sanitaristas (engenheiros, advogados, políticos) buscavam desenvolver um modelo de saúde do País, para isso, indicavam a necessidade de novos agentes sociais, cujas disposições pessoais e profissionais viabilizassem a proposta sanitarista, no sentido de complementar o trabalho do

médico, por meio de cuidados, vigilância e educação sanitária às famílias a partir de visitas domiciliares e também cuidar dos que convalesciam nos dispensários sob responsabilidade do Governo Federal (FRANCO, *et. al.*, 2011).

Tais pressupostos determinaram a vinda de um grupo de enfermeiras norte-americanas, integrantes da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. O Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller enviou ao Brasil a enfermeira norte-americana, Ethel Parsons, para fazer um diagnóstico da situação, com vistas à organização de uma escola ou de cursos de treinamento de enfermeiras e organizar um serviço de enfermeiras de saúde pública no Distrito Federal. Já em seus primeiros diagnósticos a referida enfermeira registrou que “a enfermagem era exercida por pessoas ignorantes de ambos os sexos e não poderia alcançar os altos padrões da enfermagem norte-americana” (BARREIRA, 1997, p. 15).

Figura 32- Solenidade em homenagem a Enfermeira Norte-americana Ethel Parsons.



Fonte: BARREIRA, 1997.

A figura 32, está representando a Solenidade em homenagem a Ethel Parsons e a Fundação Rockefeller em agradecimento por seus trabalhos frente a coordenação do Serviço de Enfermagem Sanitária, que resultou na criação da Escola de Enfermagem Anna Nery. Ao centro do grupo numeroso, Ela estava de echarpe no pescoço, liderada por Raul Leitão da Cunha (de bigode) e Carlos Chagas (de bengala

e chapéu) no Rio de Janeiro, em julho de 1926 (BARREIRA, 1995). Ressalta-se que, uma das principais ações da enfermeira norte-americana Ethel Parsons foi a implantação da enfermagem profissional, bem como a organização dos serviços de saúde pública.

Ao longo de uma década, a luta simbólica das enfermeiras americanas foi em materializar a imagem profissional de uma enfermeira cientificamente formada, fato que contrariou parte dos médicos no interior do DNSP, que acreditava caber às enfermeiras apenas resolver os problemas mais imediatos e práticos do cotidiano:

Nessa luta, verificou-se que o processo de formação da enfermeira brasileira, comportou estratégias que visavam dar visibilidade à nascente profissão perante a sociedade brasileira, mediante à institucionalização de rituais e emblemas da profissão e a adoção de uma rígida disciplina, que modelava o comportamento da futura enfermeira (FRANCO; BARREIRA; SILVA; BARBOSA, 2011).

Assim sendo, Ethel Parsons, durante a análise do cenário da saúde no Brasil e da situação da enfermagem, verificou a necessidade de formar profissionais capacitados, visto que as pessoas contratadas como visitadoras sanitárias trabalhavam auxiliando os médicos no DNSP, recebiam instruções básicas sobre higiene infantil e doenças infectocontagiosas, durante 12 aulas ministradas pelos próprios sanitaristas do departamento. Diante dessa situação, e dos problemas de saúde da população que requeriam mais de cuidados de enfermagem, Ethel Parsons resolveu treinar essas visitadoras (BARREIRA et al. 2015 apud SANTOS, 2002). De modo que, compreende-se que o curso de enfermeiras-visitadoras, ministrado por Opelina Rollemberg, analisado adiante, tomou por inspiração o treinamento desempenhado pela enfermeira americana.

Portanto, compreende-se que a implantação do curso de enfermeiras-visitadoras no Brasil ocorreu sob inspiração do modelo de outro país, até porque, naquela época, uma equipe de enfermeiras dos EUA, liderada pela enfermeira Norte Americana Ethel Parsons e a Fundação Rockefeller, estavam no país (BARREIRA et. al, 2015). Dessa forma, contribuíram para a organização dos serviços de saúde e principalmente na formação e implantação da enfermagem profissional brasileira, a reorganização do Hospital Geral da Assistência do DNSP, que serviria como campo de prática para as alunas de enfermagem brasileira.

Ao longo de uma década a luta simbólica das enfermeiras americanas foi em materializar a imagem profissional de uma enfermeira cientificamente formada, fato que contrariou parte dos médicos no interior do DNSP.

Nessa luta, verificou-se que o processo de formação da enfermeira brasileira, comportou estratégias que visavam dar visibilidade à nascente profissão perante a sociedade brasileira, mediante à institucionalização de rituais e emblemas da profissão e a adoção de uma rígida disciplina, que modelava o comportamento da futura enfermeira (FRANCO; BARREIRA; SILVA; BARBOSA, 2011).

Ressalta-se que o curso da Escola de Enfermeiras do DNSP adotou o modelo das escolas norte-americanas. No início tinha duração de dois anos e 4 meses, tendo sido ampliado depois para dois anos e 8 meses e três anos, com carga horária de 48 horas semanais, divididas entre atividades práticas, sem a inclusão das aulas e estudos da teoria. O quadro de docente era composto de médicos sanitaristas e enfermeiras norte-americanas que ensinavam nos moldes das escolas de enfermagem do seu país. (SAUTHIER; BARREIRA, 1999)

As primeiras décadas do século XX, testemunharam a criação de um órgão nacional que teria a função de gerir as questões de Saúde Pública, no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Suas ações se dariam por meio dos seus agentes, diretores, médicos sanitaristas, enfermeiras diplomadas e posteriormente, pelas enfermeiras-visitadoras, conduzindo a população de todo o país para o combate das doenças e ao progresso. Diante disso, há que se “considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (CHARTIER, 1990, p.18).

É fundamental destacar que, no âmbito da enfermagem, as práticas e representações das enfermeiras do século XX não pertencem somente a um passado recente, mas também ao momento presente. Dessa maneira, a saúde pública e os profissionais de enfermagem que existem atualmente são o resultado da representação construído por indivíduos antecessores, de modo que, enquanto categoria, através da representação, busca-se por reconhecimento no seu próprio campo, melhores condições de trabalho e remuneração. Pois, “Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”. (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Quanto ao curso de enfermeiras-visitadoras, foi criado através do Decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927, que regulamentou a execução dos serviços da Assistência a Psychopathas no Distrito Federal, que na época era o Rio de Janeiro. Entretanto, esse decreto manteve o curso da Escola de enfermeiros e enfermeiras com duração de dois anos já existente e que, posteriormente, tornou-se a Escola Alfredo Pinto. No referido curso, foi adicionado mais 1 ano, com a finalidade de especialização em visitadoras sociais, sendo extinto em 1942 (SILVA JUNIOR, 2012).

Esta especialização em visitadoras sociais era restrita às mulheres diplomadas em enfermagem nas escolas oficiais do país. Além disso, tinha como requisito o fato de serem “[...] escolhidas entre as de melhores condições de instrução, educação e feitio psychico, moral e social” [...] (BRASIL, 1927, p.198). Entende-se que o referido curso era composto por disciplinas de saber médico, voltado para assistência psiquiátrica e adaptado para a enfermagem.

Entretanto, a ideia sobre o trabalho das enfermeiras-visitadoras no Brasil tomou-se por inspiração os países mais desenvolvidos como Estados Unidos (EUA) e França que ofertavam cursos especializados principalmente voltado à puericultura, ou seja, focado na educação em saúde das mães no cuidado com a criança, conforme afirma o médico higienista Arthur Moncorvo Filho³¹, sobre o papel enfermeira e das visitadoras,

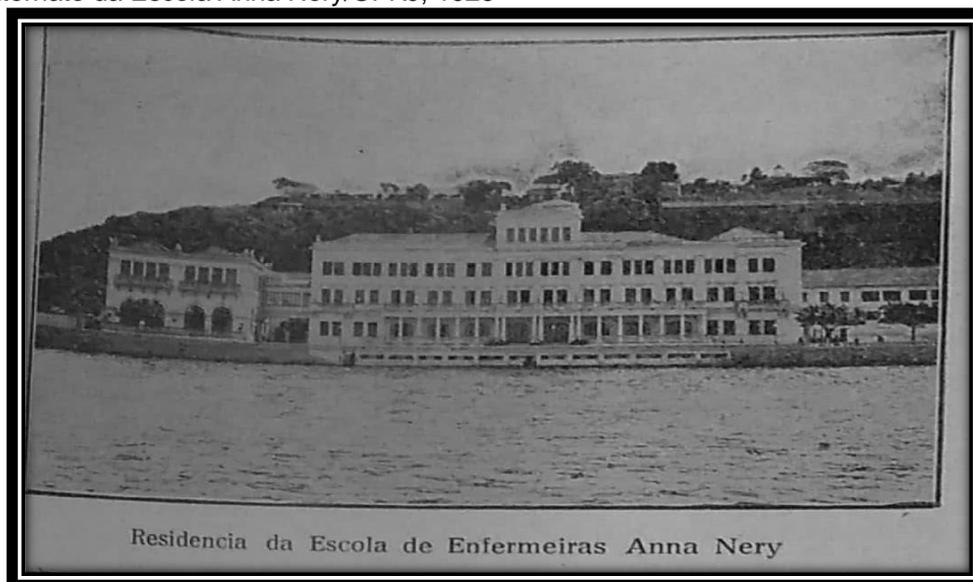
Si a proteção indireta à infância deve começar pelo auxílio as mães, incluindo-se tudo quanto diz respeito a sua boa nutrição no preparo de uma verdadeira matriz, para que amamentando ella própria seu filho, lhe garanta atravessar o perigo mais difficil da existencia, que é o dos primeiros mezes, sem accidentes que possam arrastal-o á morte, muito há a elogiar a mulher quando está ella investida do papel de Dama protectora ou o de Enfermeira ou Visitadora.

Alguns países do mundo, entre os quaes de destacam os Estados Unidos e a França possuem serviços bem organizados de proteção á infância, nos quaes as *Enfermeiras visitadoras e Inspectoras representam um papel da mais alta relevancia graças a solida instrução que adquiriram em cursos especiais*. Bonato (2014 apud MONCORVO FILHO, 18?)³²

³¹ O médico higienista Arthur Moncorvo Filho, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1871, Graduado em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em 1897, criticou as instituições de amparo à infância “propondo uma atuação específica para elas”. Com essa concepção criou, em 24 de março de 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) Bonato (2014, p. 103 apud CAMARA, 2011). Obs: As informações sobre o médico e as citações foram extraídas preservando a grafia original do livro intitulado, Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história/ Sônia Camara (organizadora)- Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

A EEAN começou a funcionar em 1923, com o sistema de ensino baseado no modelo nightingaleano que consistia no ensino-aprendizagem técnico-científico, no treinamento prático, além da educação moral de enfermeiras sob condições de internato. Posteriormente, tornou-se o modelo padrão oficial das escolas de enfermagem por meio do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931 (BRASIL, 1934). A profissão era considerada exclusivamente feminina, com um apelo patriótico e sentimental às qualidades das mesmas, no qual a enfermeira deveria servir à pátria como cidadã e dedicação exclusiva aos seus pacientes: "O Brasil precisa de enfermeiras e convida-vos ao desempenho do maior serviço que uma mulher bem prendada e educada pode prestar a assistência inteligente e piedosa aos doentes" (BARREIRA et al. 2015 apud BRASIL, 1922).

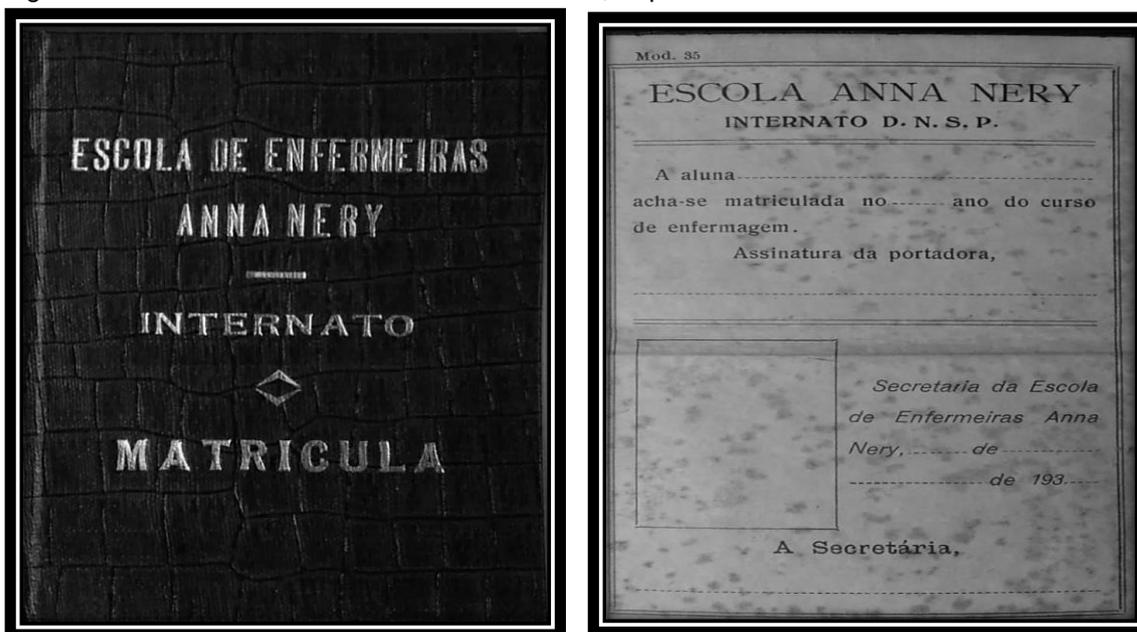
Figura 33 - Internato da Escola Anna Nery/UFRJ, 1926



Fonte: UFRJ/CEDOC/EEAN, 1934.

Para ter acesso ao internato e ao pavilhão de aulas, as alunas tinham que preencher os requisitos de admissão e seguir as normativas, caso contrário não eram aceitas. A residência das alunas e o pavilhão de aulas foram devidamente equipados, para proporcionar às moças um ensino técnico completo e compreensivo, que possibilitasse o desenvolvimento das habilidades a fim atenderem às necessidades da sociedade brasileira, tanto no âmbito social, como profissional (BRASIL,1934).

Figura 34- Carteira da aluna matriculada na EEAN, e que dava acesso ao internato. S/d.



Fonte: UFRJ/CEDOC/EEAN

Para Bock (et.al, 2015), no que se refere ao contexto histórico, socioeconômico e político do Brasil, entre 1930 e 1945, o estado brasileiro desempenhou um papel importante no processo de industrialização, e na consolidação do capitalismo, que culminou na diferenciação das classes sociais, de modo que a junção desses fatos tornam-se marcos referenciais das décadas supracitadas. Além disso, as autoras, com base em Machado (1980), relatam que esse período foi caracterizado por uma política de caráter nacionalista, no sentido de solucionar os problemas da sociedade, visto que, com o crescimento das indústrias, as fontes de riquezas nacionais de posse do estado e a iminência da modernização, contribuíram para o surgimento de ideias para as mudanças no cenário nacional.

Assim sendo, a política revolucionária do governo Getúlio Vargas (1930-1954), tinha como referencial a idealização de reconstrução do país. Contudo na visão de Hochman,

O período varguista herdava uma estrutura estatal e uma burocracia com razoável capacidade de atuação autônoma sobre o território nacional. O que ocorreu foi um deslocamento das atenções para a regulação dos efeitos da interdependência entre trabalhadores urbanos, empresários e Estado através da expansão das políticas de previdência social, e com elas a assistência médica, produzindo bens coletivos para grupos específicos. Este deslocamento promoveu a separação institucional, territorial, burocrática e política entre saúde pública e assistência médica, entre a produção de um bem público e de um bem categórico, resultando, assim, no arrefecimento dos incrementos à capacidade infra-estrutural do Estado no campo da saúde

pública. De uma perspectiva de longo prazo, creio que o fracasso das políticas estatais de saúde estaria vinculado menos a um acanhamento" estrutural do poder público durante o primeiro período republicano, e mais ao deslocamento do processo de coletivização e estatização do bem-estar no sentido das crescentes externalidades causadas pela dimensão urbana e industrial da sociedade brasileira. Os resultados desse direcionamento do intervencionismo estatal perduram até hoje. (HOCHMAN, 1993, p. 55-56)

No que se refere a Saúde Pública, nos anos 30, a inserção do Departamento Nacional de Saúde no Ministério da Educação e da Saúde tinha como objetivo coordenar uma política de saúde na esfera nacional. Contudo, na prática, ocorreu o contrário, os investimentos e as ações de saúde pública foram reduzidos para beneficiar os trabalhadores das indústrias com assistência à saúde. (Barreira et al. 2015 apud HOCHMAN, 1993; CAMPOS, 1994; BARREIRA, 1999)

Vale ressaltar que a missão Parsons foi essencial para o nascer da enfermagem brasileira. Sem as suas contribuições certamente não teríamos formado bases tão sólidas na construção de uma profissão que se tornou a maior força de trabalho dentro do campo da saúde nacional. Este fato, de modo especial, contemplou a possibilidade de formação de moças oriundas de algumas localidades do território nacional, como Sergipe, Alagoas, São Paulo.

Em Sergipe ainda na década 30, momento de efervescência na saúde pública, principalmente em 1931, entre os fatos marcantes, destaca-se a criação do DSP, o curso de enfermeira-visitadora anexo ao Hospital Cirurgia e o envio de moças sergipanas para a EEAN.

Nessa perspectiva, umas das ações do poder público sergipano referente à organização dos serviços de saúde, a exemplo do ocorria no âmbito nacional, foi a criação do Departamento de Saúde Pública de Sergipe pelo Decreto Nº 48 de 16 de maio de 1931, e o regulamento foi baixado, tendo por diretor o médico sergipano Dr. José Rodrigues Bastos Coelho. Ressalta-se que, no prefácio deste Decreto, o referido diretor, direcionando-se ao Interventor Federal no Estado³², faz a exposição de alguns problemas da saúde pública e lhes dá algumas sugestões, das quais se destacam,

³² Consta no referido Decreto, que o Interventor Federal no Estado nesta época era o Augusto Maynard Gomes. Sobre a função do Interventor, esta foi criada no governo presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, também chamado de Código dos Interventores, que por sua vez regulamentava o controle desempenhado pelo referido presidente sobre as interventorias federais

Para que os problemas de Saúde Pública em Sergipe, tenham a solução porque v. ex. tanto se interessa, são necessárias: organização administrativa e uma organização técnica. A primeira constituída por um chefe pelas secções de expediente, contabilidade e almoxarifado: a segunda formada da seguinte aparelhagem:

I – Inspetoria de higiene infantil e inspeção escolar.

II- Inspetoria de Epidemiologia e profilaxia demográfica e educação sanitária.

III- Inspetoria de engenharia sanitária.

IV- Inspetoria do exercício da medicina, farmácia, odontologia, etc e gêneros alimentícios.

V- Laboratórios e Bromatologia e de pesquisas clínicas (SERGIPE, 1931, p.11).

Destaca-se que, entre as ações do DSP, no sentido de prevenir doenças, era o uso de anúncios em jornais e no Diário Oficial do Estado. Eles exerciam função importante ao disseminar as informações sobre saúde, contribuindo para alertar a população quanto a medidas profiláticas, a fim de controlar as epidemias.

Quadro 19 –Transcrição do anúncio do Departamento de Saúde Pública sobre a Febre Tifoide.

A febre typhoide ou *febre brava* como a chama o povo, é uma doença infectuosa, causada por um microbio da febre typhoide é transmitido ás pessoas sãs pelos doentes pelos convalescentes pelos portadores de germens, pela agua, pelo leite pelos alimentos, pelas moscas e pelos objectos de que se servem os doentes.

As evacuações e a urina dos doentes, dos convalescentes ou dos portadores de microbios que são pessoas sãs, mas, que trazem consigo os germens da doença, não devem ser atiradas sobre a terra ou sumidouros permeaveis, pois, por infiltração, os microbios podem contaminar os poços, os correjos, cujas aguas, uma vez usadas para a irrigação das hortas para a lavagem de pratos e outros objectos ou então bebidas por pessoas sãs, podem causar a doença e produzir uma epidemia. As evacuações dos doentes de febre typhoide devem ser lançadas em latrinas, mas, antes precisa sofrer uma boa desinfecção. As roupas dos doentes devem ser desinfectadas e fervidas para depois serem lavadas. Onde não houver latrinas hygieneicas, as evacuações dos doentes devem ser enterradas em logares longe dos cursos d'agua e dos poços, sendo antes bem desifectadas.

As mocas são transmissoras da doença, pois, pousando nas evacuações do doente, carregam nas patas e na tromba os microbios, depositando-os nos alimentos, quando sobre elles passeiam.

O doente de febre typhoide deve ser isolado sendo collocado no seu quarto um vaso com desinfectante, antes de lavadas, e os objectos de uso como copos, chicaras, talheres etc. Precisam ser abolido. Isolamento quer dizer que o doente fica só com as pessoas que o estão tratando.

As pessoas que lidam com os doentes devem ter muito cuidado com as mãos, lavando-as sempre que tocar no doente ou objectos por elle contaminados.

Os portadores de germens devem ter muito asseio e sempre lavar as mãos á sahida da privada. Merecem especial cuidado as cosinheiras que tá tiveram febre typhode, pois, podem contamina os alimentos pela falta de limpeza, principalmente dos mãos.

E' necessario evitar que as moscas pousem nos alimentos. Devem ser afastados das habitações os depositos de lixo, as estrumeiras, os curraes, os ranchos e os chiqueiros.

Na ocasião de epidemias, a agua deve ser fervida, para ser bebida. Não basta ser filtrada. O leite precisa soffrer uma fervura de dez minutos, para ser ingerido. Os alimentos devem ser bem cosidos.

E' necessario que a Saude Publica seja notificada, sempre que apparecer um caso suspeito de febre typhoide, afim de que possam ser tomadas as providencias exigidas pelo caso.

nos estados. De modo que, o Código dos Interventores entre as suas prerrogativas coibia o excesso de poder concentrado nas mãos de alguns governadores, como também proibia os estados de tomar empréstimos sem o consentimento do governo federal, além da restrição de recursos, resumidamente o presente código era uma ferramenta de controle de poder nos estados (CPDOC, 2017). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/PaisDosTenentes/CodigoInterventores> Acesso em: 12 jan. 2020.

Uma das melhores armas de defesa contra a febre typhoide é a vaccina que a Saude Publica fornece gratuitamente.

Para as febres paratyphoides são necessarios os mesmos cuidados para a febre typhoide.

Nas dysenterias, doenças que se manifestam por evacuações frequentes com mucosidades sangue e tenesmos (puxos) podemos distinguir dois grupos principaes: bacillares e amebianas.

A dysenteria bacilar transmite-se do mesmo modo que a febre typhoide, exigido tambem os mesmos cuidados que esta. A dysenteria amebiana se propaga, quasi sempre, por contagio directo.

A emetina, extrahida da ipera, cura os symptomas, mas no decurso da doença ou nos portadores de germens, a ameba é encontrada sob a forma de kysto que é a contagiante sobre a qual a emetina não poder algum.

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com a transcrição das informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-41, 1931. (figura- Apêndice)

Segundo o manual técnico do Ministério da Saúde, a febre tifoide é ocasionada por Doença bacteriana aguda, cujo o agente etiológico é o *Salmonella* entérica, sorotipo *Typhi* (*S. Typhi*), bactéria gram-negativa da família Enterobacteriaceae, tem o potencial para o acometimento de pessoas em escala mundial, sua disseminação é associada a baixos níveis socioeconômicos, principalmente em áreas com precárias condições de saneamento, higiene pessoal e ambiental. Além disso, a sobrevivência desse agente sofre variações em consonância com o local ou meio em que se instalou, a exemplo da água limpa (3 ou 4 semanas) e esgoto em condições experimentais (40 dias), sendo um dado fundamental para o controle da doença. De modo que, nos países que possuem sistema de saneamento e ambiental funcionando, está praticamente eliminada. No Brasil, a febre tifoide ocorre sob a forma endêmica, por vezes, torna-se em epidemias, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, reflexo das condições ambientais e de vida de suas populações. (BRASIL, 2009, p. 49)

Em Sergipe, diante da falta de enfermeiras diplomadas, no qual a sua primeira turma foi formada em 1926, sendo praticamente impossível a atuação dessas profissionais em escala nacional. No estado, até a década de 1930, não tinha enfermeiras diplomadas, a partir desse período as autoridades sanitárias deram preferência à formação de enfermeiras-visitadoras, devido às necessidades de saúde da população.

Dessa forma, teve o início da trajetória da enfermagem sergipana, mesmo sem a presença de uma enfermeira diplomada para dar aulas e supervisionar os serviços, conforme consta no Diário Oficial do Estado. Neste, foi publicada a Portaria nº 22 do Departamento de Saúde Pública de Sergipe com a seguinte informação, “Designando

os srs. Drs. Simeão Vieira Sobral³³ e farmacêutica Cesartina Régis³⁴ para fazerem parte da comissão examinadora das candidatas ao curso de enfermeiras deste departamento” (SERGIPE, 1931, p. 25131).

Entende-se, por meio de análise das fontes, que o curso de enfermeira-visitadora em Sergipe, criado com base no descrito acima, inicialmente ocorreu nos anexos do Hospital Cirurgia, tendo por professores médicos sergipanos convidados pelo diretor do Departamento de Saúde Pública. Corrobora-se no decreto que criou o referido departamento, no seu art. 542, diz que, “Enquanto não for organizado o curso de enfermeiras, a Diretoria do Departamento de Saúde Pública poderá exigir uma prova prática de habilitação para as pessoas que exercem atualmente a profissão de enfermeira”. Além disso, continha disciplinas e noções básica de saber médico, adaptado para a enfermagem, fato este verificado na Portaria n.24 publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1931.

Quadro 20 – Transcrição da Portaria n. 24, referente ao curso de enfermagem.

Portaria n. 24
<p>Estando criada a inspetoria de Higiene Infantil e exame médico-escolar, que deve a ser instalada ainda este ano e como não existem ainda enfermeira diplomadas em Sergipe, esta diretoria resolveu criar um curso de enfermeiras do Hospital de Cirurgia, para o que obteve assentimento do sr. Dr. Diretor do referido hospital, onde deverá funcionar o referido curso. As candidatas deverão submeter se a um exame de habilitação preliminar de acordo com o programa que já foi organizado nesta capital em 1924, com as modificações referentes as funções dessas enfermeiras.</p> <p>O curso constará do seguinte: Anatomia e fisiologia: - Dr. Augusto Leite. Primeiros socorros e ataduras; estruturas e funções dos diversos órgãos e sistema do corpo humano; prática de injeções. – (10 aulas). Microbiologia – Dr. João Firpo. Noções de microbiologia, tendo em vista demonstrar os característicos dos microrganismos em geral e germes patogênicos das doenças comuns. Demonstrações praticas dos principais tipos de micróbios. (15 aulas). Noções de pediatria e doenças infecto contagiosas, principalmente na criança. Dr. Lauro Hora.</p>

³³ Simeão Vieira Sobral (1899-1971), médico sergipano, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1924. Atuou como Inspetor de Epidemiologia e Educação Sanitária em Aracaju na década de 1930. Destaca-se entre suas obras escritas, “A Saúde Pública em Sergipe” em 1932. Disponível em: <http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31917> >Acesso em: 06 jan. 2020

³⁴ Sobre Cesartina Régis, Freitas (2003), afirma que “Foi uma das primeiras professoras a ser nomeada para a Escola de Aprendizes e Artífices e também para o Instituto Profissional Coelho e Campos, na década de 1920” (FREITAS, 2003, p.5); Segundo (ROLLEMBERG, 1980, p. 9), foram publicados vários discursos, sobre diversos assuntos pela Câmara dos Deputados em Brasília, a seu pedido entre eles “A Cesartina”, onde afirma: “homenageamos a figura admirável de nossa conterrânea laranjeirense Dr^a Cesartina Régis de Amorim, farmacêutica, professora, literata, líder política, oradora, desportiva, catequista, protótipo da “mulher forte” de que fala a Sagrada Escritura”.

Tuberculose- Fonte e vias infectocontagiosas. Medidas gerais de profilaxia. Notificação, vigilância isolamento, imunidade, inutilidade da desinfecção terminal; necessidade da desinfecção concorrente. Princípios de eugenia (15 aulas).

Higiene escolar e organização de serviço- Dr. Bastos Coelho.

Organização dos departamentos de saúde federal e estadual; organização nos municípios; higiene escolar, sua importância, delineamentos principais; registro sanitário escolar. Modo de tomar e de registrar dados referentes às crianças normais e anormais. A balança; a caveira. (10 aulas).

Otorrinolaringologia e oftalmologia- Dr. Juliano Simões.

Estudo rápido do nariz, ouvido, garganta e olhos. Principais moléstias, profilaxia das infectocontagiosas e defeitos desses órgãos.

Estomatologia- Cir. Dentista Mario Bastos.

Noções de anatomia da cabeça, dentição, carie dentaria e principais afeções da boca, profilaxia e higiene da boca. Suas vantagens (10 aulas).

As aulas práticas serão dadas no Hospital de Cirurgia, as segundas, quartas e sextas-feiras, das 9 às 11 horas. As aulas teóricas, na diretoria de departamento de saúde pública às quintas-feiras.

Haverá um livro de frequência, devendo três faltas, não justificadas, anular a matrícula. As enfermeiras deverão prestar exame de habilitação quando esta diretoria julgar oportuno.

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, com base nas informações obtidas no Diário Oficial, disponível no Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-41, 1931.

Analisando as informações do quadro, vale destacar alguns pontos (partes em negrito) que antecederam a criação do Departamento de Saúde Pública. Primeiro a criação da inspetoria de Higiene Infantil, “fundada em 17 de março de 1932, sob iniciativa do Estado, através de seu Interventor Augusto Maynard Gomes” (LIMA, 2009, p. 22). Segundo, o exame de habilitação de acordo com o programa de 1924, que não foi encontrado, assim buscou-se a literatura desse período.

Entretanto, segundo Santana (2001), em 1924, os serviços sanitários do estado foram transferidos para o governo federal, devido ao fato de que o estado não cumpriu as prerrogativas do contrato firmado. De modo que, a União estruturou todo o serviço de Saneamento Rural, além de criar postos de higiene para realizar a fiscalização sanitária, e subpostos de higiene no interior do estado para tratar das endemias rurais. Foi criado também dispensário maternal de higiene infantil, conhecido como “estabelecimento onde se dispensava a assistência médica, terapêutica, higiênica e onde as famílias pobres recebiam aconselhamento e eram inseridas nas regras e preceitos de como criarem os seus filhos”. (CAMARA, 2014 apud MONCORVO FILHO, 1907, p. 31). Além disso, ofertava o pré-natal e assistência à gestante, farmácia popular, entre outros serviços.

Neste sentido, em parceria com a Fundação Rockefeller, que se instalou em Sergipe de 1924 a 1927, realizou-se o censo da população de Aracaju que em 1924, tinha 31.668 habitantes. O quadro de pessoal era composto de guardas-sanitários, microscopistas, enfermeiras-visitadoras que foram previamente treinados e fizeram

curso, após a aprovação, foram chamados para integrar a equipe sanitária, além de médicos sergipanos (SANTANA, 2001, p. 208).

Dessa forma, a figura da enfermeira-visitadora apareceu em Sergipe em 1924, mas, como visto acima, a Fundação Rockefeller permaneceu no estado até 1927, devido às epidemias. Segundo Santana (2001), o estado de Sergipe rompeu várias vezes o contrato com a união, que significava um retrocesso nos serviços, além da morosidade e atraso nos Serviços sanitários, continuaram a existir e sobretudo na formação de novas enfermeiras-visitadoras, e da enfermagem profissional, fato confirmado pelas Portarias 22 e 24 de 1931, descritas acima, quando foi retomado o curso de enfermagem nos anexos do Hospital Cirurgia, mesmo não tendo uma enfermeira diplomada pela EEAN, que era a escola padrão nos moldes nightingaleano para a formação de enfermeiras do país.

No que refere ao Curso de enfermeiras, este criado pela diretoria do Departamento de Saúde Pública que nessa época era o médico sergipano Dr. José Rodrigues Bastos Coelho que, vendo as necessidades da população, resolveu criar o curso em caráter emergencial, mesmo sem uma enfermeira diplomada para supervisionar as enfermeiras-visitadoras. Ressalta-se que, o referido médico, tendo o conhecimento prévio sobre a EEAN³⁸ e seu programa, convidou os colegas também médicos, dentre eles o Dr. Augusto Leite, para lecionar uma das disciplinas, logicamente com adaptações, ou seja, com redução na quantidade de assuntos e carga horária.

Compreende-se que, a escolha do Hospital Cirurgia foi tanto para facilitar o trabalho dos médicos, durante as aulas práticas, já que eles já trabalhavam no local, quanto para a alunas visto que agregariam o conhecimento teórico aliado com a prática, facilitando o contato com os pacientes.

Figura 35- Hospital de Beneficência Cirurgia



Fonte: Álbum Fotográfico de Aracaju, 1931. Disponível em: APMA, pacotilha A-27.

No que se refere a enfermagem profissional, compreende-se, a partir das sugestões dada pelo Dr. Bastos Coelho, na promulgação do decreto, e diante da necessidade da população, o estado precisava organizar os serviços de saúde pública. No entanto, faltava o número suficiente de profissionais, principalmente enfermeiras diplomadas, para formar mais visitadoras e auxiliar os médicos no atendimento às necessidades de saúde da população, atuar nos postos de saúde, principalmente na educação sanitária e visita domiciliares.

A partir do contexto histórico e a necessidade de mudanças no perfil epidemiológico da saúde, ampliou-se o campo de atuação com a inserção das enfermeiras. Tais ações repercutiram na necessidade de formação em nível superior, pois “[...] não haveria como transformar o paradigma sanitário e o sistema de saúde sem atuar na formação dos profissionais” (FEUERWERKER; LIMA, 2002, p. 169).

Entretanto, diante dos problemas de saúde que acometiam a população, era necessário um plano emergente e eficaz, pois os estados não tinham condições de criar escolas de enfermagem, até porque faltava professores. De modo que,

O Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema também salientou a necessidade de criação de outras escolas de enfermagem em todos os estados, mas como entendia que ainda não era possível, sugeriu que “os governos estaduais facilitassem a vinda de moças preparadas a fim de cursarem a Escola ‘Anna Nery’ que é o estabelecimento padrão para todo o país” (FGV, CPDOC, arquivo Gustavo Capanema). Segundo seu

entendimento, tal empenho se justificaria no sentido de *“facilitar o preparo destas indispensáveis auxiliares dos serviços de saúde pública, quando bem instruídas”* (FGV, CPDOC, arquivo Gustavo Capanema). Almeida Filho (2004 apud CAPANEMA, 18?)³⁵

Nesse sentido, anterior ao decreto que criou o Departamento de Saúde Pública de Sergipe, foi nomeado como diretor o Dr. Jose Rodrigues Bastos Coelho³⁶ e, com o apoio do Dr. Simeão Vieira Sobral, após ver a propaganda de matrículas da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), no Rio de Janeiro, foi conhecer e logo fez contrato, conforme ofício enviado a diretora da escola Bertha Pullen, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe,

Departamento de Saúde Pública de Sergipe
Expediente do dia 12 de maio de 1931
Offícios expedidos

A' exma. D. Bertha Pullen, directora da Escola de Enfermeiras <D. Anna Nery>, no Rio Janeiro – Tenho a grata satisfação de vos comunicar que de acordo com o compromisso assumido por ocasião da visita que fiz a esse estabelecimento em fevereiro do corrente anno, após uma propaganda da Escola que brilhantemente dirigis, consegui alistar 8 senhorinhas da sociedade desta capital, para se matricularem nessa Escola, para o que junto as respectivas folhas de admissão. E' desnecessários dizer-vos que todas essas senhorinhas, dentre ellas cinco professoras diplomadas da Escola Normal, são moças de apreciáveis virtudes, inteligência e grande entusiasmo pela profissão que vão abraçar. Confio em que essa Directoria tenha na melhor conta, dispensando ás novas candidatas o apreço que bem merecem, oficialmente a 1ª turma que este Estado talvez o primeiro do Brasil, encaminha para essa Escola, ás suas expensas, afim de futuramente ser beneficiado com os conhecimentos que essas jovens sergipanas ahi receberão.

Saude e fraternidade. (SERGIPE, 1931)³⁸

Analisando o presente ofício, destaca-se que, dentre as 8 moças, 5 são professoras diplomadas na Escola Normal, isso significa que o curso normal era um

³⁵ Segundo Almeida Filho (2004, p. 122-3), Este documento localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), encontrava-se no Arquivo Gustavo Capanema. Embora não conste de um destinatário, nem esteja datado, expressa o entendimento deste representante do Estado, quanto a importância da enfermeira nos serviços de saúde pública no país, pois, o título do documento é “Enfermeiras de Saúde Pública”.

³⁶ Jose Rodrigues Bastos Coelho (1889-1932), médico sergipano, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1913, defendendo a tese “Defesa da maternidade”. Trabalhou em várias cidades de Minas Gerais. Foi um dos fundadores da Cruz Vermelha de Santos. Higienista e médico do corpo de saúde do Exército Nacional. Colaborou para os jornais, “Estado de Sergipe”, “Correio de Aracaju, entre outros. Escreveu: “Os contrastes na praia Grande”, “Saneamento do interior”, entre outros. No primeiro governo de Augusto Maynard (1931), foi diretor do departamento de saúde pública do Estado de Sergipe. Disponível em: <http://academiasergipanamedicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31909> >Acesso em: 15 fev. 2019.

pré-requisito. Este fato foi confirmado em telegrama³⁷ da diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery para o diretor do Departamento de Saúde Pública que diz, “Ainda não recebemos os certificados das Escolas Normais, os quais são imperativas para a admissão, e não seria aconselhável fazerem a viagem, antes que estes documentos tenham chegado as nossas mãos”. Entre outras exigências, como fotografias, documentos de identificação, todas candidatas deveriam ir munidas da documentação, caso contrário não seriam aceitas.

O segundo ponto, é referente a informação “oficialmente a 1ª turma que este Estado encaminha para essa Escola”, realmente não foi encontrado nas fontes sobre este fato. Contudo, foi encontrado no Centro de Documentação da EEAN a ficha de inscrição de uma sergipana³⁸ que foi diplomada na primeira turma da escola. Ainda não se sabe se a mesma cursou por iniciativa e recursos próprios ou se teve auxílio do governo do estado. Entretanto, não foi encontrado nenhum registro da atuação da referida no seu estado natal, enquanto que Opelina, graduada em 1934, retornou para seu estado de origem contribuindo substancialmente para o desenvolvimento da saúde pública e da enfermagem sergipana, que será analisado adiante.

Nessa perspectiva, o Dr. Bastos Coelho começou a fazer a propaganda nos Jornais e Diário Oficial, em abril de 1931, no qual enviou um exemplar para a diretora da EEAN, uma forma de demonstrar que estava honrado com o compromisso firmado anteriormente. Assim sendo, convidou as moças que se enquadravam nas exigências da referida escola a se matricular, além daquelas que leram o jornal.

Escola de Enfermeiras D. Anna Nery

São convidadas todas senhoritas que não são diplomadas, inscritas para matrícula da Escola de enfermeiras D. Anna Nery, da capital federal, a comparecerem na secretaria deste serviço para receberem instruções. A Diretoria deste serviço dispõe de três vagas para candidatas que sejam diplomadas, ou que tenham preparatórios³⁹.

De miss Bertha L. Pullen, diretora da Escola de Enfermeiras, d. Anna Nery- Tenho em mãos o número do <Jornal de Notícias>, de Aracaju, de 21 de

³⁷ SERGIPE, Diário Oficial do Estado, Pacotilha JDE-41, Julho-Setembro de 1931. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

³⁸ Ao analisar os dossiês das primeiras turmas formadas na EEAN (1923-1925) foi encontrado o registro de uma aluna que declarava em sua ficha de inscrição ser do estado de Sergipe. Seu nome é Noelia Almeida Costa, iniciou a graduação em enfermagem 19 de fevereiro de 1923 e concluiu o curso em 19 de junho de 1925, sendo ela a primeira enfermeira diplomada pela EEAN. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1927)

³⁹ SERGIPE, Diário Oficial do Estado, Pacotilha JDE-23, Abril-junho de 1931. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

março último onde fomos encontrar, jubilosas, as referências elogiosas ao ensino de enfermagem da Escola de Enfermeiras, d. Anna Nery, graças ao precioso auxílio de v. ex. (SERGIPE, 1931)³⁶

No que se refere às 8 (oito) mulheres, foram enviadas ao Rio de Janeiro, para que realizassem sua formação superior na EEAN e, ao retornarem a Sergipe, trabalhassem na organização dos Serviços de Saúde do estado. Essa informação foi encontrada também no Diário Oficial do Estado, que descreve: “Seguiram ontem, pelo paquete Itapura, para a capital federal, onde vão cursar a Escola de Enfermeiras < d. Anna Nery>, as senhorinhas Opelina Rollemberg, Renilde de Moura Reis, Rosa Viterbo Pinto, Generosa Rocha, Noemia Santos, Maria de Lourdes Alves e Marietta Lopes”. (SERGIPE, 1931).

Assim, esse momento representa a libertação para essas moças sergipanas, considerando a época, tendo em vista que imperava a opressão feminina, contudo essas e outras mulheres conseguiram vencer os obstáculos por meio da educação. Pois, “o aumento da consciência acarretou a descoberta da “verdadeira” identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação” (BURKE, 1992, p. 83)

Assim sendo, os conhecimentos de saúde, aliados à experiência pedagógica e o diploma do curso normal sendo pré-requisitos da primeira faculdade de Enfermagem brasileira nos moldes nithingaleanos (EEAN), no Rio de Janeiro, contribuíram para sua inserção na enfermagem. Além disso, foi destacado não somente os percursos educacionais e a evolução das práticas pedagógicas e de seus agentes, mas também permitiu compreender o contexto em que ocorreram.

Opelina Rollemberg fez parte do primeiro grupo oficialmente enviado o Rio de Janeiro para cursar enfermagem na primeira Escola de Enfermagem no molde nithingaleano do Brasil, com o auxílio do governo do estado, por meio do diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Ressalta-se que, para a matrícula era necessário que a candidata portasse a devida documentação, juntamente com o diploma da Escola Normal, este habilitava a entrada sem exame vestibular, passando somente pelo exame físico, de acordo com o comunicado enviado para o Dr. Bastos Coelho anterior a ida das moças a EEAN:

Com relação as diplomadas já deve V. Ex. estar de posse da minha resposta telegráfica em que dizia ser somente necessário o exame physico para aquellas que são de escolas oficialmente reconhecidas, quer d'aqui, quer dos estados. Quanto as outras candidatas sem preparatórios, terão ellas que se submeter á exame de admissão, elaborado dentro do programma que junto envio a V. Ex. (UFRJ/CEDOC/EEAN, 1931)

Quanto aos requisitos de admissão, embora não ter sido possível encontrar o Estatuto de 1931, foi analisado o referido documento de 1934-1935. Entre as condições exigidas pela escola, além do diploma da Escola Normal, era necessário também que as candidatas estivessem saudáveis, não portadoras de deficiência e comprovar estado vacinal. Além disso, deveriam apresentar boa conduta, ser solteiras, viúvas ou legalmente separadas dos seus maridos. (BRASIL, 1934)

O processo histórico da EEAN, teve início em 19 de fevereiro de 1923, quando sob a inspiração e direção do Professor Dr. Carlos Chagas, a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), conforme analisado anteriormente, foi instituída e aberta para a formação de enfermeiras. Estas, por sua vez, atenderiam não somente as necessidades de saúde dos pacientes nos hospitais e em domicílios, como também atuariam na organização dos serviços de enfermagem de saúde pública, bem como contribuiriam para a formação de novas enfermeiras a fim de expandir a profissão em âmbito nacional, sendo designadas pelo DNSP para a promoção de saúde e prevenção das moléstias. (BRASIL, 1934)

Quanto ao funcionamento do curso na EEAN, a escola disponibilizava de residência (figura 33) para alunas, as quais residiam durante o curso e o pavilhão de aulas (figura 31) devidamente aparelhados para o ensino das alunas que preenchessem aos requisitos de admissão. Durante o curso, as aulas teóricas eram estritamente correlacionadas com a prática, tendo como suporte os laboratórios e os Hospitais São Francisco de Assis e São Sebastião. Estes possuíam, além de enfermarias de obstetrícia, oftalmologia, pediatria, o curso especial para lactentes, abordando principalmente sobre o preparo de dietas para crianças. Além disso, tinha a parte prática de enfermagem de saúde pública, oportunidade em que as alunas trabalhariam e estudariam sob a direção de uma enfermeira diplomada, como Instrutora de Saúde Pública (BRASIL, 1934).

Figura 36- Laboratório de Dietética



Fonte: BRASIL, 1934.

Assim sendo, estando a personagem dentro das exigências descritas acima, e após submeter-se ao exame físico, foi matriculada na escola em 14 de junho de 1931, como demonstrado na ficha de admissão (figura 37), preenchida a próprio punho.

Figura 37- Ficha de admissão de Opelina Rollemberg na Escola de Enfermagem Anna Nery

Descrever em 50 palavras, no máximo, as suas idéias sobre a obra da enfermeira, o objetivo da profissão e porque razão se decidiu dedicar-se à Arte de Enfermeira.

Commeçando com alguns deontes auxiliando nos seus tratamentos, compreendi quanto é útil, nobre e humanitário o papel da enfermeira, que é por excellencia uma autêntica missão assumida a mulher. Tento, ante a idea nobre de Dr. Bas. dos Santos, não hesitar em abistar-me na l. gão das enfermeiras — sacerdotisas da religião da caridade.

Assinatura Opelina Rollemberg
 Data Paracatu, 14 de Junho de 1931

(Esta Folha de admissão deve ser enchida pela propria candidata, á letra de mão)

FONTE: (UFRJ/CEDOC/EEAN, 1931)

Quadro 21– Transcrição da ficha de admissão, figura 37.

Convivendo com alguns doentes, auxiliando nos seus tratamentos, compreendi quanto é útil, nobre e humanitário o papel da enfermeira, que é por excellencia uma sublime missão reservada á mulher. Então, ante a idea nobre do Dr. Bastos Coelho, não hesitei em alistar-me na legião das enfermeiras. – “sacerdotisas da religião sanitária”.

Opelina Rollemberg

Aracaju, 14 de Junho de 1931.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Entretanto, identificou-se, a partir deste documento, que Opelina já ofertava os cuidados de enfermagem antes mesmo da sua formação, sendo uma das razões que a motivou a fazer a graduação em enfermagem, considerada na época como uma missão reservada às mulheres. Ressalta-se que, como analisado na seção 2, durante a formação na Escola Normal, estudou e recebeu instruções sobre os cuidados com a higiene corporal e escolar, além de noções sobre doenças infectocontagiosas da época.

Apesar de não ter sido encontrado nas fontes sobre a sua atuação fora do ambiente escolar, mas diante das necessidades de saúde em que se encontrava a população, considerando atuação da Fundação Rockefeller no estado até 1927, possivelmente ela tenha participado das ações de saúde promovida pela instituição ou por caridade. Chama a atenção a frase cita por ela, “sacerdotisas da religião sanitária”, o cuidado com os enfermos desde os tempos remotos era desenvolvido pelas mulheres e por religiosas sobretudo da Igreja Católica. Destaca-se que, a frase foi mencionada no discurso de Clementino Fraga (1880-1971)⁴⁰ na formatura da primeira turma da EEAN em 1925, constatado tanto no Estatuto da escola de 1934, como no Diário Oficial de 1945.

PARA TODA ENFERMEIRA

[...]Sacerdotisas da religião sanitária, Deus as ilumine com a coragem de fazer o bem, sem distinção de pessoa, nem mira feita na recompensa terrena e a fé tranquila, como a lâmpada do santuário, jamais se apague no culto de

⁴⁰ Clementino Fraga (Clementino da Rocha Fraga) nasceu em Muritiba, BA, Formou-se pela Faculdade de Medicina de seu Estado natal, em 1903. Recém formado, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu a medicina nos subúrbios de Santa Cruz e Piedade. Em 1906, fez concurso para Inspetor Sanitário, passou em primeiro lugar, tendo como chefe Osvaldo Cruz, posteriormente escreveu a sua biografia. Durante doze anos lecionou e clinicou em Salvador. Em 1925, foi transferido da Faculdade de Medicina da Bahia para a do Rio de Janeiro, ocupando a cátedra até se aposentar em 1942. De 1937 a 1940 de Secretário Geral de Saúde e Assistência no Distrito Federal, já com o título de professor emérito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/clementino-fraga/biografia>> Acesso em: 16 jan. 2020.

seu nobilíssimo desígnio. A elle sirvam sempre com a alma toda “o sol no coração” [...]. (UFRJ/CEDOC/EEAN, 1934).

Nesse contexto, é possível afirmar que a história das práticas de saúde era intimamente ligada à prática religiosa. No Brasil, desde os primórdios, a Igreja Católica influenciou em vários segmentos da sociedade brasileira, sobretudo na educação e na saúde (GIOVANINI et al., 2002). Na década de 1930, a referida instituição religiosa, serviu de base de apoio durante o período varguista que, por sua vez, retribuía atendendo aos interesses dela. A confirmação dessa parceria foi identificada, dentre outras situações, durante a inauguração da imagem do Cristo Redentor no alto do Corcovado: o evento contou com a presença de todos os chefes de estado e de vários bispos provenientes de todo o país. (BARREIRA et al., 2015)

Sobre o percurso de formação de Opelina Rollemberg, serão destacadas algumas memórias durante sua estadia como aluna na EEAN, correlacionando com alguns aspectos do ensino obtidos no Estatuto da escola de 1934, ano em que a personagem concluiu o curso. Em relação ao curso de enfermagem, este tinha duração de 3 anos, sendo que o primeiro semestre era considerado como primeira experiência. Assim, durante esse tempo, a aluna recebeu um curso intensivo de teoria sobre assuntos das disciplinas como anatomia, fisiologia, como também, aprendia-se sobre ética e enfermagem em Saúde Pública. Além disso, passava por um período de estágio com o tempo de preparação necessário para poder adquirir o conhecimento da prática, referente às matérias ensinadas em aula.

E nesse tempo que as alunas tinham as oportunidades de aprendizagem no campo da enfermagem, como o contato com o paciente a fim de verificar as suas necessidades de saúde e executar os cuidados de enfermagem, possibilitando à aluna ter uma noção sobre a rotina de trabalho de uma enfermeira. Contudo, caso a aluna quisesse seguir a profissão, poderia deixar a escola em qualquer tempo, ou a Diretoria poderia dispensá-la, caso não tivesse as competências necessárias. Ressalta-se que, caso a aluna precisasse faltar às aulas por motivo de doença ou qualquer motivo, seria compensado no fim do período letivo.

Neste contexto, nas fichas de avaliação de Opelina, enquanto aluna, nota-se que a ela se dedicou aos estudos e ao cuidados aos doentes, no campo de estágio.

Contudo, no primeiro ano de prática (1932), seu comportamento não foi adequado, mas foi melhorando com o tempo, conforme destaca o relatório mensal das disciplinas Enfermagem em Clínica Médica, Saúde Pública e Obstetria, onde os seus supervisores fizeram comentários⁴¹ quanto à sua dedicação e atitudes.

Atitude profissional má, aspera para os doentes, colegas e chefe. Tem pouco interesse pelo serviço (MIRANDA, 1932).

Seu serviço está muito melhorado, tem interesse e tem vontade pelo serviço, atitude quando repreendida muito melhor, seu modo com os doentes e demais pessoas muito mais delicado. Si continuar assim poderar (parte ilegível) a fazer serviço (MIRANDA, 1933).

Seu trabalho foi muito bom. Atitude profissional desagradada um pouco, fala um tanto alto na enfermagem” (MZEIGIS, 1934).

Uniforme limpo e nítido. Boa atitude. Cooperadora.mostra muito interesse pelo serviço. Dará uma boa Enfª de S. Publica (CELIA, 1934).

Referente às demais alunas de Sergipe, os seus relatórios demonstram que das 8 (oito) sergipanas enviadas para a EEAN, apenas 3 (três) concluíram o curso: Opelina Rollemberg e Renilde Moura, diplomadas em 1934, assim como Generosa Rocha, em 1935. Quanto às demais, não foram diplomadas por descumprimento de regras da escola, sendo Rosa Viterbo, por ter recusado fazer a atualização vacinal; Marieta Lopes, Noeme Mendonça e Maria de Lourdes Alves por faltar requisitos. Ressalta-se que não foram encontradas informações sobre o retorno delas ao estado, somente de Opelina. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1934).

Esses relatórios, bem como a avaliação, eram um dos requisitos do curso, eram realizados após o término da disciplina, cuja a aprovação final dependia da avaliação do trabalho prático nas enfermarias, da conduta dentro e fora do serviço, além da frequência e dos trabalhos práticos nas aulas em geral, sendo estes obrigatórios, como também o grau de aproveitamento anual, essenciais para o recebimento do diploma. Ressalta-se que a frequência de qualquer aluna, em qualquer época, poderia ser suspensa pelo corpo docente, caso este julgasse, caso houvesse falta de ética ou adaptabilidade a prática de enfermagem não estivesse em conformidade com o padrão da Escola e da profissão.

⁴¹ A presente pesquisadora fez a opção de manter a grafia original dos comentários.

No que se refere ao diploma conferido pela instituição formadora, sua representação vai além do que é exigido legalmente: significa a comprovação da aquisição do conhecimento pelo indivíduo do capital cultural institucionalizado, ou seja, sobre a área de formação. Na visão de Bourdieu, “o certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais” (BOURDIEU, 2014, p. 82). Também se constitui um instrumento simbólico, na busca por melhor posição no campo.

Nessa perspectiva, Opelina Rollemberg seguiu as normativas da escola, atendeu às expectativas que o corpo docente esperava dela, pois caso não tivesse sido, não teria sido convocada pela EEAN após a sua formação. De modo que a personagem se tornou aluna remunerada da escola de 1 de janeiro de 1932 a 8 de Julho de 1934, concluindo seus estudos no final do mesmo ano. Posteriormente, foi admitida como instrutora de alunas também chamada de enfermeira interna da EEAN em 2 de dezembro de 1935, sendo que tomou posse e passou a exercer a função em 2 de Janeiro de 1936, conforme o mapa do tempo de serviço. Nota-se, a partir desse momento passou a exercer a profissão integralmente.

Figura 38 - Mapa do Tempo de Serviço

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

MAPA DO TEMPO DE SERVIÇO
T. N. O. _____
Função _____

NOME *Opelina Rollemberg*

ANO	FREQUÊNCIA												Total de frequências	FALCAS			SOMA	OBSERVAÇÕES		
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		Faltadas	Justificadas	Exercício				
1932	31	27	27	30	31	30	31	31	30	29	30	27				266				<i>Aluna remunerada de 1-1-32 a 8-7-34. Enfermeira Admitida conforme Decreto de 2-12-35. Tomou posse em 2-1-36. Enfermeira Interna a p/d de 2-4-36. Fiquem em conta as pagas desta Escola até setembro de 1941.</i>
1933	31	28	31	30	31	30	31	30	31	30	31					265				
1934	31	29	31	30	31	30	8									189				
1935																				
1936																				
1937																				
1938																				
1939																				
1940																				
1941																				
TOTALS												920								

Em 14.10.1938
Opelina Rollemberg
Secretária

920 (365
190 Ia 196 (336
10d.

VISTO

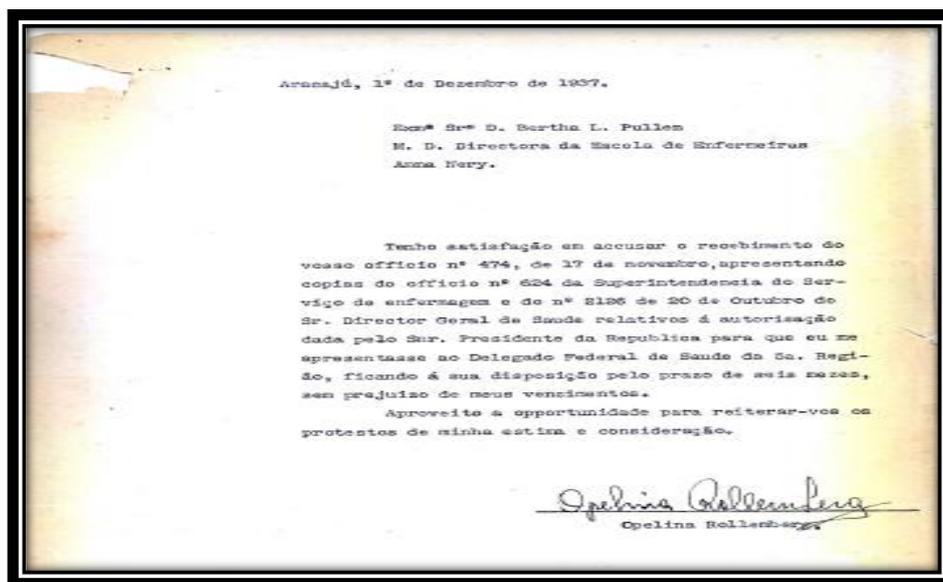
Fonte: (CEDOC/EEAN/UFRJ, 1934)

Dessa forma, a primeira atuação de Opelina Rollemberg como enfermeira diplomada foi como docente da EEAN, contudo, conforme previsto quando ela foi enviada juntamente com as demais colegas para se formarem na referida escola, elas voltariam a Sergipe. Assim sendo, em 11 de setembro de 1936, por meio do ofício nº 1609 expedido por Dr. João de Barros Barreto, Diretor Nacional de Saúde e Assistência Social, para a Superintendente do Serviço de Enfermeiros que, naquela época, era Bertha Pullen, solicitou a liberação, por empréstimo, da Enfermeira Opelina para voltar e organizar o serviço de visitadoras do estado pelo prazo de três meses.

Contudo, ocorreu um impasse, pois a diretora alegava que a escola estava com o quadro reduzido de enfermeiras-instrutoras para dar aulas, devido que algumas estarem de licença e outras foram remanejadas para outros serviços. Além disso, afirmava que teria o máximo de prazer de dispensar a Opelina Rollemberg, se a mesma pedisse demissão. Quanto as outras

Diante da necessidade da população sergipana, que fora acometida por diversas epidemias, era necessário aumentar o quadro de profissionais, sobretudo na área de enfermagem para atender a demanda. Assim, como em Sergipe ainda não tinha enfermeira diplomada, era necessário a vinda das enfermeiras sergipanas que foram formadas pela EEAN, como Opelina foi a primeira da turma a concluir o curso, foi solicitado o seu retorno ao estado. Contudo, diante das tensões, era necessário a intervenção do Ministério da Educação e Saúde com autorização do Sr. Presidente da República Getúlio Vargas e, finalmente, em 25 de novembro de 1937, a Enfermeira foi colocada à disposição da Delegacia Federal de Sergipe, por seis meses, sem prejuízos aos seus vencimentos, para que desempenhasse suas funções no Departamento de Saúde Pública do Estado, conforme consta no ofício enviado por Opelina para a diretora da escola.

Figura 39 – Ofício enviado por Opelina Rollemberg para a diretora da EEAN.



Fonte: (CEDOC/EEAN/UFRJ, 1938).

Quadro 22- Transcrição do ofício, figura 39

<p>Aracaju, 1º de Dezembro de 1937.</p> <p>Exmª Srª D. Bertha L. Pullen M.D. Directora da Escola de Enfermeiras Anna Nery.</p> <p>Tenho satisfação em accusar o recebimento do vosso officio nº 474, de 17 de fevereiro, apresentando copias do officio nº 694 da Superintendente de Serviço de Enfermagem e de nº 2126 de 20 de Outubro do Sr. Director Geral de Saúde relativos à autorisação dada pelo Snr. Presidente da Republica para que eu me apresentasse ao Delegado Federal de Saude da 5ª Região, ficando á sua disposição pelo prazo de seis mezes, sem prejuízo de seus vencimentos.</p> <p>Aproveito a oportunidade para reiterar-vos os protestos de minha estima e consideração.</p> <p>Opelina Rollemberg</p>

Fonte: quadro criado pela pesquisadora, 2020.

Nesse sentido, esse movimento para definir o retorno de Opelina, caracteriza-se como tensão educacional que por sua vez é definido como:

O movimento de ação e reação dos sujeitos envolvidos no processo educacional diante de situações postas diante deles e que os impelem a reagir tomando atitudes que são uma reação direta, mas nem sempre explícita, ao ato que a causou. São elas que contribuem para a delimitação de fronteiras entre o que é aceitável, ou não, e que definem seus comportamentos no âmbito profissional. (AMORIM, 2014, p. 5)

Corroborar-se em Amorim (2014), referente às situações de tensão que envolvem os indivíduos, a exemplo do contexto vivenciado por Opelina Rollemberg. Nesse caso, a personagem estava em uma conjuntura desconfortável, no sentido de

reagir e tomar uma atitude, pois não dependia dela a decisão, restava somente o cumprimento do acordo firmado em 1931. Sobre a reação da personagem, apesar de não ter sido descrito nas fontes, compreende-se que a mesma não pediu demissão e nem foi demitida, segundo consta no seu mapa de tempo de serviço, que figurou na folha de pagamento até setembro de 1941. Assim, o desfecho da dessa conjuntura foi a vinda dela, conforme consta em seu discurso na formatura da primeira turma de Enfermeiras- Visitadoras em 1939.

Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de Sergipe.

Há 15 meses voltei a Aracaju para organizar o serviço de Enfermeiras Visitadoras de Sergipe, graças a indicação do Dr. Lauro Hora. dd. Diretor do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, naquela época, com apoio de V. Excia. E designação do dr. Barros Barreto, diretor nacional de Saúde. Estou certa que não poupei esforços para bem desempenhar o que esperava de mim o Departamento Nacional de Saúde, o Estado de Sergipe, Escola “Anna Nery” e a minha profissão. Por circunstancias independentes da minha vontade só há 6 meses encontro-me integrada nas funções para que fui designada (SERGIPE, 1939).

A partir da análise dos processos formativos de Opelina Rollemberg, percebemos a importância da educação familiar e da escola que teve e tem uma função importante na vida das pessoas. Apesar das amarras, desafios para a implantação e manutenção dos sistemas de Instrução e Saúde Pública no país e, principalmente em Sergipe, fica evidente o papel transformador do campo educacional, respectivamente no magistério e da enfermagem, na vida dessa personagem.

Portanto, nessa seção, foi possível notar a inserção de Opelina na enfermagem e a primeira experiência como enfermeira diplomada, que foi a docência na instituição formadora. Também analisou-se a função e a importância da escola para a formação da aluna, visto que é essa instituição que vai moldar o indivíduo de acordo com suas regras que, supostamente, após a sua formação, irá reproduzir nas suas práticas profissionais o conhecimento adquirido.

3.1 Contribuições de Opelina Rollemberg para a Enfermagem Sergipana.

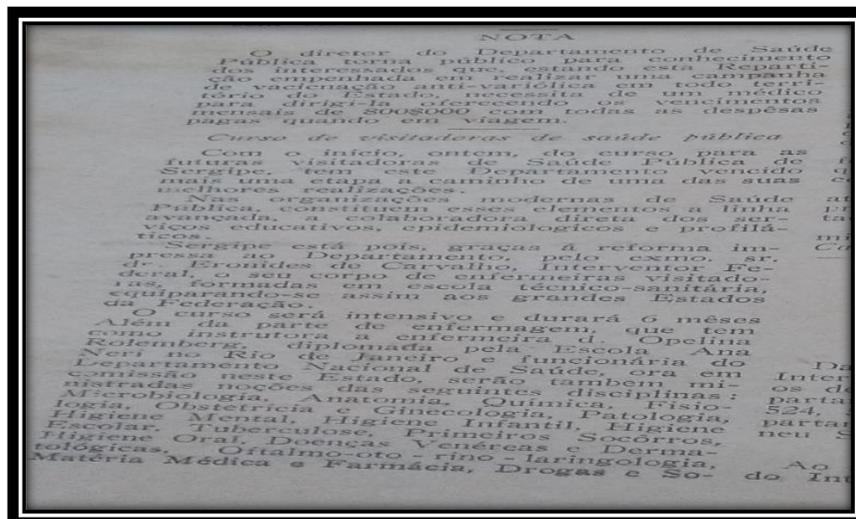
Opelina Rollemberg retornou ao seu estado de origem, em 16 de novembro de 1937, como Enfermeira-Chefe do Ministério da Educação e Saúde à disposição do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Assim, nesta seção serão analisados os fatos dessa trajetória que compreende o terceiro marco entre os anos de 1938-1942.

Analisando as edições de Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1938, buscando por informações sobre a atuação de Opelina Rollemberg, estas começaram a ser publicadas a partir do segundo semestre, especificamente no mês de agosto. Anterior a esse período, verifica-se uma intensa propaganda do curso de enfermeiras-visitadoras, publicada na referida imprensa Oficial sergipana. Compreende-se que, o curso de visitadoras foi uma das primeiras contribuições de Opelina para ajudar na organização da saúde pública do seu estado de origem.

Edital Curso de Visitadora: De ordem do sr. Dr. Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública, torno público, para conhecimento das interessadas, que, a partir desta data e pelo prazo de 15 (quinze) dias acham-se abertas na secretaria desta repartição as inscrições para o curso de visitadoras de saúde pública deste departamento. As candidatas deverão fazer acompanhar seus pedidos de inscrições dos documentos seguintes:

- I) Certidão de idade, provando ser maior de 18 e menos de 30 anos;
- II) Atestado de vacina contra varíola;
- III) Atestado de Saúde;
- IV) Certificado do Curso Ginásial, de preparatório ou diploma de escolas Normais oficiais ou oficializadas do estado;
- V) Atestado de Idoneidade Moral. (SERGIPE, 1938)

Figura 40 – Nota do Curso de visitadora de saúde pública do Estado de Sergipe.



Fonte: APMA, pacotilha JDE-67,1938.

O Curso de Visitadoras de Saúde Pública, considerado pelo diretor do departamento, Dr. Bastos Coelho, como umas das melhores realizações, por intermédio do Interventor Federal Dr. Eronides de Carvalho. Assim, tornou-se um marco para a saúde em Sergipe, pois, segundo o diretor, este curso era o primeiro passo para a implantação de “organizações modernas de Saúde Pública, constituem esses elementos a linha avançada, a colaboradora direta dos serviços educativos, epidemiológicos e profiláticos”. De modo que, o quadro de enfermeiras visitadoras sergipanas formadas pela qualidade do ensino, pode ser comparado com o dos “[...] grandes Estados da Federação”, neste caso se referindo ao Rio de Janeiro e São Paulo, sendo este último, segundo Avanzini (2019), em 1924, foi implantado o curso de educadora sanitária no Instituto de Hygiene de São Paulo.

Nota-se que, após a implantação do Departamento de Saúde Pública de Sergipe (DSP), os diretores passaram a publicar as ações desenvolvidas no departamento e os boletins estatísticos no Diário Oficial do Estado e sobretudo o curso de enfermeiras-visitadoras. Assim também ocorreu na gestão de João de Barros Barreto, responsável pela política nacional de saúde, como Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), entre 1938 e 1945. Neste período promoveu a extensão dos postos de saúde no território nacional e estruturou os serviços de combate às doenças. Além disso, “atribuiu também prioridade ao registro estatístico das campanhas de saúde pública, contribuindo para a implantação de um sistema de informações sobre as doenças transmissíveis e a captura de vetores”. (FINKELMAN, 2002, p. 46)

Nessa perspectiva, o curso de enfermeiras-visitadoras em Sergipe foi iniciado em 3 de agosto de 1938, com duração de 6 meses, tendo como professora a enfermeira Opelina Rollemberg. No que se refere às disciplinas, foram selecionadas tendo como base o currículo da EEAN, conforme publicação no Diário Oficial do Estado (figura 40) e no discurso do diretor do DSP, ao afirmar que, “O curso foi realizado dentro do mais absoluto rigor e aproximado tanto quanto possível, do tradicional Curso de Enfermeiras da Escola Anna Nery”⁴².

⁴² Discurso proferido pelo Dr. Claudio Magalhães, diretor do Departamento de Saúde Pública, na solenidade da colação de grau da primeira turma de enfermeiras visitadoras, em 01/02/1939, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe. Disponível em: APMA, pacotilha JDE- 69

Quadro 23- Transcrição da Portaria 25, publicada no Diário Oficial do Estado Sergipe de 1939.

Portaria n. 25 (Diário Oficial, pág. 1185, 29 de abril de 1939)

O Dr. Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, de acordo com as atribuições constantes da portaria n. 4 do departamento, baixada de conformidade com o Decreto-Lei n. 98 de 1 de Julho de 1938 da Interventoria Federal neste Estado resolve baixar as seguidoras deste Departamento o Curso de Visitadoras do Departamento de Saúde Pública, será dirigido por uma comissão de Admissão, composta de três membros que obedecerá ao seguinte Regulamento: Matrícula e registro. Os pedidos de admissão devem ser dirigidos á comissão, acompanhados dos seguintes documentos: I) Certidão de idade, provando serem maiores de 18 anos e menores de 30 anos; II) Atestado de Vacina contra a varíola; III) Certificado do Curso do Ateneu, de preparatórios ou diploma de escolas normais oficiais ou oficializadas do Estado; IV) Atestado de idoneidade moral. Antes de serem admitidas ao curso, todas as candidatas que deverão ter mais de 18 anos e menores de 30, submeter-se-ão a exame de sanidade perante à Junta Médica do Departamento de Saúde Pública. Os pedidos de admissão serão estudados pela comissão de admissão, sendo as candidatas avisadas se foram ou não matriculadas no curso, e a data em que se devem apresentar. Será de 30 o número de matrículas. Requisitos do curso. A frequência ás aulas e ao trabalho prático é obrigatório. Os exames serão feitos ao terminar o programa de cada cadeira. A aprovação final do curso dependerá do relatório geral que constará dos relatórios parciais sobre os trabalhos práticos, aulas teóricas e conduta das alunas. A frequência ao curso poderá ser sustada, em qualquer época, caso o comportamento da aluna ou adaptabilidade a prática da enfermagem não se conforme com a ética da profissão. Despesas durante o curso. A instrução será gratuita. (Uniformes). As alunas nos 4 primeiros meses usarão aventais. Durante os dois últimos meses do curso usarão uniformes oficial das visitadoras de Saúde Pública. Ambos os modelos serão fornecidos pela comissão da admissão. Programa do curso. Curso preparatório: Duração 4 meses. Anatomia- 20 hs, fisiologia-15hs, química aplicada- 15 hs, microbiologia-15hs, patologia interna-15hs, patologia externa-15hs, higiene mental e psiquiatra-20hs, higiene escolar-10hs, higiene infantil-15hs, tuberculose-10 hs, ophtalmo-oto-rhino-laringologia-15hs, higiene oral-10hs, obstetrícia e ginecologia-15 hs, doenças venéreas e dermatologia-10 hs, lepra-5hs, matéria médica e farmacologia-10hs, drogas e soluções-8hs, doenças infecto-contagiosas-20hs, higiene saúde pública-15hs, Ética de enfermagem- 8hs, higiene-individual-8hs, história de enfermagem-8hs, ataduras-10hs, técnica de enfermagem- aulas teóricas, curso especializado em saúde pública com duração de 2 meses. Neste período as alunas realizarão todo trabalho de saúde pública em aprendizagem. Terminando o curso serão conferidos as alunas certificados que as habilitarão ao exercício do cargo de visitadoras do Departamento de Saúde Pública, de acordo com a classificação obtida.

Departamento de Saúde Pública,
Aracaju, 27 de abril de 1939,
Dr. Claudio Magalhães da Silveira, diretor geral

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2020.

Com base no Dossiê da personagem (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1934) quanto as matérias do curso da EEAN em 1931, e utilizando as informações da Portaria 25 (quadro 23), referente às disciplinas e carga horária do curso de enfermeiras-visitadoras, foi elaborado um quadro demonstrativo das disciplinas de ambos os cursos.

Quadro 24- Disciplinas do Curso de Enfermagem da EEAN e do Curso de Visitadoras.

Disciplinas do Curso de enfermagem da Anna Nery (1931)	Carga horária	Curso de enfermeiras-visitadoras (1938)	Carga Horária
Anatomia e Psysiologia	60h	Anatomia	20 h

Chimica Aplicada	45h	Fisiologia	15h
Microbiologia	45h	Química Aplicada	15h
Pathologia Interna	30h	Microbiologia	15h
Pathologia Externa	30h	Patologia Interna	15h
Enfermagem Psychiátra	30	Patologia externa	15h
Hygiene Pessoal	15h	Higiene mental e psiquiatria	20h
Hygiene Infantil	20h	Higiene escolar	10h
Tuberculose	12h	Higiene infantil	15h
Ophtalmo-oto-rhino-laringologia	5h	Tuberculose	10hs
Obstetrícia e Gynecologia	20h	Ophtalmo-oto-rhino-laringologia	10h
Doenças Venereas	12h	Higiene Oral	10
Doenças Contagiosas	30h	Obstetrícia e ginecologia	15h
Matéria médica	30h	Doenças venéreas e dermatologia	10h
Drogas e Soluções	15h	Lepra	5h
Higiene e Saúde pública	20h	Matéria médica e farmacologia	10h
Ethica	15h	Drogas e soluções	8hs
História de enfermagem	15h	Doenças infecto-contagiosas	20hs
Aplicação de Ataduras	10h	Higiene saúde pública	15h
Massagem	10h	Ética de enfermagem	8h
Gymnastica	12h	Higiene individual	8h
Psychologia	35h	História de enfermagem	8h
Dietetica	20h	Ataduras	10h
Primeiros Socorros	15h		
Enfermagem Theorica	45		
Enfermagem de Saúde Pública	25h		
Enfermagem Pratica	60h		

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.

Opelina Rollemberg ministrou o curso de enfermeiras-visitadoras seguindo o modelo de ensino da EEAN, correlacionando a teoria com a prática, sobretudo no que se refere a saúde pública. Observa-se que o curso era intensivo, com atividades desenvolvidas inclusive nos finais de semana, conforme consta numa publicação do

Diário Oficial, referente ao ofício expedido ao Secretário da Justiça e Negócios no interior e na capital, solicitando um ônibus para ficar à disposição do Departamento de Saúde Pública. O veículo teria que estar no local, ainda na madrugada, as 3 horas da manhã do próximo domingo (11 de setembro de 1938), afim de conduzir as alunas do curso de Visitadoras ao Reservatório de água na Cabrita (São Cristóvão-SE)⁴³, onde as mesmas iriam desenvolver atividade (SERGIPE, 1938).

Nesse sentido, as aulas teóricas eram realizadas na sede do DSP e as aulas práticas nos respectivos campos de estágios que correspondem às disciplinas, a exemplo as matérias de âmbito hospitalar, as aulas práticas eram realizadas no hospital. Conforme consta no Diário Oficial,

Em 01 de setembro de 1938, às 9hs do dia, em um dos salões do Hospital de Pronto Socorro deste Departamento, o exame de Higiene Individual. A banca examinadora será composta dos seguintes Professores: Dr. Claudio Magalhães da Silveira, José Mendonça de Almeida e a enfermeira Opelina Rollemberg (SERGIPE, 1938).

Destaca-se que os requisitos do curso de visitadoras eram os mesmos da EEAN, desde admissão à aprovação final que dependeria do relatório geral que constaria dos relatórios parciais sobre os trabalhos práticos, aulas teóricas e conduta das alunas. Ressalta-se que, o curso não gerava custos para as alunas. Quanto aos uniformes, as alunas nos quatros primeiros meses usavam aventais e durante os dois últimos meses do curso usarão uniformes oficial das visitadoras de Saúde Pública, ambos os modelos foram fornecidos pela comissão da admissão (SERGIPE, 1938).

Referente ao uniforme oficial, este criado por determinação do diretor geral Dr. Cláudio Magalhães da Silveira, por meio da Portaria n. 14, de 15 de abril de 1938, tinha a composição do tecido de Toile de Vichy cinzento com gola e punhos soltos, de

⁴³ Referente ao reservatório de água, este localiza-se no povoado Cabrita no Município de São Cristóvão-SE, que corresponde a primeira capital do estado, que fica a 23,9 km de Aracaju, considerada a Cidade Mãe de Sergipe, foi concebida em 1590, sendo a quarta mais antiga do Brasil. Numa área de mais de 438 mil Km² abrigando uma população de cerca de 100 mil habitantes, o município é repleto de riquezas materiais, com prédios e igrejas tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possuindo a Praça São Francisco, um dos maiores símbolos da história de Sergipe, reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco. Além disso, possui diversas riquezas naturais, como as fontes de água mineral. Disponível em: <https://www.saocristovao.se.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2020.

tostão branco, e com braçal cinzento, com a cruz vermelha e iniciais D.S.P.S., além de Chapéu preto, com aba média e fita preta. Ressalta-se que as enfermeiras-visitadoras teriam devolvê-lo caso desistissem do serviço (SERGIPE, 1938).

Figura 41- Roupa da enfermeira-visitadora, 1925.



Fonte: UFRJ/CEDOC/EEAN, 2018.

O uniforme das enfermeiras era repleto de valor simbólico, como também representava a essência da enfermagem, que é o cuidado integral dos indivíduos, estabelecendo concomitantemente a característica de igualdade, sendo o diferencial da classe. Expressava o pertencimento a esta, de modo que também acarretava os deveres, a exemplo do uso obrigatório em serviço, mantendo-o sempre limpo, além disso, expressava vantagens à sua portadora, conferindo-lhe proteção (BARREIRA et al., 2015).

Em 1939, no que se refere as contribuições de Opelina Rollemberg, analisa-se: a formatura da primeira turma de enfermeiras visitadoras; a nomeação das mesmas

para o Centro de Saúde da Capital; a festa das crianças; o início de uma nova turma de visitadoras e a festa de natal das crianças.

A formatura da primeira turma de visitadoras, ocorreu em janeiro de 1939. Dentro da solenidade destaca-se os discursos proferidos pelo Dr. Claudio Magalhães, diretor do Departamento de Saúde Pública, e por Opelina Rollemberg: ambos foram publicados no Diário Oficial. O referido médico enfatizou a importância do curso de enfermeiras-visitadoras, como também relatou as dificuldades para a sua implantação, a morosidade no recrutamento de alunas, o local adequado e principalmente quanto a contratação dos professores, inclusive a primeira enfermeira diplomada sergipana. Segundo ele, os sergipanos, de maneira geral, já estavam desacreditados de que o curso não iria adiante, restando somente no Decreto-Lei n.98 de 1 de Julho de 1938, que o criou. Ressaltou que, “A visitadora é a ponte de ligação entre o lar e os serviços de saúde pública” (SERGIPE, 1939).

Nota-se, que o apelo do cuidado era direcionado às mulheres, pela facilidade que tem em convencer, principalmente as mães quanto aos cuidados com os filhos e o ambiente doméstico. Contudo, segundo Aperibense (2008), a delegação do papel e a imposição de atributos necessários ao cuidado, como o carinho, a atenção, além da organização das estratégias para atender as necessidades do familiar como um todo, é conferido às mulheres desde o contexto da família, como também pela representações e a instituições de ensino.

Quanto ao discurso de Opelina Rollemberg, durante a formatura a enfermeira primeiramente cumprimentou as todos, em seguida, elogiou a atuação do diretor do DSP e dos professores, agradeceu pelo empenho para que o curso pudesse ser realizado. Posteriormente, a personagem discursou para as alunas.

Minhas Alunas:

Atingistes hoje depois de rude escalada, olhos fitos num elevado ideal, a meta das vossas aspirações.

Há 6 meses éreis apensa um grupo de moça em busca de uma profissão. Não basta, porém, termos uma profissão: - é necessário que a exerçamos bem, desenvolvendo nela todas as nossas possibilidades construtivas, nossa inteligência, nosso esforço, integrando-nos perfeitamente no seu exercício, fazendo dela a razão de ser da nossa vida, transformando-a num ideal de progresso.

A profissão que hoje abraçastes muito exige de vós, abnegação e espirito de sacrifício, aliados aos 3 princípios básicos da enfermagem moderna: Ciência, Arte e Ideal, pois só assim conseguireis atingir o que já disse o Dr. Antônio Cunha: “a enfermeira é um misto de humano e de divino, é uma dádiva de Deus aos entes que padecem”.

Minhas alunas: nunca desanimeis. Si ante as dificuldades que vos surgirem sentirdes o desanimo vos invadir a alma, lembrai os vultos de Florence Nigtingale, Anna Nery e Rachel Haddoch Lobo, e eu estou certa que os seus exemplos vos darão energia e vos farão compreender a grandiosamente da nossa profissão.

Minhas alunas: Ides entrar na vida prática. Nela não vos peço muito. Apenas que ao fim do dia a vossa consciência vos proporcione a satisfação íntima e sincera do dever cumprido (SERGIPE, 1939).

Compreende-se nesse discurso que, apesar das inúmeras dificuldades para a implantação do curso, paulatinamente, foi-se firmando, graças aos esforços do corpo de profissionais do DSP e, sobretudo, de Opelina Rollemberg, que por sua vez conduziu com profissionalismo a organização e estruturação dos serviços de enfermagem. Ressalta-se, que assim como algumas disciplinas como matéria médica, patologias entre outras, eram ministradas por médicos do Departamento de Saúde Pública (DSP) e sanitaristas.

Nesse contexto, o Departamento de Saúde Pública, inicialmente, dividiu a cidade por distritos, cada distrito teria uma enfermeira-visitadora. Dentre as suas funções destaca-se o auxílio ao médico nos dispensários de tuberculose, acompanhamento do tratamento dos casos de doenças contagiosas e a orientação quanto a higiene individual e do domicílio. Quanto à remuneração, de acordo com o Decreto-lei Nº 229 de 24 de Julho de 1939, era de três contos e seiscentos mil réis (3:600\$000) anuais. (SERGIPE,1939). Ressalta-se que, após a formatura, as enfermeiras-visitadoras foram nomeadas pelo Interventor Federal no Estado de Sergipe, Eronides Ferreira de Carvalho, para exercer suas funções, sendo que algumas foram alocadas no Centro de Saúde da Capital e, as demais, nos referidos distritos.

Posteriormente, o Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, diante da necessidade do serviço de enfermagem para o cuidado da população, resolveu fixar o horário para as enfermeiras visitadoras no serviço externo, ou seja, nos domicílios, estabelecendo os seguintes horários das 8h à 11:30h da manhã, e no serviço interno de 2h à 3:30h da tarde. Além disso, no segundo semestre foi lançado o edital de matrícula para uma nova turma de visitadoras, tendo como organizadora e instrutora Opelina Rollemberg.

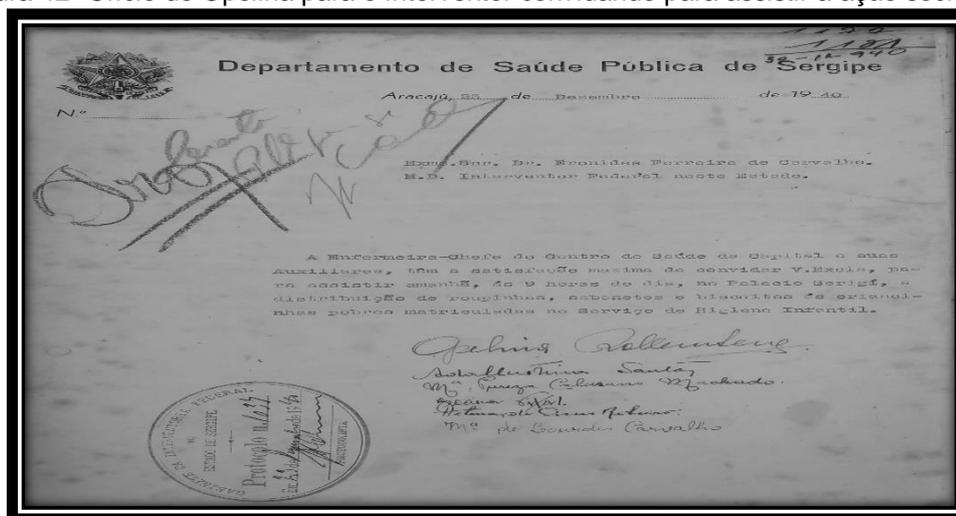
Neste mesmo ano, Opelina Rollemberg para além das prerrogativas da profissão no referente a saúde da população, preocupava-se com o trabalho social, buscando proporcionar momentos de lazer e a alegria para as crianças pobres que se encontravam nas proximidades do Centro de Saúde da Capital⁴⁴, também conhecido como Palácio Serigi, nas datas comemorativas como o dia das crianças e a festa natalina. Conforme consta no Diário Oficial, o comunicado do Departamento de Propaganda e Divulgação do estado, bem como no ofício (figura 42) enviado por Opelina para o Interventor convidando para assistir mais uma ação social.

Encontrando apoio no corpo médico do D.S.P. e em pessoas outras, a feliz iniciativa da senhorita Opelina Rollemberg, visa o amparo, muito modesto embora, dos pobrezinhos que demandam o “Palácio da Saúde”, em sua maior parte miseravelmente trajados ou envoltos em trapos. Despertando-lhes o interesse pelo asseio corporal, será também distribuído um sabonete a cada criança.

A inteligente campanha do Centro de Saúde da capital sergipana é, ainda, um meio de aproximação entre a saúde pública e as crianças e seus pais. Graças a tal aproximação, alcançada em primeiro lugar pela propaganda sanitária prática, intuitiva e simples, não é mais a enfermeira, “a moça da vacina”, a aparição temida e evitada. Recebem-na hoje com simpatia e confiança. Os conselhos do médico vão sendo compreendidos e seguidos. A nova mentalidade sanitário começa, enfim, a forma-se. [...] De 10 às 12hs durou a distribuição de roupas, brinquedos, sabonetes e biscoitos a 350 crianças pelas jovens enfermeiras-visitadoras, **tendo à frente d. Opelina Rollemberg, que dispendeu considerável esforço no sentido do êxito de tão humanitário certame** (SERGIPE, 1939, grifo nosso).

⁴⁴ O Centro de Saúde de Aracaju, juntamente com o Departamento de Saúde Pública do Estado funcionava no palácio Serigi, este está localizado a praça General Valadão, no centro de Aracaju, foi inaugurado no final do ano de 1938. Atualmente funciona a sede da Secretaria de Estado da Saúde. Entretanto, naquela época o local agregava também o departamento de agricultura. Quanto ao Centro de Saúde, este era composto com todos os serviços de saúde pública existente no período, como serviços de Educação e Propaganda, Fiscalização de gêneros alimentícios, Engenharia Sanitária, Serviço de Enfermeiras-visitadoras, serviço de enfermeiras escolares, serviço de bioestatística, laboratórios de química e bromatologia e serviço de profilaxia da lepra, tendo à frente o diretor o Dr. Claudio Magalhães da Silveira (SERGIPE, 1941). Disponível em: Diário Oficial do Estado de Sergipe de Ano XXII- 51º da republica, Nº 7933, p.4, 1941. Pacotilha JDE- 76, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

Figura 42- Ofício de Opelina para o Interventor convidando para assistir a ação social.



Fonte: APES, Pacotilha G1-516

Quadro 25- Transcrição do Ofício sobre a ação social.

Departamento de Saúde Pública de Sergipe

Aracaju, 23 de Dezembro de 1940

Exmo. Snr. Dr. Eronides Ferreira de Carvalho.
M.D. Interventor Federal neste Estado.

A Enfermeira-Chefe do Centro de Saúde da Capital e suas auxiliares, têm a satisfação máxima de convidar V. Excia, para assistir amanhã, ás 9 horas do dia, no Palácio Serigi, a distribuição de roupinhas, sabonete e biscoitos ás crianças pobres matriculadas no Serviço de Higiene Infantil.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2020.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o saneamento básico, a urbanização e o processo de higienização da cidade nas primeiras décadas do século XX foram realizados com exclusão e até mesmo repressão das pessoas pobres trabalhadoras que não cumprissem as normativas vigentes, conforme evidenciado em nota do Diário do Oficial de 1 de Janeiro de 1926⁴⁵ e de 1940.

O ASSEIO DA CIDADE

Francino Nunes, tendo reformado o seu contracto com o município, e sendo grande a responsabilidade a seu cargo, pois o asseio está sendo feito dentro do novo perimetro urbano que limita-se pelas avenidas Barão do Rio Branco, Ivo do Prado, Ignácio Barbosa, Pedro de Calazans e Arthur Bernades, pede a qualquer pessoa que se sentir prejudicada por desleixo dos carroceiros, ou cousa semelhante, o obsequio de procural-o no Ponto Chic ou na Intendência Municipal, sciente de que será atendida prontamente.

Aracajú, 1 de Janeiro de 1926.

Francino Nunes.

⁴⁵ Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha JDE-23 e pacotilha JDE-75.

Se atentarmos para aqueles dias tormentosos em que Osvaldo Cruz surge na história da medicina nacional semelhantemente a um Deus benévolo, que semeia saúde entre as populações dizimadas pela febre amarela, instaurando no Brasil um verdadeiro serviço de higiene preventiva e, por conseguinte, de proteção pública; se atentarmos ainda para o estado de ignorância em que, não há muito tempo, vivia a maioria de nossas populações no que concerne às coisas da higiene pessoal [...] Tempo houve em que os cuidados com a higiene pessoal eram coisa de somenos. A frase “o que não mata engorda” é bom típica desse estado de coisas. (SERGIPE, 1940, p.5) Diário Oficial 10 de julho de 1940, pacotilha JDE-75, APMA

Dessa forma, fatores como a pobreza e suas implicações, a exemplo do analfabetismo, a alimentação inadequada, além das cabanas sem higiene etc., eram considerados pelos urbanistas e os médicos higienistas como fontes de propagação das doenças. Assim sendo, as ações desses profissionais, utilizando os conhecimentos científicos, consistiam na conscientização da população pela inculcação de práticas higiênicas e “[...] intervenções técnicas na cidade para modificação do meio físico onde se desenvolvem as doenças”. (SILVA, 2006, p.12)

Compreende-se que, no período de atuação de Opelina com as enfermeiras-visitadoras, essa situação foi amenizada com o acolhimento dessas pessoas nos serviços de saúde, como o Serviço de Higiene Infantil. Destaca-se que era realizado o cadastramento das crianças e de suas famílias, quando recebiam os cuidados com a higiene corporal, vacinação etc. Além disso, a referida enfermeira mobilizou as suas auxiliares para arrecadar os donativos, desenvolvendo ações para a promoção da higiene e da educação em saúde, a fim de reduzir os riscos de contaminação e enfermidades.

O trabalho social na enfermagem é uma prática comum, ou seja, faz parte da cultura, sendo o cuidado com os doentes considerado um ato de caridade, contudo muitas enfermeiras, a exemplo de Opelina que faziam/fazem, cuidando não somente da parte física, mas das necessidades do ser humano como um todo. Ressalta-se que, durante as ações de caráter social, aproveitava-se a oportunidade para disseminar os princípios da higiene e da educação em saúde, como também estimular os pais e as crianças para o seu desenvolvimento nos moldes da civilidade e da modernidade. Dessa forma, “A cultura exige aos que clamam por justiça que, para além dos seus próprios interesses, vejam o todo — isto é, tanto os interesses dos respectivos governantes quanto os seus próprios interesses” (EAGLETON, 2000, p. 30).

Em 1940, assim como a década 30, foi marcada pela disseminação de ideias inovadoras para a mudança do cenário nacional. No que se refere a saúde pública. Foi criado o Departamento Nacional da Criança, pelo Decreto-Lei n. 2024, de 17 de fevereiro, que no (art. 13), determina a composição de uma Junta (equipe) na sede de cada município com a finalidade de “cuidar permanentemente da proteção à maternidade, à infância e a adolescência, promovendo a execução das medidas que forem necessárias para que se efetue, em cada caso, essa proteção” (SERGIPE, 1940, p.1).

Nessa perspectiva, sobre a Saúde Pública em Sergipe, destaca-se, a formatura da segunda turma do curso de enfermeiras-visitadoras, tendo como responsável a enfermeira sergipana Opelina Rollemberg, sendo diplomadas pelo Departamento de Saúde Pública do Estado. Foto que recebeu destaque em nota publicada pelo Diário Oficial no final do mês de janeiro:

Assistimos ontem á colação de grau da segunda turma de enfermeiras visitadoras diplomadas pelo Departamento de Saúde Pública do Estado. A experiência do sanitarista sergipano Bastos Coelho, o primeiro impulsionador dos serviços de higiene pública entre nós, está hoje convertida em confortadora realidade. Nossas enfermeiras se revelaram capazes de corresponder á confiança daqueles que reconhecem a importância e a necessidade de tão nobres e desveladas funções. A turma diplomada pela Escola D. Anna Nery, no Rio de Janeiro, e a primeira que fez o curso nesta capital já tem prestado á causa sanitária ajuda bastante para que se firme um juízo. Seja no centro de saúde no edifício Serigi, seja da casa, os esforços da enfermeira visitadora vão sendo estimados como merecem. O lar pobre tem recebido, como uma verdadeira benção, a visita dessas mensageiras, que, não raro imprimem novo rumo á vida, aos hábitos, dos que sofrem debaixo do mesmo teto. Aqui um conselho, ali o socorro de urgência, mais adiante um curativo, ou um corretivo alimentar. Uma palavra de coragem e de consolo. Não é em vão que tem aprendido: não é inutilmente que tem trabalhado. [...] (SERGIPE, 1940).

Naquela mesma década, destacou-se a capacitação de Opelina Rollemberg e da enfermeira-visitadora Joana Batista no serviço de lactário na Bahia. Na oportunidade, Opelina buscou conhecer este e outros serviços de saúde de Salvador, a fim de filtrar informações sobre cuidados, aparelhamentos e materiais essenciais que pudessem ser reproduzidos em Sergipe, contribuindo para o melhorar os serviços no seu estado. Contudo, a enfermeira sergipana, destaca que,

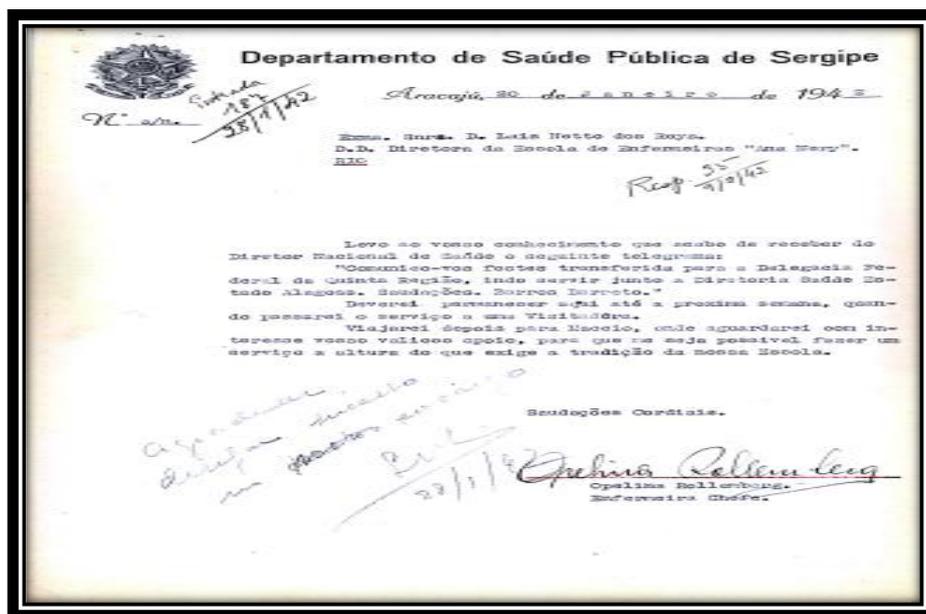
No tocante à organização e serviços de Centro de Saúde e Higiene Escolar nada vi de notável. Sem lisonja poderei dizer que o nosso serviço é mais prático e de maior eficiência, obedecendo a um plano mais moderno. Neste ponto levamos sobre a cidade de Salvador. Ao contrário, cumpra salientar que a Baía nos supera em matérias de serviços sociais. (SERGIPE, 1940)

Compreende-se que Opelina Rollemberg, analisando os serviços de saúde da capital baiana, fez a comparação com o cenário em Sergipe e concluiu que o seu estado era mais eficaz e atendia aos princípios da modernidade na época. Contudo destaca que, há bons exemplos nos serviços da capital baiana, que poderia ser implantado em seu estado, a exemplo do serviço de lactário. Este por sua vez, ofertava as mães dos lactentes que não possuem condições financeiras, uma contribuição mensal em dinheiro chamado de “Prêmio de amamentação”, a fim de as mesmas não precisassem trabalhar no período da amamentação do seus filhos, até os nove meses de idade.

Ressalta-se que, a amamentação é fundamentável para o desenvolvimento saudável da criança, servindo não somente como alimento rico em nutrientes, como também oferecendo-lhe proteção contra doenças. Segundo o Ministério da Saúde, o aleitamento materno é o começo para o desenvolvimento de hábitos saudáveis, sobretudo no quesito alimentação (BRASIL, 2012).

Em 1942, ocorreu a transferência de Opelina para Alagoas. Inicialmente, Opelina ficaria no Estado de Sergipe por um período de seis meses, de acordo com a autorização do Presidente da República, Getúlio Vargas. No entanto, sua estada prolongou-se até 20 de janeiro de 1942, quando foi informada através de um telegrama do Departamento de Saúde Pública de Sergipe, que a partir daquele momento seria transferida para a 5ª Delegacia Federal da quinta região junto à Diretoria de Saúde do Estado de Alagoas para exercer a mesma função (CEDOC/EEAN/UFRJ, 1942).

Figura 43– Ofício de Transferência de Opelina para Alagoas.



Fonte: (CEDOC/EEAN/UFRJ, 1931)

Quadro 26- Transcrição na íntegra da figura 43.

Nº. S/N	Departamento de Saúde Pública de Sergipe Aracaju, 20 de Janeiro de 1942
	Exma. Snra. D. Lais Netto dos Reys. D.D. Diretora da Escola de Enfermeiras "Ana Nery".
	Levo ao vosso conhecimento que acabo de receber do Diretor Nacional de Saúde o seguinte telegrama: "Comunico-vos fostes transferida para a Delegacia Federal da quinta Região, indo servir junto a Diretoria Saúde Estado de Alagoas. Saudações. Barros Barreto." Deverei permanecer aqui até a próxima semana, quando passarei o serviço a uma visitadora. Viajarei depois para Maceió, onde aguardarei com interesse vosso valioso apoio, para que me seja possível fazer um serviço a altura do que exige a tradição da nossa Escola.
	Saudações Cordiais. Opelina Rollemberg. Enfermeira Chefe.

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2020.

Ao analisar as informações deste ofício, aliado a análise dos documentos, compreende-se que a Enfermeira Opelina estava vinculada a EEAN, de modo que, no seu entendimento, mesmo com a autorização do presidente da república, precisava justificar sua ausência. Destaca-se, nas entrelinhas deste documento, que o estado de Alagoas não tinha o serviço de visitadoras. Portanto, como a referida enfermeira fazia parte do Departamento Nacional de Saúde Pública, então ela poderia/deveria atuar em qualquer local do país, sendo o estado de Alagoas próximo a Sergipe, o deslocamento seria realizado de maneira mais fácil.

É importante destacar que Opelina carregava o *habitus* da EEAN, que consistia em regras estabelecidas para as alunas, de modo que, as suas ações eram baseadas no que a escola preconizava, conforme observado no relato pela personagem no ofício enviado para a diretora da EEAN, ao afirmar que, “aguardarei com interesse vosso valioso apoio, para que me seja possível fazer um serviço à altura do que exige a tradição da nossa Escola” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1934). Ou seja, ela mantinha a relação estruturada com a escola, seguindo as regras, mesmo estando fora dela, pois, “é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”. (BOURDIEU, 2004, p.23)

Nessa perspectiva, buscou-se analisar as fontes, a fim de saber quem seria a enfermeira-visitadora que assumiu o cargo deixado por Opelina, visto que as enfermeiras-visitadoras receberam uma breve formação, em comparação com a enfermeira diplomada pela EEAN, para assumir tal responsabilidade. Assim sendo, verificou-se no Diário Oficial do Estado de Sergipe de novembro de 1943 que a função de Enfermeira-chefe do Departamento de Saúde Pública de Sergipe foi ocupada por Adalúcia Linda Bonfim, esta foi aluna da primeira turma de enfermeiras-visitadoras formada por Opelina em 1939, conforme resultado de uma disciplina publicado na imprensa oficial (Diário Oficial) da época,

Realizou-se aos 06 dias do mês corrente, perante a comissão examinadora, o exame final de Massagem, sendo apurado o seguinte resultado:
Adalbertina Santos (90), Joana Batista Santana (81), Julieta Dias dos Santos (35), Diva Costa Ramos(75), Maria de Lourdes Oliveira (61), **Adalúcia Lima Bomfim (30)**, Ruth Prado Vasconcelos (35), Joana Vital de Sousa (59), Ana Maria Batista Santana (65) (SERGIPE, 1943) (grifo nosso).

Nota-se que, Adalúcia, após a formação como enfermeira-visitadora, seguiu a representação de Opelina, que foi para o Rio de Janeiro, buscou adquirir por meio da vivência no campo da enfermagem, formação e conhecimentos fundamentais para o exercício da profissão, tornando-se uma enfermeira capaz, legitimada não somente pela EEAN, mas pela sua atuação no DNSP, ao retornar a Sergipe. Quanto a Adalúcia, formou-se na EEAN e voltou em 1943, para assumir o cargo deixado por sua antecessora, conforme verificado em uma entrevista concedida por ela ao Departamento de Imprensa e Propaganda do governo do estado (DEIP), publicado no Diário Oficial, descrito no quadro 27.

Quadro 27- Transcrição da entrevista publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 1943⁴⁶.

CURSO DE ENFERMAGEM
Declarações da superintendente Adalúcia Linda Bonfim
<p>Esteve em visita á Exposição Permanente do DEIP, a senhorita Adalúcia Linda Bonfim, superintendente do serviço de enfermagem do Estado. Aproveitando a oportunidade, o Deip aproximou-se para colher uma reportagem em torno de problemas atuais referentes á profissão da visitante. Muito cortesmente, a srta. Adalúcia aquiesceu ao nosso objeto.</p> <p>Tendo feito os estudos preparatórios no atual Colégio de Sergipe, seguiu para o Rio, onde, cursando três anos a Escola Universitária Ana Nery, saiu diplomada. Tornando a Sergipe, há poucos meses, veio integrar-se no curso de aperfeiçoamento, que por necessidade do Estado e instruções do Departamento Nacional, será reaberto no dia 20 do corrente.</p> <p>- Com ele- diz a entrevistada – abrimos também o Curso de Visitadoras. Este, anexado ao curso de aperfeiçoamento ou revisão, aceita normalistas e ginásianas, de 18 a 35 anos. A matrícula estará aberta até o dia 19.</p> <p>A srta Adalúcia refere-se á urgência de termos sempre enfermeiras, por isso acha lógico abrir simultaneamente os dois cursos, em vez de esperar sete meses que um termine primeiro.</p> <p>- E qual a condição principal para se entrar no curso visitadoras?</p> <p>- Ética profissional! Até pouco tempo condição de segunda ordem, hoje, em primeiro plano. Não queremos uma ótima enfermeira sem uma ótima moral. E esta eliminação vem sendo ativamente realizada em todos os Estados. Quando tivermos de marchar com o corpo expedicionário, assim estaremos á altura dos nossos companheiros do Exército, tão selecionados hoje, segundo as exigências da guerra moderna.</p> <p>Este tom altivo da srta. Adalúcia, a reportagem faz questão de frizar não como sendo uma nota de exibicionismo pessoal, porquanto todos sabem que a srta. Adalúcia, no Rio, em seguida á declaração da guerra do Brasil, foi das que alistaram imediatamente ao serviço de linha de frente.</p> <p>- Temos já para este curso de visitadoras, trinta e três inscritas.</p> <p>- Trinta e três jovens de compreensão, que não fogem ás responsabilidades cabidas á mulher brasileira, como a todas as mulheres das nações unidas, que se prezam.</p> <p>A srta. Adalúcia fala-nos com segurança de como será o ensino este ano. Ela mesma lecionará as matérias: Ética profissional; organização sanitária; técnica de ataduras; primeiros socorros, etc. Outras cadeiras serão lecionadas por médicos peritos.</p>

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, 2020.

Destaca-se nessa entrevista que houve a participação de enfermeiras sergipanas na segunda guerra mundial. Segundo a reportagem, a enfermeira Adalúcia estava entre as enfermeiras que fizeram o alistamento ao serviço de enfermagem “de linha de frente”, que significa ser responsável atendimento aos feridos graves. Por se tratar de guerra, existia a necessidade de muitos profissionais habilitados, a exemplo de médicos e enfermeiras, como não havia, os diplomados organizavam o serviço e dava as instruções aos que não se formaram, sobre noções de primeiros socorros e cuidados gerais do paciente.

⁴⁶ Diário Oficial do Estado de Sergipe, Ano XXV- 56º da República- Nº 9.008, Aracaju, sábado, 18 de dezembro de 1943. Disponível em: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Acesso em: 27 nov. 2019

Quanto ao episódio da segunda guerra, de acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)⁴⁷,

Entre setembro de 1939, quando começou a Segunda Guerra Mundial, e agosto de 1942, quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo e se uniu definitivamente às forças aliadas, muita coisa aconteceu no país. Nessa época, as relações do Brasil com os Estados Unidos foram pautadas pela negociação do alinhamento brasileiro. Tratou-se do fornecimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos e da permissão para o estacionamento de tropas norte-americanas nas bases do Nordeste; como contrapartida, o governo brasileiro reivindicava financiamento para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e o reequipamento e modernização das Forças Armadas. Antes que os termos do alinhamento fossem finalmente acertados, entretanto, o país já sofria os efeitos do conflito mundial. O Brasil ainda não estava em guerra, mas a guerra certamente já havia chegado ao Brasil (CPDOC, 2017).

Segundo em Wynne (1973), que em 1944, já estavam organizados os núcleos da Cruz Vermelha⁴⁸, que diante da eminência de guerra, que por consequência gerava elevado número de feridos, era necessário também um quantitativo de profissionais para o atendimento. Assim, solicitavam a 6ª Região Militar de Salvador-BA, que enviasse voluntárias para o fazer o curso de enfermagem, por sua vez, solicitou ajuda ao estado de Sergipe. Assim sendo, algumas sergipanas como Isabel Novais Feitosa, Lenalda Lima Campos, Joana Simões de Araújo, que após o curso, foram para o Rio de Janeiro, onde foram incorporadas ao quadro de enfermeiras que serviriam durante a guerra.

Referente à Cruz Vermelha Brasileira (CVB), foi fundada em 1908, sendo que iniciou as atividades dois anos depois, após autorização por meio do Decreto nº 2.380, 31 de dezembro de 1910, tendo o reconhecimento pela Cruz Vermelha Internacional em 1912. A instituição tinha como principal objetivo a oferta do cuidado direto ou dar apoio ao Governo, prestando socorro às vítimas de guerras e calamidades públicas, quando o quantitativo de profissionais públicos fosse insuficientes. Além disso,

⁴⁷ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil>
Acesso em: 12 jan. 2020

⁴⁸ Cruz Vermelha Internacional, foi fundada em 1862, em Genebra, na Suíça, a partir do esforço do suíço Henri Dunant, o mesmo participou da batalha de Solferino na Itália em 1859, que posteriormente tornou-se tema do seu livro, chamado “Lembranças de Solferino”, no qual com o autor abordava sobre um programa de formação de pessoas para o atendimento voluntário para ajudar os médicos nos cuidados com os feridos em guerra e que foi concretizado depois, em 1862. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/movimento-internacional/origens/> Acesso em: 13 fev. 2020

competia à direção da (CVB) a criação de cursos de primeiros socorros para a instrução de seus auxiliares, como também criar escolas de enfermeiras e profissionais voluntários. (MOTT; TSUNECHIRO, 2002, p. 594)

Dessa forma, assim como Opelina, Adalúcia também contribuiu com a organização da saúde pública sergipana. Entre suas ações destaca-se a realização de dois cursos paralelamente: Aperfeiçoamento de Enfermeiras, destinado as normalistas, devido que estas receberam em sua formação noções de cuidados do corpo humano e sobre doenças; e o de Enfermeiras-visitadoras, tanto para moças que já tinham o curso normal, como para as aquelas que estavam entrando para o curso normal. Ressalta-se que o curso era ministrado por uma comissão designada previamente pelo Departamento de Saúde Pública de Sergipe, tendo a enfermeira Adalúcia lecionando as disciplinas de enfermagem e os médicos ministravam as matérias que diz respeito também ao seu ofício.

Curso de Aperfeiçoamento de Enfermeiras

Encontram-se abertas as inscrições para o Curso de Aperfeiçoamento de Enfermeiras a realizar-se dentro em breve, na sede do Departamento de Saúde Pública, Palácio Serigy.

As candidatas que possuírem o diploma do curso normal ou ginasial, ficarão dispensadas do exame inicial de seleção que, no caso contrário será rigorosamente exigido.

As interessadas poderão obter melhores esclarecimentos procurando a enfermeira federal. d. Adalúcia Linda Bonfim, diariamente, no Serviço de Enfermagem do Centro de Saúde.

As inscrições encerrar-se no próximo sábado. (SERGIPE, 1943)

CURSO DE VISITADORAS SANITÁRIAS

As condições para a matrícula nesse curso serão as seguintes:

Idade: será exigida a idade mínima de 18 e máxima de 35 anos.

Documentos: Certificado ou diploma do curso ginasial ou normal completo, atestado de vacinação anti-variolica passado pela autoridade sanitária competente e atestado de idoneidade moral.

A candidata que tiver o curso primário ou houver feito exame de admissão para os cursos normal ou ginasial, será facultado o acesso a esse curso, após prova de seleção. (SERGIPE, 1943)

Portanto, é possível afirmar, analisando a atuação de Adalúcia e o conceito de representação proposto por Bourdieu, que “A representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é.” (BOURDIEU, 2002, p.74). Assim, considerando o contexto social, especialmente da saúde pública, o

trabalho de Adalúcia seguiu o modelo apresentado por Opelina, era uma enfermeira claro que cada uma das personagens teve seu desempenho de acordo com sua percepção, personalidade e recursos próprios do cargo ocupado. De modo que, o entendimento sobre a representação aqui é evidenciado publicamente como a apresentação da performance de sua antecessora.

Ressalta-se que, há um silêncio das fontes quanto ao retorno de Opelina do Estado de Alagoas. Somente em maio de 1952 foi publicado no Diário Oficial, referente a formatura de mais uma turma de enfermeiras visitadoras e cita a participação da personagem.

Constituída a mesa de honra, de que faziam parte autoridades civis, militares e eclesiásticas, as enfermeiras, ao som da Marcha Militar, de Schubert, deram entrada no recinto, tendo a frente a Enfermeira- Chefe, Da. Opelina Rollemberg, que trazia acesa, a lâmpada simbólica de Florence, com o laço verde e amarelo.

Uma prolongada salva de palmas ecoou no salão, enquanto a lâmpada era colocada ao pé da balança, que representava o peso de uma enfermeira.

Após aberta a sessão pelo Chefe do Governo, o Pe. Luciano Duarte, em meio ao mais absoluto silêncio e todos de pé, deu a benção litúrgica aos certificados, que foram lido depois entregues, sob gerais aplausos, indo cada enfermeira recebe-los ladeada pelo seu padrinho e pela sua madrinha.

Em seguida, as novas Visitadoras proferem o seu juramento, com a destra estendida, findo o que entoam o Hino da Enfermeira.

Ouve-se, ato contínuo, o discurso da oradora da turma, Clarice dos Santos Lima, seguido da notável “Oração de Paraninfo” – Pronunciada pelo Dr. Walter Cardoso, Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública.

Findas as palmas ao jovem e operoso sanitaria, usa da palavra Da. Opelina Rollemberg, Enfermeira- Chefe, que foi a voz da experiência a serviço de um grande ideal. (SERGIPE, 1952)

Conclui-se que, que nas primeiras décadas do século XX, os médicos foram os disseminadores das ideias higienistas no Brasil, à luz do movimento escalonovista e dos modelos sanitaria como Estados Unidos, Inglaterra e França. Como também queriam implantar essas ideias a partir da escola e da família, como uma forma de prevenir e combater as diversas epidemias da época que afetavam, principalmente, as crianças. Entretanto, devido às necessidades sanitárias e também de educação, os sanitaria recrutavam pessoas, principalmente mulheres, tendo como requisito o Curso Normal ou outros preparatórios, pois as normalistas receberam instruções sobre os cuidados com a saúde durante a formação e poderiam levar às famílias noções de higiene corporal, nutrição, de educação em saúde em geral.

Com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, os gestores buscaram apoio de Instituições pioneiras na formação de enfermeiras e na organização dos serviços de saúde, citadas anteriormente. Assim, consistiu mais uma profissão para as mulheres, além do magistério. Assim, com a formação das enfermeiras pela EEAN, elas se tornaram instrutoras do curso de visitadoras, como também passaram a supervisionar os serviços de enfermagem, a exemplo de Opelina Rollemberg.

O terceiro marco importante para a história da enfermagem sergipana (1954-1960), e uma das contribuições da sua primeira enfermeira, foi a criação da Associação Brasileira de Enfermagem sessão Sergipe (ABEn-SE) em 1954, tendo a enfermeira Opelina Rollemberg como Fundadora, juntamente com um grupo de enfermeiras. Para compreender a fundação da entidade no estado, faz-se necessário conhecer como surgiu a ABEn Nacional.

A Associação Brasileira da Enfermagem (ABEn) foi criada em 12 de agosto de 1926, a sua fundação tem estreita ligação com a Escola de Enfermagem Anna Nery, criada em 1922 por uma missão de enfermeiras norte-americanas e com o apoio da Fundação Rockefeller no Rio de Janeiro. A referida escola diplomou a sua primeira turma, em 1925 e, entre as alunas, surgiu a ideia de criar uma associação a fim de manter os vínculos de amizades entre si e a instituição (BATISTA; BARREIRA, 2006).

Contudo, foram influenciadas pelas líderes de enfermagem, respectivamente a diretora da escola e as enfermeiras brasileiras e estrangeiras, tomaram a iniciativa, em 1926, de fundar a atual ABEn, a qual teve importância decisiva no desenvolvimento da enfermagem brasileira, representando até 1973, ano de criação do Conselho Federal de Enfermagem, a única entidade organizativa da profissão. (Santos 2013 apud BATISTA; BARREIRA, 2006, p. 412)

Segundo o estatuto⁴⁹, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, que reúne profissionais e estudantes de enfermagem que se associam, de forma livre e individual. Tem quantitativo ilimitado de associados, organiza-se em nível nacional através das sessões estaduais, sob sua direção. É reconhecida no âmbito nacional como entidade

⁴⁹ Estatuto reformulado em 2000. Disponível em: sede da ABEn-SE.

de utilidade pública, de acordo com o Decreto Federal nº 31.417/52, D.O.U. 11/09/52. Possui natureza e finalidade, no qual lhe confere caráter cultural, científico e político. Além disso, sua principal função é a defesa e a consolidação da enfermagem como prática social, essencial na assistência à saúde e na organização e funcionamento dos serviços de saúde.

Nesse sentido, a ABEn- SE, segundo o seu histórico que foi registrado em Cartório de Aracaju, foi fundada em 12 de abril de 1954 por Opelina Rollemberg que, na época, estava atuando também no Departamento Nacional de Saúde Pública à disposição em Sergipe, juntamente com um grupo de enfermeiras. Estas foram citadas pelo referido documento, bem como a função, assim a primeira diretoria foi composta por: Presidente- Opelina Rollemberg; Vice-presidente- Carmem Aguiar Novaes, diplomada pela Escola Anna Nery em 1952, desempenhando suas funções como Vice-diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Augusto César Leite em Aracaju-SE; Secretária- Maria Luiza Souza, diplomada pela EEAN(sem data); Tesoureira- Izabel C. Macintyre, diplomada pela Universidade de Glasgow, Escócia e tendo revalidado o diploma na EEAN, Diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Augusto César Leite⁵⁰.

A conexão do grupo, na conjuntura específica descrita anteriormente, evidencia a integração das ideais em comum e o esforço de cada uma das envolvidas diretamente no assunto, além do interesse e a preocupação com o estabelecimento de configurações autênticas para o tratamento de diversas questões relacionadas ao tanto ao exercício da profissão, como a busca pelo reconhecimento da classe. Dessa forma, “cada agente deve participar do capital coletivo, simbolizado pelo nome da família ou da linhagem, mas na proporção direta de sua contribuição, isto é, na medida em que suas ações, suas palavras e sua pessoa honrarem o grupo” [...] (BOURDIEU, 2014, p. 77)

Compreende-se que, as enfermeiras idealizadoras da ABEn-SE se uniram, não somente em torno da ideia associativa, (no sentido de organizar normativas regimentais para as enfermeiras atuantes e mesmo para aquelas que não estavam em exercício, ou seja, elas as representavam) mas também para a legitimação da

⁵⁰ Histórico da ABEn-SE, disponível na sede da mesma.

enfermagem no estado, a fim de buscar melhorias para essa área de atuação profissional. Na visão de Chartier, a representação aqui é tanto a expressão de uma presença de uma pessoa fisicamente, como ‘no sentido jurídico e político, é também “manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’’. (CHARTIER, 2002, p. 165)

Diante desse entendimento toma-se como inspiração os ensinamentos de pesquisadores e defensores da história da enfermagem como campo do saber científico.

Recuperar a memória e estudar História da Enfermagem capacita o saber ser enfermeiro, dotando o profissional de competências imperiosas à administração dos serviços de enfermagem, gerenciamentos de conflitos, destituição de mitos, racismo, preconceitos e intolerâncias que, muitas vezes, emperram o desenvolvimento da assistência de enfermagem (OGUISSO; CAMPOS, 2013, p. 49).

Opelina Rollemberg exerceu a função como Presidente ABEn-SE na gestão de (1954-1957) e como vice nos anos de 1958, 1959 e 1960, no período de 1954-1960 e, nos anos posteriores aos mandatos, sempre esteve presente nos eventos de enfermagem. Entre as principais atividades da entidade que ocorriam anualmente, destaca-se a Semana da Enfermagem, no qual eram desenvolvidas várias atividades de âmbito cultural como bailes, desfiles de moda, uma forma de divulgar a profissão e científico a exemplo de cursos e palestras, ter em vista, a valorização e o crescimento da classe (MATTOS; CAMPOS, 2006).

De modo que, para a consolidação da ABEn-SE em 1952, como entidade de utilidade pública, era necessário a realização de várias atividades pelas enfermeiras para a comunidade, sendo também uma forma de divulgação da profissão. Pois, “aquilo que define a estrutura de um campo num dado momento é a estrutura da distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 26). De modo que, essa distribuição de capital científico ocorria não somente entre os agentes, como também para a sociedade, como acontecia na Semana de Enfermagem.

Referente à Semana de Enfermagem e a divulgação dos trabalhos científicos, destaca-se que,

As enfermeiras, não só se preocupavam em apresentar trabalhos no âmbito da Associação, mas também, em divulga-los na mídia. Registra-se, no Jornal ‘A Cruzada’ de maior veiculação na época, 1959, dois trabalhos publicados

por enfermeiras: "A enfermeira e seus conhecimentos técnicos, científicos e morais", e em outra edição, no mesmo ano, "Enfermagem no choque vascular periférico". Ambos os trabalhos foram escritos por Maria Jose dos Santos, havendo uma comissão encarregada de avaliar os trabalhos a serem publicados (ata ABEn-Se de 07.04. 1959). Estes trabalhos eram, também, apresentados no Centro de estudos do Hospital Cirurgia, conjuntamente com trabalhos de outros profissionais de saúde. Além disto, havia também uma enfermeira, Acacia Maria, que era radialista, e que tinha um programa na 'Rádio Cultura', e que, não só divulgava a profissão, mas também, durante a Semana da Enfermagem, colocava programa a disposição da ABEn-Se. (VIEIRA E FARO, 2001, p. 384).

Evidencia-se, no Histórico da ABEn-SE, que em 20 de maio de 1963, na Semana de Enfermagem, "Opelina Rollemberg aprovada por unanimidade", fez uma homenagem a colega Carmem Novais pela prestação dos serviços à classe. O referido documento destaca que nesse mesmo ano foi realizado o curso de "enfermagem do lar", como também, descreve que

Desde a fundação até os dias atuais a ABEn-Sergipe cumpria fielmente suas finalidades de órgão associativo, desde o recrutamento de sócios, promovendo intercâmbio cultural, realizando cursos para a comunidade, colaborando com o poderes públicos, prestigiando e participando dos Congressos de Enfermagem⁴³.

Destaca-se que, nesse mesmo ano, a personagem já estava licenciada para tratamento de saúde por seis meses, que foram se prorrogados⁵¹. Nesse tempo, a presidente da ABEn-SE, Osa Maria Machado de Araújo, solicitou as colegas que a visitassem e se revezassem no cuidado à enferma, conforme costume da época. De modo que, no dia 5 de abril de 1966, no Rio de Janeiro, ocorreu o falecimento de Opelina Rollemberg, ela era portadora da doença de Chagas⁵². (Mattos e Campos 2006 apud VIEIRA et al. 2001, p. 385). Ressalta-se que, durante a atuação de Opelina Rollemberg na ABEn-SE, há um silêncio das fontes, sendo este fato relatado também nos trabalhos de Mattos e Campos (2006) e de Vieira e Faro (2001).

Assim, demonstrou-se nessa seção uma das contribuições de Opelina Rollemberg que foi a criação da ABEn-SE. Dessa forma, faz necessário a

⁵¹ Segundo informações de parte da ficha de funcionário, encontrada no Arquivo Público do Estado de Sergipe, em caixas ainda não identificadas no período de reforma do mesmo.

⁵² A doença de Chagas é uma das consequências da infecção humana produzida pelo protozoário flagelado *Trypanosoma cruzi*. A transmissão do *T. cruzi* para o homem ocorre por meio de um vetor – os triatomíneos, conhecido popularmente como "barbeiro" ou chupões". As formas habituais de transmissão a transfusional, a transplacentária (congenita) e, mais recentemente, a transmissão pela via oral, pela ingestão de alimentos contaminados pelo *T. cruzi*. (BRASIL, 2009, p. 563)

conscientização e a compreensão da sociedade quanto a importância dos registros históricos e da preservação da memória. De modo que, torna-se um desafio para a enfermagem brasileira e sergipana, mas fundamental, pois é por meio dos documentos históricos, lugares de memória que é possível conhecer e construir estudos como esta pesquisa, que abordou a trajetória profissional da protagonista da enfermagem sergipana. Assim sendo, os documentos precisam ser analisados de acordo com as circunstâncias em que foram produzidos, divulgados e preservados.

Portanto, a pesquisa em História da Educação engloba vários aspectos como instituições, a enfermagem, as mulheres etc., promovendo a difusão de ideias e contribuições para a sociedade na perspectiva política e cidadã, pelo conhecimento que transfere para ela. Espera-se que este trabalho sirva de estímulo para o aprimoramento do olhar dos pesquisadores como historiadores, para a valorização e ampliação de objetos de pesquisas, mas que foram apagados e esquecidos.

4. Considerações Finais

Considerando o contexto histórico-social e o marco temporal estudado, esta pesquisa buscou compreender a trajetória de formação e atuação profissional, da educadora e a primeira enfermeira diplomada sergipana Opelina Rollemberg (1906-1966), no período entre 1920-1942. Este, foi dividido em três momentos considerados fundantes do caminho trilhado pela personagem, destacando as contribuições para a enfermagem sergipana: formação na Escola Normal e seus anos iniciais de magistério 1920-1927; formação na Escola de Enfermagem Anna Nery (1931-1934; Atuação como Enfermeira do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e Professora do Curso de Enfermeiras-Visitadoras em Sergipe entre 1931-1942. Além disso, abordou as suas contribuições como Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, sessão Sergipe (ABEn-SE) entre 1954-1960.

Assim, a construção do conhecimento histórico na área da enfermagem, em meados do século XX, tornou-se possível por meio da identificação das bases fundamentais para a produção de saberes, principalmente relacionados à história dos protagonistas responsáveis pelo desenvolvimento da profissão. Estas bases são entendidas aqui como documentos, devido à sua relevância histórica, para a

apreensão dos fatos dentro do contexto histórico da Saúde Pública. Ressalta-se que a valorização desses documentos, essencial para a construção de novos saberes, destacando-se nas pesquisas a partir das mudanças relativas ao olhar para as fontes e enxergar novas descobertas (FREIRE, 2014).

Tendo em vista essa perspectiva, nota-se a presença da Opelina Rollemberg em instituições educativas em Aracaju, como professora normalista em dois momentos: quando foi nomeada professora adjunta pelo Presidente Gracco Cardoso, para atuar no Grupo Escolar Barão de Maruim, como foi visto anteriormente, e na Escola Normal Rui Barbosa⁵³, que por sua vez, no seu programa de ensino, abordava sobre assuntos relacionados a saúde. De modo que, as normalistas foram as primeiras educadoras em saúde no estado, desempenhando a duplicidade de funções, o atendimento aos doentes e ensinar sobre noções de higiene, devido ao número insuficiente de médicos e também porque não existia enfermeiras diplomadas.

Assim sendo, a formação e a prática docente das normalistas, tendo aliado a educação e a saúde, se inspirou na arte do cuidar, que é a enfermagem, pois quando se educa em saúde, isso também é cuidado. É nesse contexto que se insere o processo formativo e trajetória profissional da professora Opelina Rollemberg.

Nessa perspectiva, com o processo de industrialização que, atrelado ao aumento da população urbana devido a migração proveniente da zona rural, a cidade passou a ser vista como um “espaço insalubre”, pois boa parte dessas pessoas se encontravam em condições subumanas, com a mínima ou nenhuma condição de higiene. Embora o século XX tenha como características a modernização, progresso e civilização, a população precisava ser levada a mudar seus hábitos e comportamentos, sobretudo para evitar os riscos de contaminação e proliferação de doenças. Assim, eram necessárias a organização dos serviços de saúde e ampliação do quadro de profissionais para desenvolver as ações de promoção à saúde e de combate às doenças da época.

⁵³ Segundo Nunes (1984), corroborando pelo Decreto nº 778 de 2 de março de 1923, afirma que em 1923, A Escola Normal, passou a ser chamada Rui Barbosa “como homenagem póstuma à memória do sábio precursor da reforma do ensino” (NUNES, 1984, p 249).

Evidenciou-se que, Opelina Rollemberg foi protagonista no processo de implantação do modelo sanitário e formação das primeiras enfermeiras visitadoras de Sergipe, em cumprimento ao plano nacional de saúde pública do governo Getúlio Vargas. Concluiu-se que a enfermeira Opelina Rollemberg, filha ilustre de Sergipe, contribuiu de modo singular para construção das ideias sanitaristas a partir da educação em saúde e dos princípios fundamentais da enfermagem, durante o exercício da profissão no Centro de Saúde de Aracaju.

De modo que, a atuação da personagem foi bastante positiva, tanto que foi requisitada para ajudar em outros estados do Nordeste, ou seja, atravessava as fronteiras do estado, pois em janeiro de 1942 foi transferida para a Delegacia Federal de Alagoas, com o objetivo de organizar os serviços de saúde na cidade de Maceió. Embora não exista registros quanto ao tempo de permanência neste local, porém nota-se que ela retornou a Sergipe, conforme consta registros de folha de pagamento do Centro de Saúde da Capital, no qual recebia a quantia de Cr\$ 600 cruzeiros, como também foi registrado sua presença na formatura da turma de enfermeiras-visitadoras em 1952, além disso foi publicado no Diário Oficial do Estado a solicitação de afastamento para tratamento de saúde.

Portanto, acredita-se que as primeiras contribuições da enfermeira sergipana Opelina Rollemberg para o Estado, foi organizar e implementar todo um modelo de saúde pública e formar a partir do curso de visitadoras, profissionais que iriam adentrar a casas das famílias e educar sobre as práticas sanitaristas e de enfermagem no sentido de debelar a falta de higiene e assim prevenir as epidemias da época.

Espera-se contribuir para enfermagem brasileira e, sobretudo, para o campo da História da Educação, base desta pesquisa, no qual se destaca não somente os percursos educacionais e a evolução das práticas pedagógicas e de seus agentes, mas também permite compreender o contexto em que ocorreram.

Referências

ALMEIDA FILHO, A.J. **A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento das posições de poder (1931 – 1949)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, 2004. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/51/teses/EEAN_D_AntonioJoseDeAlmeidaFilho.pdf> Acesso em 20 dez. 2019.

AMORIM, S. S. **Trajetória de Alfredo Montes, 1848-1906**: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. – São Cristóvão: Editora: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

AMORIM, S. S. **Configuração do Trabalho Docente**: a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889). Fortaleza: Edições UFC, 2013.

AMORIM, S. S. OS PROFESSORES EM SERGIPE NO SÉCULO XIX: EM BUSCA DA PROFISSIONALIZAÇÃO. In: ALMEIDA FILHO, J.C.P.; OLIVEIRA, L.E.; FONSECA, A.L.S.B. (Orgs.). **História, políticas, ética e epistemologia de área na formação docente**. 1ed.Campinas/SP: Pontes Editores, 2019, v. 1, p. 207-226.

ANDRADE, H. **Curso de Pedagogia**: lições práticas elementares de Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene escolar, professadas na Escola Normal. Aracaju: Tipografia Popular, 1913.

ANDRADE, H. **Instrução Pública**: necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Cyro de Azevedo, Presidente do Estado, em novembro de 1926. Aracaju, Typografia do Sergipe Jornal, 1926.

APERIBENSE, P.G. G.S. Uniformes e suas relações com a identidade profissional do enfermeiro formado pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969-1985) – Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/51/teses/844209.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2020.

APERIBENSE, P. G. G. S; BARREIRA, I.E. Nexos entre enfermagem, nutrição e serviço social, profissões femininas pioneiras na área da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem USP**. 2008;42(3):474-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a08.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2020

AVANZINI, C.M.V. Maria Antonieta Mendes de Castro e a Educação Sanitária brasileira. IN: GONÇALVES, D.V.; VICENTINI, P.P. (Org.) **Mulheres inovadoras no ensino**: São Paulo nos séculos XIX e XX. 1.ed. – Belo Horizonte[MG]: Fino Traço, 2019.

BARATA, C. A.; BUENO, A.H.C. **Dicionário das Famílias Brasileiras**, 1999, v.2, p.1960

BARREIRA, I.A. Memória e História para uma nova visão da enfermagem no Brasil. **Revista latino-americana de enfermagem** - v. 7 - n. 3 - p. 87-93 - julho 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n3/13480>> - Acesso em: 22 set. 2018.

BARREIRA, I. de A.; BAPTISTA, S. de S. Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 55, n. 3, p. 275-292, maio/jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v55n3/v55n3a07.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.

BARREIRA, I. et. al. Primeira República: a implantação da enfermagem laica e seus desdobramentos (1889-1930). IN: PADILHA, M.I.; BORENSTEIN, M.S.; SANTOS, dos I. (Orgs.) **Enfermagem: história de uma profissão**. – 2ª ed. – São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2015.

BATISTA, S.S.; BARREIRA, I.A. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59nspe/v59nspea05.pdf> > Acesso em: 25 set. 2018.

BRAGANÇA, I. F. de S. **Histórias de vida e formação de professores**: diálogos entre Brasil e Portugal. EdUERJ, 2012.

BONATO, N. A infância (des)protegida na voz de um higienista: o papel das visitadoras sociais (1922-1931). IN CAMARA, S. (Org.). **Pesquisa(s) em história da educação e da infância**: Conexões entre ciência e história. - Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014

BOTO, C. **Instrução Pública e projeto civilizador**: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Org.). 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Ciências da Educação).

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**/ Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: Amado J, Ferreira M, organizadores. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro(RJ): Fundação Getúlio Vargas; 1996. p.183-191. Disponível em: http://letrasorientais.fflch.usp.br/sites/letrasorientais.fflch.usp.br/files/A%20Ilus%C3%A3o%20Biogr%C3%A1fica_0.pdf > Acesso em: 22 set. 2018.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico/Pierre Bourdieu; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; Tradução Denice Barbaro Catani. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**/ Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**/Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron; tradução de Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Barta, 5. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2012.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Org.). 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Ciências da Educação).
- BURKE, P. (org.). **A Escrita da História**. Tradutor: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CARDOSO, M.M.V.; MIRANDA, CML. **Anna Justina Ferreira Nery: um marco na história da enfermagem brasileira**. **Rev. Bras. Enferm.** 1999, p. 339-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v52n3/v52n3a03.pdf>> Acesso em: 26 set. 2018.
- CAMARA, S. A arte de educar e prevenir crianças: as Conferencias de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência á Infância do Rio de Janeiro (1901-1907). IN: IN CAMARA, S. (Org.). **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: Conexões entre ciência e história**. - Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014
- CARVALHO, V.; SAUTHIER, J. de. **As pioneiras e a consolidação da enfermagem no Brasil: documentos históricos - 1932 a 1950**. Rio de Janeiro: Anna Nery, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/As-pioneiras-e-a-consolidacao-da-enfermagem-no-Brasil.pdf>> - Acesso em: 20 set. 2017.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes; 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. Editora: EIFEL, 1990.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002.
- COSTA, R.; PADILHA, M.I.; AMANTE, L.N.; COSTA, E.; BOCK, L.F. **O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo**. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2009 Out-Dez; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n4/07.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. -2.ed. -Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FRANCO, T. C. S., BARREIRA, I. A., SILVA, A. F., BARBOSA, A. O.; Participação americana na formação de um modelo de enfermeira na sociedade brasileira na década de 1920; **Revista Esc. Enfermagem USP 2011**; 45(4): 966-73. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n4/v45n4a25.pdf>> - Acesso em :20 set. 2017.
- FREIRE, J. L. O. **Maria Luiza de Sousa Alves e a Educação Feminina na Bahia**. Tese Doutorado em Educação. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em

Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16908>> Acesso em: 09 out. 2019.

FREIRE, M.A.M. **As representações da técnica no livro “Técnica de enfermagem”, de Zaira Cintra Vidal (1933-1963)**. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1075>> Acesso em: 30 out. 2019.

FREITAS, A. G. B. **“Vestidas de azul e branco” um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. – São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

FINKELMAN, J., org.; **Caminhos da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 328 p. ISBN 85-7541-017-2. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sd/pdf/finkelman-9788575412848.pdf>> - Acesso: 30 set. 2017.

GEOVANINI, T. et al. **História da Enfermagem: Versões e Interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

GONDRA, J.G.; **A Sementeira do Provir: higiene e infância no século XIX**; Universidade Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, v, 26, n.1, p. 99-117, jan/jun.2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27835/29607>> - Acesso em: 27 set. 2017

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro- EDUER. 2004.

GONDRA, J.G. **MEDICINA, HIGIENE E EDUCAÇÃO ESCOLAR**. IN: TEIXEIRA, E.M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUARANÁ, M. A. C. **DICCIONARIO BIO-BIBLIOGRAPHICO SERGIPANO**. Edição do Estado de Sergipe – 1925. OFFICINAS DA EMPREZA GRAPHICA EDITORA PAULO, PONGETTI & C. - Rio de Janeiro, 1925. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju, pacotilha D-18, (Xerox doada pelo Arquivo Público do Estado de Sergipe). Obs: O original não foi encontrado.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas** - I. ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. Tradução de: The interpretation of cultores.

HOBSBAWAM, Eric J.; **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3.ed.-São Paulo: Hucitec, 2012.

HOCHMAN, G.; LIMA, N. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina**: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996, p.196.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos das interdependências sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930) in **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 6, No 11, p. 40-61, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1956/1095> > Acesso em: 06 jan. 2020.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1 jan./jun. 2001.

LAPA, D. A. **Linhas entrelaçadas**: história da educação e arquitetura dos grupos escolares na cidade de Aracaju (1914-1925). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju: UNIT, 2019. Disponível em: https://mestrados.unit.br/pped/wpcontent/uploads/sites/2/2019/06/LAPA_Days-e-LINHAS-ENTRELA%C3%87ADAS-1914-1925.pdf> Acesso em: 28 out. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória** - tradução Bernardo Leitão [et al.] – Campinas- SP, Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em: 08 set. 2018.

LIMA, S. S. **“Uma maneira de proteger e educar”**: a casa maternal Amélia Leite (1947-1970). Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4644>> Acesso em: 09 mai. 2019.

LOPES, E. M.S. T; GALVÃO, A. M. de O. **Território Plural**: a pesquisa em história da Educação. – 1 ed. – São Paulo: Ática, 2010.

LOPES, E.M.T.; FILHO, L.M. DE F. F.; VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MASCARENHAS, N.B.; MELO, C.M.M, SILVA, L.A. Gênese do trabalho profissional da enfermeira. **Revista da Escola Anna Nery 20(2):220-227 Abr-Jun 2016**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/1414-8145-ean-20-02-0220.pdf> Acesso em: 30 set. 2019.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALTA, M. O. **O ensino profissionalizante em Sergipe**: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944). - Dissertação (Mestrado em Educação)

– Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufsb/4652> > Acesso em: 14 nov. 2019.

MATTOS, M.C.T, CAMPOS, M.P.A. **ABEn-SE: 52 anos de Vontade, Coração e Garra**. Aracaju: Texto Pronto Gráfica e Editora Ltda; 2006.

MEDINA, A.M. F. (Org.). **Epifânio Dória: Efemérides Sergipanas**. V. II – Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2009.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930**. – São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MONARCHA, C. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

MOTT, M. L.; TSUNECHIRO, M.A. OS CURSOS DE ENFERMEGEM DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA E O INÍCIO DA ENFERMAGEM PROFISSIONAL NO BRASIL. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 5, p. 592-599, set.lout. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v55n5/v55n5a18.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2020

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Repositório da Universidade de Lisboa, 1992. Disponível em: > <http://hdl.handle.net/10451/4758>> Acesso em: 13 jun. 2019.

NÓVOA, A. Inovação e história da educação. In: **Teoria e Educação**. Dossiê: História da Educação, n. 6, Porto Alegre: Pannonica, 1992, p. 210-220.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: **500 de educação no Brasil**. Teixeira et. al. (Orgs), 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OGUISSO, T. (Org.). **Pesquisa em História da Enfermagem**. 2 ed.- Barueri, SP: Manole, 2011. (Série enfermagem e Saúde).

OGUISSO, T. **Florence Nightingale**. In: Oguisso, T. (Org.). Trajetória Histórica e Legal da Enfermagem. São Paulo (SP): Manole; 2005. p.59-97.

PADILHA, M. I.; NELSON, S; BORENSTEIN, M. S; As biografias como um dos caminhos na construção da identidade do profissional da enfermagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p. 241-252. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/13.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

PADILHA, M. I. C. S., BORENSTEIN, M. S.; O método de Pesquisa Histórica na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, 2005. Disponível em: <<http://www.index-f.com/textocontexto/2005pdf/2005-575.pdf>>. - Acesso em: 25 ago. 2017.

ROLLEMBERG, F. **DEZESSETE ANOS POR SERGIPE E PELO BRASIL**. Resumo das atividades como Deputado Federal e Senador Constituinte de 1971 a 1987. Senado Federal [18?]. Disponível em: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura- ITBEC – Universidade Tiradentes, Campus Farolândia, Aracaju-SE. Acesso em: 29 out. 2019.

SANTOS, N. L. P.; SANTOS, C. F.; BARREIRA, I. A.; Estilo de Vida e Saúde: O Cotidiano das Alunas da escola de Enfermagem Anna Nery na Década de 20. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 51, n. 1, p. 165-176, jan/mar, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v51n1/v51n1a13.pdf>> Acesso em: 30 set. 2017.

SANTOS, T.C. F. **A ABEn e a preservação da memória profissional**: implantação do Centro de Memória da Enfermagem Brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2013;66(esp): p. 165-70. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700021 Acesso em: 20 dez. 2019.

SANTOS, V.M. dos. **As mulheres de posses**: a instrução dos órfãos menores na capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII. – Fortaleza: Imprece, 2016.

SANTOS, M. F. D. J. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a Política Educacional na Primeira Metade do Século XX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. v. 2, p. 37-52, jan./jun 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2202/1873>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de. SOUZA, R. F. de ; VALDEMARIN, V.T. O legado Educacional do “Breve Século XIX” Brasileiro. In: SAVIANI, D. **O legado Educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SANTANA, A. S. de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: O Autor, 2005.

SILVA JÚNIOR, O.C.; Pesquisa documental. In. Oguisso T, Souza Campos PF, Freitas GF, organizadores. **Pesquisa em história da enfermagem**. São Paulo: Manole; 2011. p. 339-62.

SILVA, H. B. **História da Medicina em Sergipe**. Aracaju – SE, 2006. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/arquivos/ahistoriadamedicinaemsergipe.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOUZA, K. M.A. **Fragmentos da História da Cidade de Capela**- Sergipe. Memória de Sergipe. Editora: Tiradentes, [18--?]. Disponível em: Instituto Tobias Barreto de

Educação e Cultura- ITBEC – Universidade Tiradentes, Campus Farolândia, Aracaju-SE. Acesso em: 14 out. 2019.

VALENÇA, C. de A. **Civilizar, regenerar e Higienizar**: a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2006. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4686> > Acesso em: 14 nov. 2019.

VIEIRA, M. J, FARO, C. M. M.S. **ABEn SERGIPE: 47 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA**. **R. Bras. Enferm.** Brasília, v. 54, n. 2, p. 382-388, abr./jun., 2001.

VIEIRA, M.J; CARDOSO, N. C. DOS S; ANDRADE, M.A. A; GONÇALVES, M.S.S; RIBEIRO, A. G. **O Início da enfermagem profissional em Sergipe**: Opelina Rollemberg. IN: XVIII ENCONTRO DE ENFERMAGEM DO NORDESTE, Aracaju, 2002. Anais (versão impressa), p. 53-54. Disponível em: Escritório da Aben-SE em Aracaju- SE. Acesso em: 07 out. 2018

VIEIRA, T.T.; CARVALHO, V. (Org.). **Sobre Nexos Históricos da escola de enfermagem Anna Nery – Associação Brasileira de Enfermagem**: Criação de um Fundo de Arquivo – 1925/1975. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ, 2016.

WYNNE, J.P. **HISTÓRIA DE SERGIPE (1930-1972) VOLUME II**. Editora Pongetti, Rio de Janeiro- Guanabara, 1973.

Fontes

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica** – 7. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. – Brasília, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº 33). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920. **Reorganiza os serviços da Saúde Pública**. Diário Oficial da União, 8 janeiro de 1920, p. 437. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>> Acesso em: 17 jan. 2020

BRASIL. *A enfermeira moderna*: apelo às moças brasileiras. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública. Inspeção de Demografia Sanitária, Educação e Propaganda, 1922.

SERGIPE. **Livro de Registro de Batizados** (1903-1908), n. 11. p. 293. Paróquia Nossa Senhora da Purificação – Capela-SE.

SERGIPE. **Portaria 22 do Departamento de Saúde Pública**. Diário Oficial do Estado de Sergipe – Aracaju. Ano XIII- 43 da republica, N. 3340, p. 25131, 1931. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. Decreto nº 48 de 16 de Maio de 1931, **Cria o Departamento de Saúde Pública de Sergipe e baixa o respectivo regulamento**. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Pacotilha BR SEAPES LDS V17 D09.

SERGIPE. Decreto Nº 494 de Dezembro de 1900, **Cria o Regulamento da Escola Normal**. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Pacotilha BR SEAPES LDS V06 D12.

SERGIPE. **Lei nº 605 de 24 de novembro de 1912. Decreto Nº 571 DE 19 outubro de 1912**. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Pacotilha BR SEAPES LDS V09 D12.

_____ Ofício despachado pela Secretaria do Estado do Departamento de Saúde Pública. **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano XIII- 43 da republica, N. 3340 p. 24887, 1931. Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano XXXIV - N. 11.381 – 03 de Setembro de 1952, p. 2. Pacotilha JDE-112 – Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju (APMA).

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano XIII - 43 da República - N. 3358 – 23 de Julho de 1931, p. 2. Pacotilha JDE- 41– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano VII - 38 da República - N. 1762 – 03 de Janeiro de 1926-a; p. 7029; Pacotilha JDE- 23– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Livro de ponto da Escola Normal (1926)**. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Pacotilha E7- 68.

_____ **Livro de Chamada do Instituto Profissional Coelho e Campos de 1927**. Disponível em: APES, pacotilha E7- 183.

_____ Diretoria da Instrução Primária. **Programa das cadeiras da Escola Normal e do curso complementar do Estado de Sergipe**. Aracaju – Imprensa Oficial, 1917. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe, caixa 21, doc. 319.

_____ Ato nº 35 – O Presidente do Estado resolve nomear adjuntas normalistas diplomadas – **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano VII - 38 da República -N. 1762 – 09 de Janeiro de 1926-a; p. 7076; Pacotilha JDE- 23– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano I - 32 da República -N. 61 – 10 de Janeiro de 1920; p. 729; Pacotilha JDE- 05– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano VII - 38 da República - N. 1762 – 1 de Janeiro de 1920; p. 7038; Pacotilha JDE- 05– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XXV- 55º da República- Nº 8.982, Aracaju, sábado, 17 de novembro de 1943. Disponível em: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XXI- 51º da República, N. 7.770. 21 de novembro de 1943. Disponível em: pacotilha JDE-74, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XXII- 51º da República, N. 7.919, 10 de Julho de 1940. Disponível em: pacotilha JDE-76, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XIX- nº51 da República N. 7521 03 de Agosto de 1938. Disponível em: pacotilha JDE-67, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XIX- nº51 da República N. 7521 18 de Setembro de 1938. Disponível em: pacotilha JDE-67, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XIX- nº51 da República N. 7509, 02 de Fevereiro de 1939. Disponível em: pacotilha JDE-69, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XXXIV - N. 11 309, 16 de Maio de 1952. Disponível em: pacotilha JDE-110, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

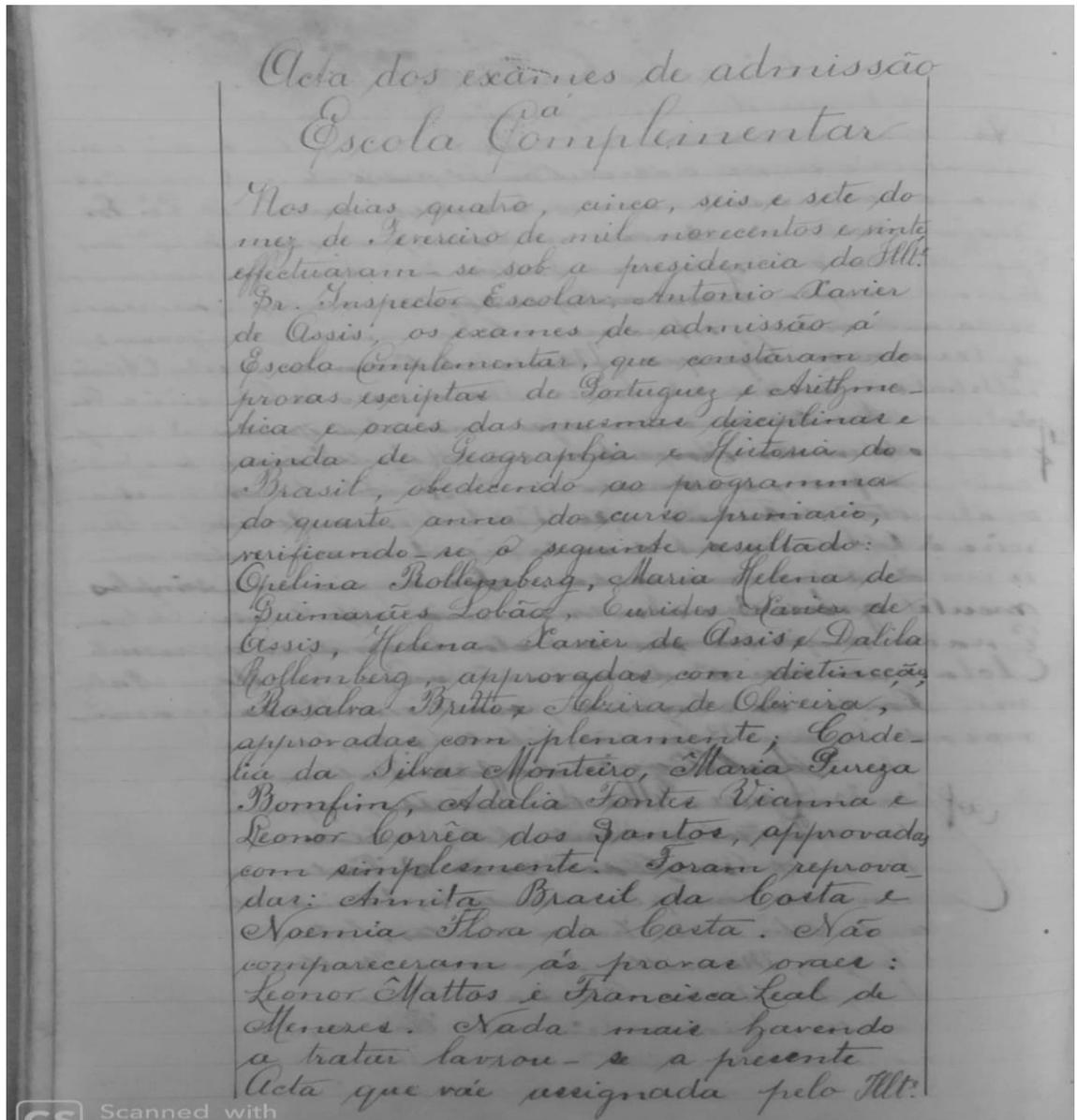
_____ **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Ano XXXIV – N. 11 339 - 24 de junho de 1952. Disponível em: pacotilha JDE-110, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ/CEDOC/EEAN. **Coleção de Informações Técnico Profissionais -SERVIR**. v. 1; Módulo GR, Caixa 07, 1927

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ/CEDOC/EEAN **Coleção de Informações Técnico Profissionais -SERVIR**. v.1, Módulo GR, Caixa 11, 1934.

APÊNDICE

Apêndice A- Ata dos exames de admissão à Escola Complementar em 1920.



Sr. Inspector do Ensino, Major Antonio
Xavier de Assis e pela commissão
examinadora.

Antonio Xavier de Assis
Maua Amelia Fontes.
Leonor Felles de Meneses.

Apêndice B - Parte do Livro de Chamada das primeiras alunas do Curso Profissional Feminino do Instituto Profissional Coelho e Campos (1927).

Numero da Matricula	NOME	FILIAÇÃO	RESIDENCIA PATERNA	IDADE	Nacionalidade	Data da Matricula	CURSO	ANNO	Condições da Matricula	OBSERVAÇÕES
370	Luiz Affonso da Silva	Maria Poeta da Rocha	Syrri	15	Brasil	17/1/27	Primeira			
371	Caros Luiza de Andrade	Josias Mito de Andrade	Syrri	16	"	"	"			
372	Joaquina de Andrade	"	"	14	"	"	"			
373	Arberto Vinha de Andrade	"	"	4	"	"	"			
374	Eugeny d'Oliveira	Almi Oliveira	Lamarial	20	"	"	"			
375	Luiz de Oliveira	"	"	17	"	"	"			
376	Elizete Leque de Montez	Theresete Montez	V. Calomano	16	"	"	"			
377	Anna de Oliveira	Edesete de Oliveira	"	16	"	"	"			
378	Mireca de Oliveira	Miguel de Oliveira	Popoia	15	"	"	"			
379	Opaldo de Oliveira	Opalino de Oliveira	Agrotopia	13	"	"	"			
380	Luiz de Oliveira	Antonio de Oliveira	Syrri	15	"	"	"			
381	Trizete de Oliveira	"	"	14	"	"	"			
382	Luiz de Oliveira	Elizete de Oliveira	"	12	"	"	"			
383	Luiz de Oliveira	"	"	11	"	"	"			
384	Antonio de Oliveira	Luiz de Oliveira	St. do S. J.	11	"	"	"			
385	Luiz de Oliveira	Luiz de Oliveira	St. do S. J.	9	"	"	"			
386	Luiz de Oliveira	Luiz de Oliveira	St. do S. J.	15	"	"	"			
387	Luiz de Oliveira	"	"	10	"	"	"			
388	Eugeny de Oliveira	Josias de Oliveira	St. do S. J.	5	"	15/1/27	Primeira			
389	Maria de Oliveira	Josias de Oliveira	St. do S. J.	12	"	15/1/27	Primeira			
390	Luiz de Oliveira	Luiz de Oliveira	"	10	"	"	"			
391	Maria de Oliveira	Maria de Oliveira	St. do S. J.	15	"	"	"			
392	Edite de Oliveira	Manoel de Oliveira	Syrri	13	"	"	"			
393	Maria de Oliveira	"	"	11	"	"	"			
394	Luiz de Oliveira	Luiz de Oliveira	Syrri	7	"	"	"			
395	Francisca de Oliveira	Amalia de Oliveira	"	11	"	"	"			
396	Opalina de Oliveira	Opalino de Oliveira	St. do S. J.	20	"	"	"			
397	Luiz de Oliveira	Luiz de Oliveira	St. do S. J.	9	"	"	"			
398	Luiz de Oliveira	"	"	7	"	"	"			
399	Luiz de Oliveira	Josias de Oliveira	Lamarial	15	"	"	"			
400	Maria de Oliveira	Josias de Oliveira	Lamarial	11	"	"	"			

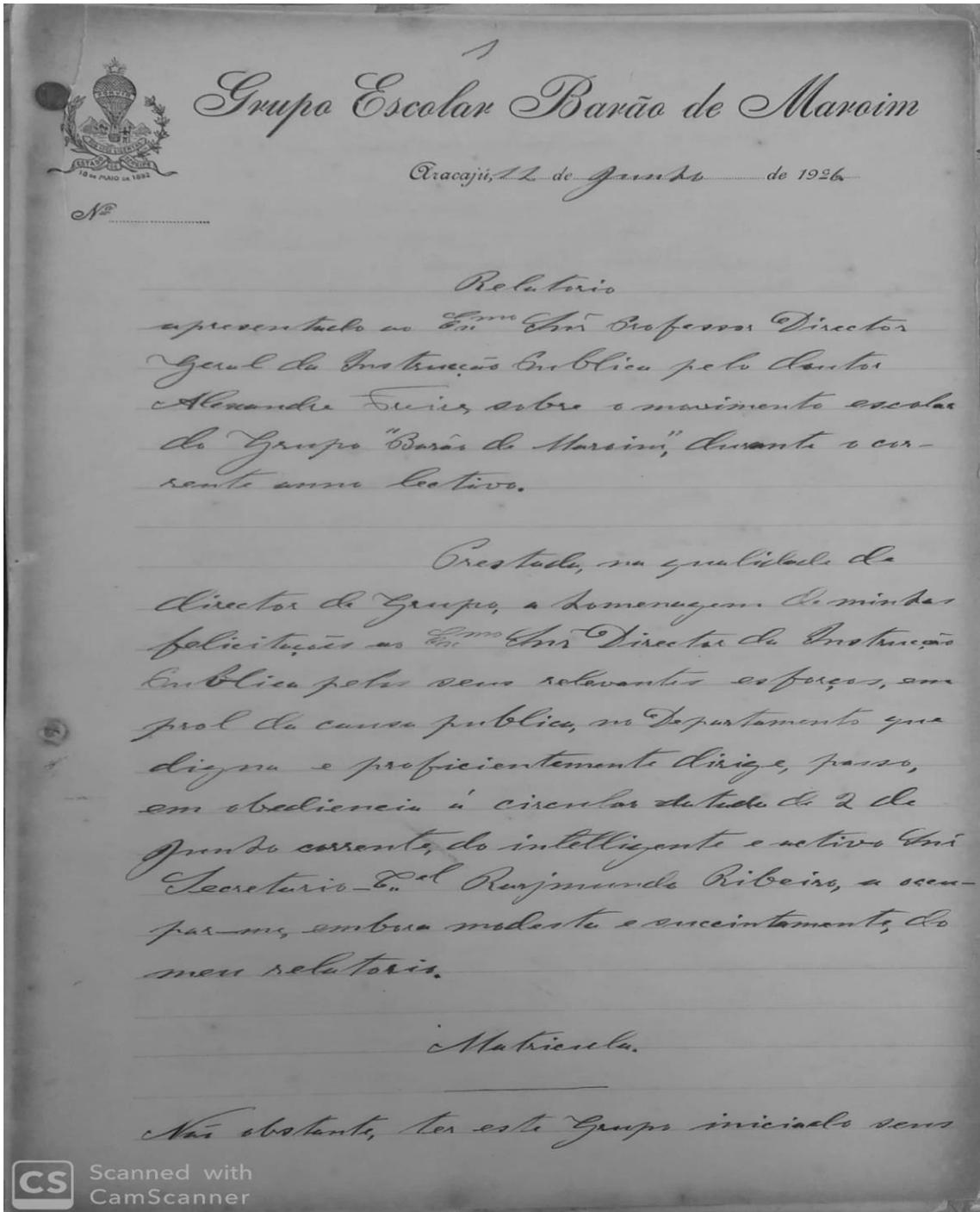
Fonte: APES

Continuação do Apêndice B

Número da matrícula	NOME	FILIAÇÃO	RESIDENCIA PATERNA	IDADE	Nacionalidade	Data Matrícula	CURSO	ANNO	Condições Matrícula	OBSERVAÇÕES
57	Dulce Augusta	Francisco Augusto dos Santos	Capitã	15						
58	Francisco Cortes Kollenberg	Américo Kollenberg	Idem	15						
59	Conselho Kollenberg	Américo Kollenberg	Idem	15						
60	Valéria Cortes Kollenberg	Américo Kollenberg	Idem	18						
61	João Helino Santos	Leandro Santos dos Santos	Idem	11						
62	Diocete Ribeiro	João Lima	Idem	13						
63	Osvaldo Araújo Polombini	Genivaldo Araújo Polombini	Idem	15						
64	João Rodrigues Sousa	Manoel Antônio da Silva	Idem	11						
65	Edson Elias da Silva	Apolônio Elias da Silva	Idem	8						
66	Aluísio de Jesus dos Anjos	Ysaquim dos Anjos	Idem	13						
67	Manoel Marques dos Santos	Manoel dos Santos	Idem	15						
68	Francisco José Francisco	João Francisco	Idem	10						
69	João Manoel dos Santos	Ida Fernandes	Idem	10						
70	Aluísio de Jesus	Ricardo de Jesus	Idem	13						
71	Francisco de Jesus	"	Idem	11						
72	João Manoel de Jesus	Antônio Manoel de Jesus	Idem	9						
73	Virgílio Almeida Filizola	João Filizola	Idem	10						
74	Manoel da Cruz	Manoel da Cruz	Idem	10						
75	Antônio Adolphina	Antônio C. da Silva	Idem	11						
76	Benigno da Silva	"	Idem	8						
77	Agathina Storch	"	Idem	26						
78	Antônio de Jesus	Antônio de Jesus	Idem	18						
79	João Manoel de Jesus	Antônio de Jesus	Idem	15						
80	Luís Raphael Araujo	Luís Raphael Araujo	Idem	13						
81	João Manoel de Jesus	Domingos de Jesus	Idem	9						
82	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	11						
83	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	11						
84	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	18						
85	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	10						
86	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	10						
87	Manoel de Jesus	Manoel de Jesus	Idem	11						

Fonte: APES

Apêndice C- Relatório do Grupo Escolar Barão de Maruim de 1926.



Continuação do Apêndice C

2

Grupo Escolar Barão de Maroim

Aracaju, de de 192.....

Nº

trabalhos quinze dias mais tarde do que os seus congêneres, nesta Capital, pelo facto de ter sido o bello edificio em que funciona submettido a longo e paciente reparo, ainda assim já obteve, até esta data uma matricula de 145 alumnos, dos quaes 69 pertencem ao sexo masculino e 76 ao feminino, cifra esta, como se vê, bem unidura para o curto espaço de tres meses.

Frequencia

A frequencia geral, durante esses poucos meses de trabalho escolar, foi de 7143.

A media diaria, de 113.

A media mensal, de 2373.

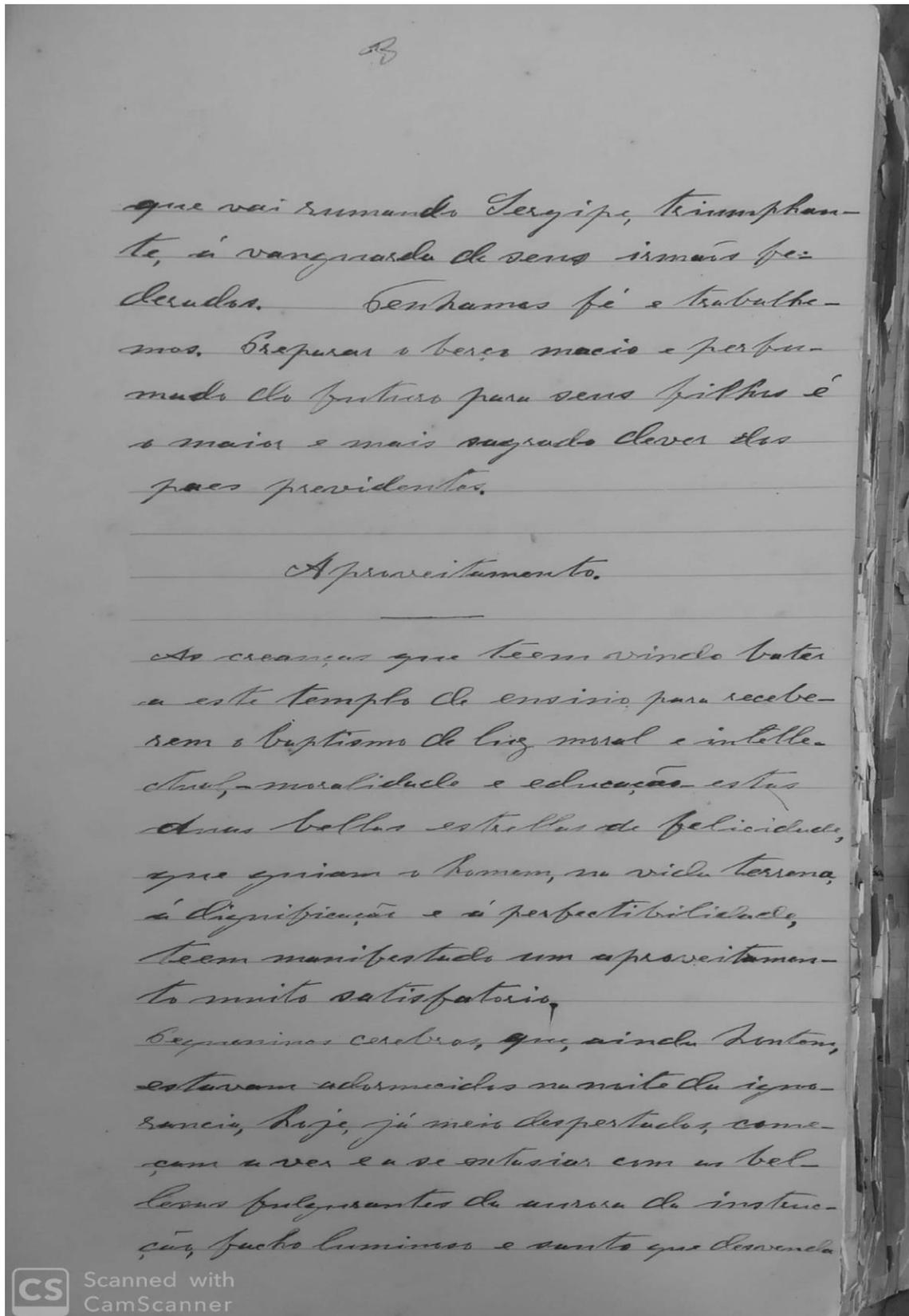
Essas cifras são confortadoras e traduzem bem o apêço, sempre crescente, das creanças ás suas aulas.

Ora os céus que os senhores Administradores do Conselho e do indifferença não vendam trazer de impecitbas a brilhante senda

CS Scanned with CamScanner

Fonte: APES, Pacotilha, E6-928, 1926.

Continuação do Apêndice C-



Fonte: APES, Pacotilha, E6-928, 1926.

Continuação do Apêndice C

4

as obras admiradas e esquecidas das esculturas a maravilhosa grandezça e magnificencia da obra do Typographo Creator.

Comportamento das escolas docente e administrativo.

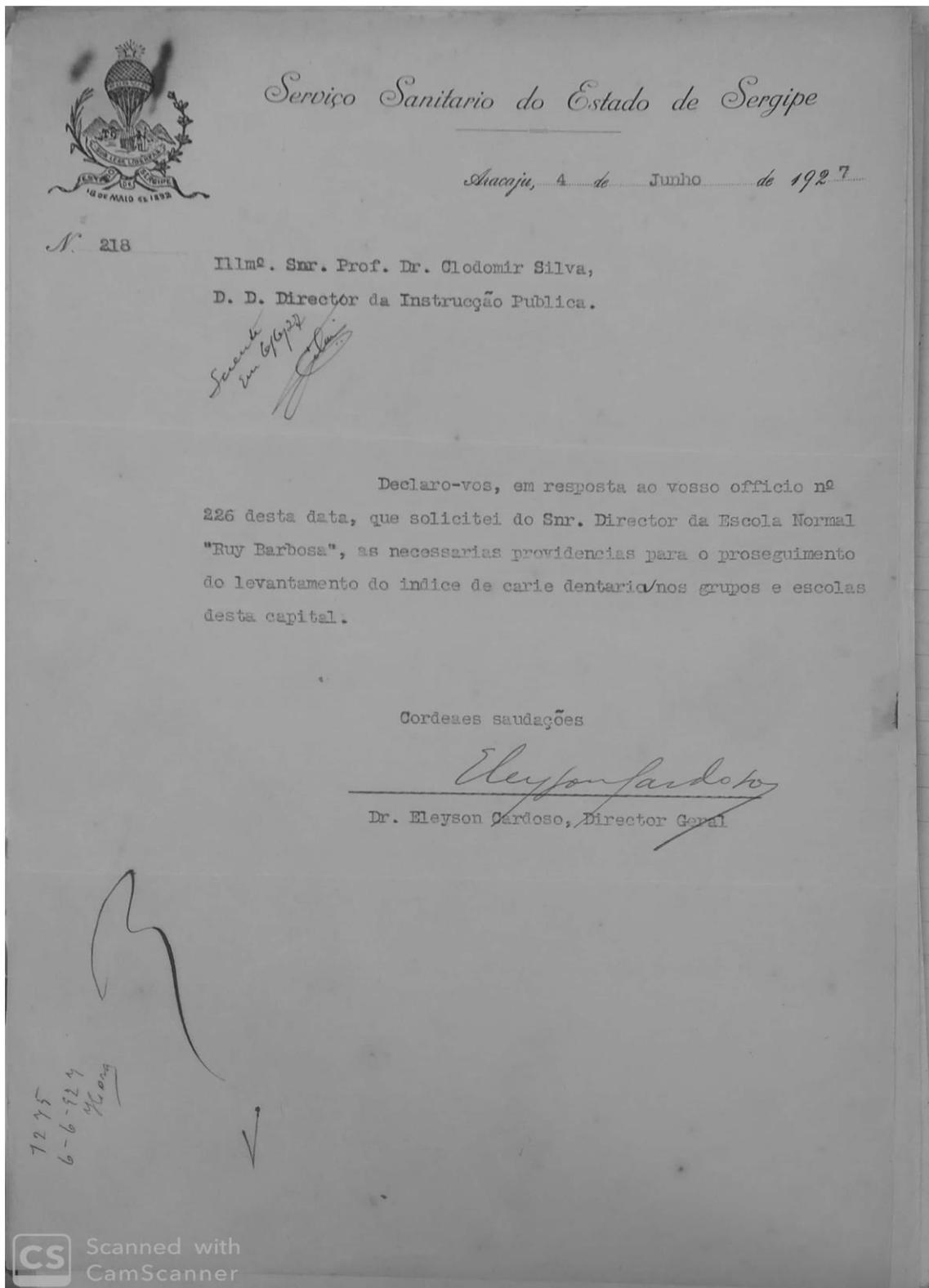
Essa notavel frequencia diaria nas aulas do Grupo "Escolas "Bairros do Murinho", essa grande alacoe de creanças, partes e suadinas, que, partidas de todos os angulos da cidade transportam o seu pathos, com o riso da satisfação a brincar. He nas labias coralinas, attestum, a luz meridiana da verdade, que as ^{com as} ⁸⁷¹ ^{condições} ^{de} ^{seus} ^{professores} e suas dignas adjunctas não se limitam somente ao papel de mestras, preenchem ainda outro mais puro e sublime - o de mães que a-tynecem, como aves brancas do bairrado, sob suas asas carissimas essas outras avezinhas, ainda meio implumes, da innocencia, que lhes foram entregues pela confiança de seus pais.

O Sr. Murinho, partes e auxiliares



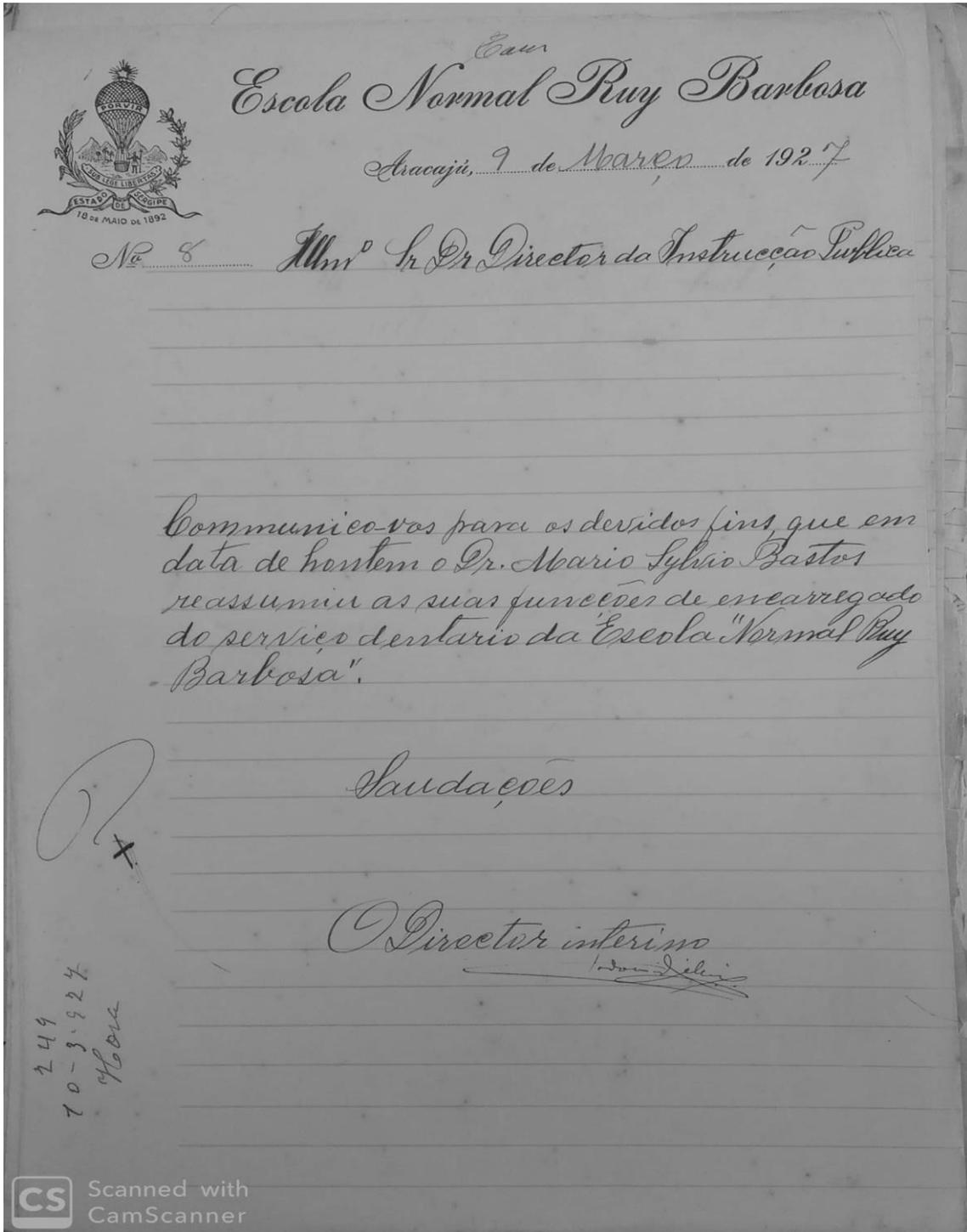
Scanned with
CamScanner

Apêndice D- Ofício do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe, 1927.



Fonte: APES, pacotilha E1 357, 1927

Apêndice E- Comunicado da Escola Normal Ruy Barbosa em 1927.



Fonte: APES. Pacotilha E1- 349, 1927.

Apêndice F- Anúncio do Departamento de Saúde Pública sobre a Febre Tifoide.

24156 Quinta-feira, 23

DIARIO OFFICIAL

prazer, acima de tudo, me domina a alma, que é a satisfação immensa de ter cumprido um dever sagrado como se gipano, como cidadão e como professor.

E, ainda uma vez agradecido, pelas vossas atenções, subscrevo-me, como patriota e admirador sincero e entusiasta. — *Florentino Menezes.*

DIRECTORIA
DO
Departamento Estadual de Saúde Pública de Sergipe

Inspectoria Educação Sanitaria e Prophylaxia

Febre typhoide — Febres paratyphoides — Dysenterias

A febre typhoide ou *febre brava* como a chama o povo, é uma doença infectuosa, causada por um microbio que existe nas fezes, na urina e no sangue do doente. O microbio da febre typhoide é transmitido ás pessoas sãs pelos doentes, pelos convalescentes, pelos portadores de germens, pela agua, pelo leite pelos alimentos, pelas moscas e pelos objectos de que se servem os doentes.

As evacuações e a urina dos doentes, dos convalescentes ou dos portadores de microbios que são pessoas sãs, mas, que trazem consigo os germens da doença, não devem ser atiradas sobre a terra ou sumidouros permeaveis, pois, por infiltração, os microbios podem contaminar os poços, os correços, cujas aguas, uma vez usadas para a irrigação das hortas para a lavagem de pratos e outros objectos ou então bebidas por pessoas sãs, podem causar a doença e produzir uma epidemia.

As evacuações dos doentes de febre typhoide devem ser lançadas em latrinas, mas, antes precisa sofrer uma boa desinfecção. As roupas dos doentes devem ser desinfectadas e fervidas para depois serem lavadas. Onde não houver latrinas hygienicas, as evacuações dos doentes devem ser enterradas em lugares longe dos cursos d'agua e dos poços, sendo antes bem desinfectadas.

As moscas são transmissoras da doença, pois, pousando nas evacuações do doente, ca regam nas patas e na tromba os microbios, depositando-os nos alimentos, quando sobre elles passeiam.

O doente de febre typhoide deve ser isolado sendo collocado no seu quarto um vaso com desinfectante afim de serem recebidas as evacuações, a urina e os vomitos; as suas roupas devem ser mergulhadas em uma solução desinfectante, antes de lavadas, e os objectos de uso como copos, chicaras, talheres etc. precisam ser separados e uma vez servidos, lavados em agua fervendo.

O doente não pode receber visitas. E' um máu costume que precisa ser abolido. Isolamento que dizer que o doente fica só com as pessoas que o estão tratando.

As pessoas que lidam com os doentes devem ter muito cuidado com as mãos, lavando-as sempre que tocar no doente ou objectos por elle contaminados.

Os portadores de germens devem ter muito asseio e sempre lavar as mãos á saída da privada. Merecem especial cuidado as cosineiras que já tiveram febre typhoide, pois, podem contaminar os alimentos pela falta de limpeza, principalmente dos mãos.

E' necessario evitar que as moscas pousem nos alimentos. Devem ser afastados das habitações os depositos de lixo, as estrumeiras, os curraes, os rinchos e os chiqueiros.

Na occissão de epidemias, a agua deve ser fervida para ser bebida. Não basta ser filtrada. O leite precisa sofrer uma fervura de dez minutos, para ser ingerido. Os alimentos devem ser bem cozidos.

E' necessario que a Saúde Publica seja notificada, sempre que apparecer um caso suspeito de febre typhoide, afim de que possam ser tomadas as providencias exigidas pelo caso.

Uma das melhores armas de defesa contra a febre typhoide é a vacina que a Saúde Publica fornece gratuitamente.

Para as febres paratyphoides são necessarios os mesmos cuidados que para a febre typhoide.

Nas dysenterias, daquelas que se manifestam por evacuações frequentes com mucosidades e sangue e tenesmos (puxos) podemos distinguir dois grupos principaes: bacillares e amebianas.

A dysenteria bacilar transmittese do mesmo modo que a febre typhoide, exigindo tambem os mesmos cuidados que esta.

A dysenteria amebiana se propaga, quasi sempre, por contagio directo. A emetina, extrahida da ippéa, cura os symptomas, mas no decurso da doença ou nos portadores de germens, a ameba é encontrada sob a forma de kystos que é a cistagiante sobre a qual a emetina não tem poder algum.

Fonte: Diário Oficial do Estado de Sergipe, Pacotilha JDE-41, Arquivo Público Municipal de Aracaju.

ANEXOS

Anexo 1

Transcrição das informações na íntegra da figura 3.

<p>Grupo Escolar Barão de Maroim</p> <p style="text-align: right;">Aracaju, 11 de junho de 1926</p> <p style="text-align: center;">Relatório</p> <p>Apresentado ao Ex^m I^m Professor Director Geral da Instrucção Publica pela doutor Alexandre Freire sobre o movimento escolar do Grupo “Barão de Maroim”, durante o corrente anno lectivo.</p> <p>Prestado, na qualidade do grupo, a homenagem de minhas felicitações ao Ex^m I^m Director da Instrucção Publica pelos seus relevantes esforços, em prol do ensino publico, no Departamento que digno e proficientemente dirige, passo, em obediencia á circular de tudo de 2 de janeiro corrente, do intelligente activo Im Secretario – C.^{el} Raymundo Ribeiro, a ocupar-me, embora mediante e suncintamente, do meu relatorio.</p> <p style="text-align: center;">Matricula.</p> <p>Não obstante, ter este grupo iniciado seus trabalhos quinze dias mais tarde de que os seus congeneres, nesta Capital, pelo facto de ter sido o bello edificio em que submettido a longo e paciente reparo, ainda assim já obteve, até esta data uma matricula de 175 alumnos, dos quais 64 pertencem ao sexo masculino e 106 do feminino, cifra esta, como se vê, bem animadora para o curto espaço de tres meses.</p> <p style="text-align: center;">Frequencia</p> <p>A frequencia geral, durante esses poucos meses de trabalho escolar, 7143.</p> <p>A media diaria, de 113.</p> <p>A media mensal, de 2373.</p> <p>Essas cifras são confortadoras e traduzem bem e apice, sempre crescente, das creanças ás suas aulas.</p> <p>Prega um céu que as ondas damminhas de desanimo e da indiferença não vem ? (ilegível) truvas de impecilhos a brilhante sendo que vai rummando Sergipe, triumphante, á vanguarda de seus irmãos federados. Tenhamos fé e trabalhemos, prepararar o berço macio e perfumado do futuro para seus filhos é o maior e mais sagrado dever dos paes previdentes.</p> <p style="text-align: center;">Aproveitamento.</p> <p>As creanças que teem vindo bater a este templo de ensino para receberem o baptismo de luz moral e intellectual, a moralidade e educação estas duas bellas estrellas de felicidade, que guiam o homem, na vida terrena á dignificação e á perfectibilidade, teem manifestado um aproveitamento muito satisfatorio.</p> <p>Pequeninos cerebros, que, ainda ontem estavam adormecidos na noite da ignorancia, hoje, já nem despertados, começam a ver e a se entusiasiar com uma belleza frequentes da aurora da instrucção, feicho luminar e sunto que desvenda os olhos admirados e agradecidos das creaturas a maravilhosa grandeza e magnificencia da obra do supremo creador.</p> <p style="text-align: center;">Comportamento dos corpos docente e administrativo.</p> <p>Em notavel frequencia diaria ás aulas de grupos Escolar “Barão de Maroim”, essa ? (ilegível) de creanças, fortes e sadias, que, partidas de todas a ?(ilegível) da cidade transformem o seu , pratica, com o sim da satisfação a brincar-lhe nos labira casalinhas, attestum a luz meridiana da verdade, que as Ex^{mos} Senhores professores e suas dignas adjuntas não se limitas somente ao papel de mestras, preenchem ainda outro mais para e sublime-o de mães que aquecem, como aves brancas de bondade, sob suas azas cariciosas essas outras avezinhas, ainda meio implumes, da innocencia, que lhes foram entregues pela confiança de seus paes.</p> <p>(Parte ilegível). Todas, foi sua capacidade de trabalho, dedicações, prudencia e criterios teem feito jus aos mais viver e justos economias, e aqui as deixo consignadas como incentivo e homenagem á justiça.</p> <p>São esses, Ex^m I^m Director da Instrucção Publica, os poucos informes que, no momento actual, posso passar ás vossas mãos sobre o movimento do grupo Escolar “Barão de Maroim”.</p> <p style="text-align: center;">Aracaju, 11 de Junho de 1926.</p> <p style="text-align: center;">O Director</p> <p style="text-align: center;">D Alexandre Freire</p>

Fonte: Criado pela pesquisadora, 2019.